



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Tatiane Silva Ribeiro

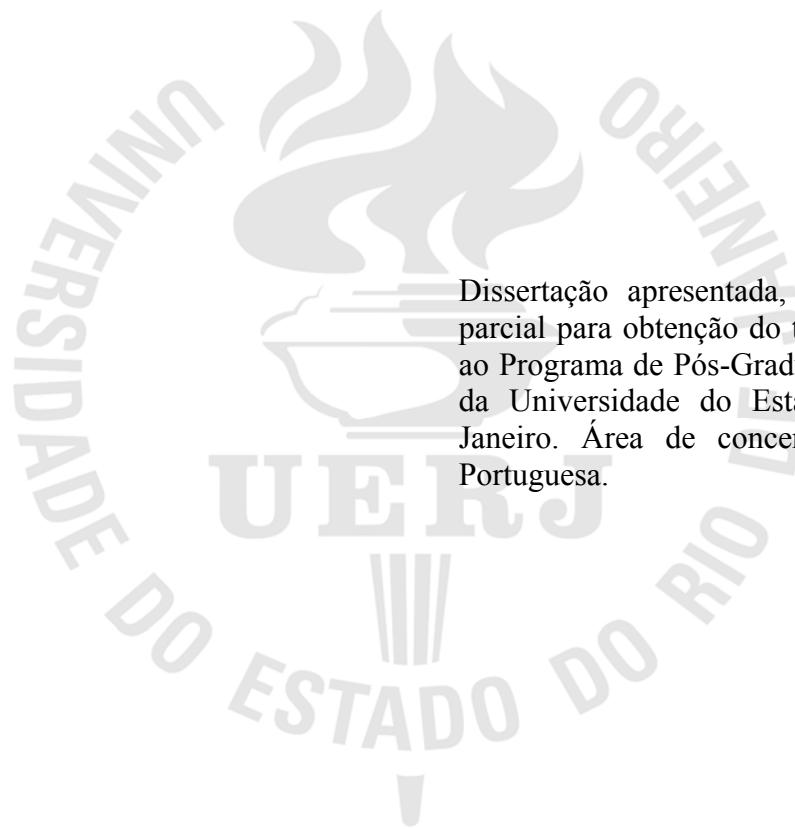
**Operadores argumentativos como construtores de sentido
em editoriais de *O Globo***

Rio de Janeiro

2013

Tatiane Silva Ribeiro

Operadores argumentativos como construtores de sentido em editoriais de *O Globo*



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques

Rio de Janeiro

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

R484 Ribeiro, Tatiane Silva.
Operadores argumentativos como construtores de sentido em editoriais de O Globo / Tatiane Silva Ribeiro. – 2013.
141 f.: il.

Orientador: Claudio Cezar Henriques.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Jornalismo e linguagem – Teses. 2. Língua portuguesa – Português escrito – Teses. 3. Editoriais – Teses. 4. O Globo (Jornal) – Teses. 5. Redação de textos jornalísticos – Teses. 6. Jornalismo – Aspectos sociais - Teses. 7. Ideologia e comunicação - Teses. 8. Persuasão (Retórica) – Teses. I. Henriques, Claudio Cezar. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 806.90:070.41

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Tatiane Silva Ribeiro

Operadores argumentativos como construtores de sentido em editoriais de *O Globo*

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovada em 01 de abril de 2013.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques (Orientador)

Instituto de Letras - UERJ

Prof.^a Dra. Andréa Rodrigues – UERJ

Instituto de Letras - UERJ

Prof.^a Dra. Marcia Lisbôa Costa de Oliveira

Universidade Estácio de Sá

Rio de Janeiro

2013

DEDICATÓRIA

A minha mãe pelo incentivo e apoio nos momentos mais difíceis, pela luta, dedicação e abnegação, pois abriu mão de seus próprios interesses pelos meus. Mostrou que, por mais distantes que parecessem, deveria lutar para conquistar meus sonhos. O que sou e o que conquistei e ainda conquisto agradeço a ela.

AGRADECIMENTOS

Ao meu marido, Rodrigo, que esteve comigo em cada momento, apoiando-me e “levantando” minha autoestima, quando nem eu mesma acreditava em mim.

A minha família, pelo carinho e incentivo.

Ao meu orientador, Claudio Cezar Henriques, que me direcionou nos caminhos que deveria seguir e acreditou no meu potencial.

Ao meu amigo Júnior, pelos dias que devotou, esclarecendo dúvidas pertinentes, pelos “papos” filosóficos, pelas discussões que me fez compreender a comunicação desde outrora e não apenas hoje.

Ao meu amigo Rodrigo, por me auxiliar em relação aos temas sociais, relevantes para o entendimento e divisão dos editoriais.

A todos os meus amigos, não citarei todos para não ser injusta, mas que direta ou indiretamente acreditaram em mim, enviando mensagens e incentivando-me nos dias mais tristes.

Por fim, agradeço, sem exceção, a todos que acompanharam um percurso tão árduo, mas tão proveitoso.

A linguagem passa a ser encarada como forma de ação, ação sobre o mundo dotada de intencionalidade, veiculadora de ideologia.

Ingedore Koch

RESUMO

SILVA RIBEIRO, Tatiane. *Operadores argumentativos como construtores de sentido em editoriais de O Globo*. 2013. 141f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Esta pesquisa propõe um estudo do gênero editorial, entendido como um artigo que expressa o posicionamento da empresa jornalística frente aos assuntos que circulam na sociedade. Observaremos que o pensamento da empresa é reforçado por meio do uso de mecanismos argumentativos que podem passar “despercebidos”, mas que são essenciais para fundamentar a posição do jornal, nos fazendo acreditar que apesar de sua “roupagem informativa”, ou seja, a simples emissão de um fato, tem a intenção de levar o leitor a compartilhar o mesmo ponto de vista. Abordaremos as principais características do jornalismo, privilegiando o conceito de ideologia e a função que ele teve no passado para compreender o presente. Enfatizaremos que a argumentação está entrelaçada ao ser humano, visto que toda língua possui, em sua gramática, mecanismos que permitem indicar a orientação argumentativa dos enunciados, o que pode direcionar o seu sentido. A análise foi constituída com base no estudo dos operadores argumentativos, levando em consideração, obviamente, que o processo de construção de sentido de um texto envolve também compreender o momento sócio-histórico para se chegar ao propósito comunicativo do autor. Todo texto possui uma finalidade e compreender esse fenômeno é extremamente benéfico, pois significa desenvolver uma consciência cidadã. Os gêneros que fazem parte do dia a dia como editoriais, crônicas, carta comercial, resenha entre outros, são imprescindíveis para que o público leitor tenha um olhar crítico, ressaltando-se sempre que o conhecimento de mundo e, principalmente, da língua materna contribuirá para que esse propósito seja alcançado.

Palavras-chave: Editorial. Argumentação. Operadores argumentativos.

ABSTRACT

This research proposes a study of the editorial genre seen as an article that expresses the company's position facing journalistic issues that circulate in society. We will observe that the company's thinking is reinforced through the use of argumentative mechanisms, which may go "unnoticed", but are essential to establish the position of the newspaper, making us believe that, despite the "informative guise", that is, the simple emission of a fact, it intends to lead the reader to sharing the same point of view. We will discuss the main characteristics of journalism, emphasizing the concept of ideology and the function of it in the past to understand the present. We will also emphasize that the argument is intertwined to humans, since every language pursues, in its grammar, mechanisms to indicate the orientation of argumentative statements, which can target their meaning. The analysis was made based on the study of argumentative operators, taking into account, of course, that the process of constructing meaning from a text also involves understanding the socio-historical moment to understand the author's communicative purpose. Every text has a purpose and understanding this phenomenon is extremely beneficial because it means developing a social consciousness. The genres that are part of everyday life, such as editorials, chronicles, commercial letters and digests are indispensable in order to have critical readers, always emphasizing that knowledge of the world and, especially, of the native language, contribute to the achievement of this purpose.

Keywords: Editorial. Argumentation. Argumentative Operators.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-	Estatística de assuntos dos editoriais.....	56
Gráfico 2-	Estatística dos grupos de operadores argumentativos.....	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Grupo de operadores e suas respectivas funções.....	49
Tabela 2 –	Relações internacionais.....	57
Tabela 3 –	Administração Pública.....	58
Tabela 4 –	Economia	59
Tabela 5 –	Políticas públicas.....	60
Tabela 6 –	Justiça.....	61
Tabela 7 –	Operadores argumentativos e seus respectivos números de ocorrência.....	62

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	13
1	O JORNAL IMPRESSO O GLOBO: BREVES CONSIDERAÇÕES.....	17
2	UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRIA DO JORNAL IMPRESSO....	19
2.1	O que é um jornal.....	20
2.2	A imprensa no Brasil.....	21
2.3	O jornal e sua função na sociedade.....	24
2.4	O que é ideologia.....	25
2.4.1	<u>Ideologia e sua gênese.....</u>	27
2.5	Gêneros textuais.....	29
2.5.1	<u>O gênero editorial.....</u>	31
3	A ARGUMENTAÇÃO E OS OPERADORES ARGUMENTATIVOS.....	33
3.1	Persuasão e convencimento.....	37
3.2	A argumentação na mídia impressa.....	40
3.3	Operadores argumentativos.....	43
4	UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA DO CORPUS.....	55
4.1	Operadores que assinalam argumentos mais fortes.....	68
4.1.1	<u>Inclusive.....</u>	68
4.1.2	<u>Até e até mesmo.....</u>	70
4.2	Operadores que assinalam argumentos mais fracos: ao menos, no mínimo e pelo menos.....	73
4.3	Operadores que assinalam oposição entre elementos semânticos.....	75
4.3.1	<u>Operador embora e seu respectivo grupo.....</u>	76

4.3.2	<u>Operador mas e seu respectivo grupo</u>	78
4.4	Operadores que obedecem à regra combinatória	85
4.4.1	<u>Operador argumentativo quase</u>	86
4.4.2	<u>Apenas, só e somente</u>	89
4.5	Operadores que somam argumentos	92
4.5.1	<u>Não só e tanto</u>	93
4.5.2	<u>Nem (= e não)</u>	95
4.5.3	<u>Também e mas também</u>	98
4.5.4	<u>Além de e além disso</u>	100
4.6	Introdutor de mais um argumento e marcador temporal: ainda	102
4.7	Operador já: indicador de pressupostos	103
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
	REFERÊNCIAS	109
	ANEXO – Editoriais	112

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo abordar questões relativas ao estudo dos operadores argumentativos e o papel que desempenham na produção de sentido dos editoriais do jornal *O Globo*, evidenciando sua importância no processo de transformação de opinião da sociedade.

Os operadores argumentativos foram escolhidos para o desenvolvimento desta pesquisa, porque é um assunto discutido por autores que os apresentam como construtores de sentido, sendo responsáveis pelo encadeamento discursivo dos enunciados.

O ser humano é essencialmente comunicativo, seja em produções escritas ou orais. É portanto capaz de produzir artifícios que nos ajudam a alcançar o nosso objetivo central: fazer com que o outro compartilhe o mesmo modo de pensar e agir. Com base nesse pressuposto, pode-se afirmar que toda a forma de comunicação realizada entre a espécie humana é uma tentativa de mostrar para o outro como pensamos, como sentimos, e de que forma enxergamos o mundo. Logo, a linguagem tem uma dimensão persuasiva, em que ninguém pode comunicar-se sem tentar convencer o outro. Segundo Marconi e Presotto (1987, p. 26), “*a linguagem é um meio de comunicação e também um instrumento de pensamento*”.

Nos textos predominantemente argumentativos, que têm por estrutura apresentar proposta, tese, argumentos, restrições e assim por diante, “acionamos” uma série de recursos que a nossa língua nos proporciona, para que o interlocutor possa captar as nossas ideias e compreendê-las, a fim de, se possível, levá-lo ao convencimento dos argumentos apresentados. Para este fim, os operadores argumentativos podem funcionar como um eficiente meio para alcançar tal propósito.

Examinaremos a importância da argumentação e a produção de sentido dentro do jornal carioca *O Globo*, partindo da hipótese de que os operadores argumentativos produzem sentido, fazendo com que a visão da empresa jornalística, nesse caso, seja um influenciador de comportamento. Para este fim, coletamos 150 editoriais dos quais selecionamos 50, recolhidos no ano de 2011, de modo a constituir o objeto de análise desta pesquisa.

A escolha do tema surgiu da minha inquietação ao perceber que muitos leitores são influenciados por falta de conhecimento em “manusear” os recursos que sua própria língua oferece e que essa falta de conhecimento contribui para que o sujeito aceite passivamente uma opinião, sem ao menos compreender e questionar o que está sendo dito e como é dito.

Já a escolha do jornal *O Globo* surgiu pela notoriedade, até mesmo internacional, que desempenha, o que a meu ver reforça a carência de questionamento sobre o que está ali escrito, que passa a ser considerado automaticamente como a verdade absoluta. A seção editorial é o momento no qual a instituição coloca sua opinião sobre um assunto vigente na sociedade, contribuindo para a construção ideológica.

Nos últimos anos, muitas pesquisas têm sido direcionadas para fatores relacionados à argumentação em língua portuguesa. Há estudos que investigam a função dos operadores argumentativos na mídia impressa e na propaganda, como podemos constatar em pesquisas realizadas em banco de teses e dissertações. Ressalte-se que, embora não seja um tema completamente inédito, acreditamos na contribuição desta dissertação, visto que ela apresenta informações adicionais pertinentes sobre o conceito de ideologia e o papel institucional que o jornal em questão exerce no Brasil.

No primeiro capítulo, vamos analisar brevemente – em editoriais dos anos de 1964 e 1984 em contraponto com um de 2011 e em diálogo com o documentário *Muito além do cidadão Kane* – a trajetória da imprensa até a atualidade e sua atuação diante de assuntos históricos que foram marcantes na nossa sociedade para os quais desde outrora ela já assumia uma posição política declarada.

No segundo capítulo, definiremos o conceito de jornal impresso desde sua gênese até os dias de hoje, a começar da escrita, que por ser a principal criação de comunicação da espécie humana, deu a ela o sentido de unidade, ligando-a em todos os aspectos de sua história. Por isso, a escrita tem o aspecto de ser inquestionável e o jornal, por ter a sua base na escrita, também possui essa mesma prerrogativa. Vamos discutir esse fato pelo ponto de vista de que ninguém é totalmente imparcial e, portanto, cabe contestar e discutir as questões de cunho ideológico envolvidas.

Nesse capítulo, vamos fazer um “passeio” pela imprensa brasileira para melhor compreender a sua função na sociedade. A principal obra do autor McLuhan – *Os meios de comunicação como extensões do homem*, de 1964 – será utilizada aqui como uma referência para o estudo da comunicação e do homem e como este se relaciona com esses veículos e como é influenciado por ele, em uma sinergia constante. A obra servirá também como base para validar a assertiva de que o interesse humano é sempre determinado por interesses ideológicos dos donos da imprensa.

Como afirmamos que interesses ideológicos estão envolvidos na manipulação da informação, foi necessário abordar o conceito de ideologia e como estão relacionados. Desenvolver um paralelo entre o estudo da ideologia e da redação de um jornal servirá,

principalmente, para entender a relação de poder e a influência que a imprensa exerce sobre o homem ao selecionar e editar o que será comercializado na informação.

A análise dos gêneros textuais nos faz pensar em texto como forma de materializar o discurso e o pensamento. Isso nos leva a crer que os gêneros estão intrinsecamente ligados ao contexto cultural e social. Portanto, é fundamental compreender o conceito de gênero textual e, por isso, recorrer a pesquisadores que têm orientado sua atenção para essas questões. Um deles é Luiz Antônio Marcuschi, que afirma que “*os gêneros textuais se constituem como ações sócio-discursivas para agir sobre o mundo e dizer o mundo, constituindo-o de algum modo*”. (2002, p. 22).

Deste modo, é possível compreender criticamente o que significa o gênero editorial. Para este fim, atribuímos como suporte para as definições apresentadas autores da área da comunicação para entender desde o conceito na esfera comunicativa até sua estrutura física.

No terceiro capítulo, na fundamentação teórica, autores como Perelman, Koch e Ducrot foram fundamentais para o desenvolvimento de nossas considerações. Analisaremos o conceito de auditório para compreender que não existe uma única forma de argumentar. Para que haja argumentação é necessário ganhar a adesão do auditório. Nesta parte, dissertar sobre persuasão e convencimento foi necessário.

Veremos que os operadores argumentativos fazem parte da gramática da língua, mas que podem passar despercebidos no ensino. Muitas vezes, acabam sendo irrelevantes em uma aula de Língua Portuguesa. Segundo Koch, um operador é responsável pela força argumentativa dos enunciados, e o fator de tentar minimizar a sua importância pode ser uma postura de caráter ideológico, visto que certos elementos da gramática exercem a função de direcionar o sentido que os enunciados desempenham em dado contexto.

Ressaltamos que não seguimos uma única linha de pensamento, mas que recorremos e nos fundamentamos em autores e linhas de pesquisa que julgamos relevantes para o desenvolvimento desta dissertação.

O último capítulo tem como pretensão fazer uma análise interpretativa dos dados. Os editoriais foram divididos em cinco blocos de assuntos: relações internacionais, administração pública, economia, política pública e justiça. Cada grupo contém exatamente 10 títulos, chegando, por conseguinte, ao total de 50 editoriais. A seguir, foram elaboradas tabelas que exibem o número de operadores encontrados, de acordo com a função que exercem, de modo a elaborar uma estatística com as maiores ocorrências, conforme aplicação no gráfico dois. Como base no resultado, selecionamos os quatro grupos que apresentaram maior ocorrência com o objetivo de interpretar a aplicabilidade dos operadores argumentativos nos editoriais.

Em nossa conclusão, mostramos que este tipo de estudo pode contribuir para o entendimento e a avaliação de textos de grande importância na sociedade.

1 O JORNAL IMPRESSO O GLOBO: BREVES CONSIDERAÇÕES

O Globo é um jornal diário, que aborda assuntos nacionais e internacionais. Hoje ele é conhecido internacionalmente, mas começou de modo tímido como jornal da cidade do Rio de Janeiro, e sua trajetória teve início no dia 29 de julho de 1925, em que a matéria de capa denunciava um enorme buraco em uma rua do Engenho Novo. Era de propriedade dos Diários Associados e, depois, foi comprado por Irineu Marinho. Irineu faleceu após 21 dias à frente da presidência do jornal, cabendo a Roberto Marinho assumir a direção do jornal. É publicado até hoje e faz parte de um grande conglomerado de empresas das Organizações Globo.

O Globo, em 1936, lançou a primeira telefoto da imprensa brasileira. Em 1962, passou a ser comercializado também pela manhã, visto que antes disso circulava apenas à tarde. Já em 1972 se tornou o primeiro jornal brasileiro a circular aos domingos. Atualmente, faz parte dos jornais de maior credibilidade, tendo em seu público-alvo as classes A e B da cidade do Rio de Janeiro, embora tenha distribuição nacional e esteja disponível também na internet.

Roberto Marinho, proprietário de *O Globo*, sempre deixou explícita sua ideologia política utilizando o jornal como instrumento, tanto que apoiou abertamente a Ditadura no Brasil, e esta o beneficiou dando-lhe uma concessão para uma emissora de televisão afinada com o regime. Esse apoio à Ditadura Militar já começara no jornal, conforme podemos comprovar no trecho do artigo “Ressurge a Democracia”¹:

Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos **bravos militares**, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque as Forças Armadas, fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo. (**Grifo nosso**)

Anos depois, em 1984, já perto do fim do Regime Militar Ditatorial, o próprio Roberto Marinho publicou o artigo “Julgamento da Revolução” em seu jornal², declarando apoio ao Regime Militar desde seu início em 1964 até o processo de abertura política. Ele afirma:

Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada. Quando a nossa redação foi invadida por tropas anti-revolucionárias, mantivemo-nos firmes em nossa posição. Prosseguimos apoiando o movimento vitorioso desde os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo de abertura, que se deverá consolidar com a posse do novo presidente.

¹ Editorial de *O Globo*, 2 de abril de 1964. Anexo, texto 1.

² Editorial de *O Globo*, 7 de outubro de 1984. Anexo, texto 2.

Hoje, mantendo a visão mais conservadora da direita política, vemos no editorial “Hora de apoio firme à democracia árabe”³, de 4 de maio de 2011, que o pensamento político do jornal continua presente. O artigo O Globo apoia as medidas necessárias para a implantação de uma “democracia” nos países árabes, que vinham passando por revoluções intituladas Primavera Árabe. No trecho: “*Como prometera na campanha, Obama trouxe de volta o smart power muito mais capaz de perceber nuances e de **projetar o poder americano** de diferentes formas, não apenas à base de bombas e mísseis.*” (**grifo nosso**) Um pensamento típico de direita, que acha que os fins justificam os meios e que tudo é necessário para se manter a ordem. O smart power combina o uso bélico do hard power (poder bélico e econômico) com o uso de ideologias e processos culturais do soft power (poder diplomático, cultural e histórico). Uma ferramenta capaz de influenciar comportamentos de forma que o povo de uma nação subjugada se alie aos pensamentos da nação invasora.

Ao assistir ao documentário *Muito além do cidadão Kane*⁴ percebe-se claramente que o vídeo trata das relações entre poder e mídia e seu papel influenciador na sociedade. O foco está na posição dominante da Instituição Globo na sociedade brasileira. Portanto, o debate é sobre a influência, o poder e suas relações políticas, mostrando conseqüentemente sua manipulação diante de uma população.

Nosso objetivo não é ir contra determinado grupo editorial ou a favor dele. Esta dissertação pretende, ao menos, tentar provar que o conhecimento linguístico é fundamental para que o leitor compreenda o que está lendo, o que está nas “entrelinhas” em uma matéria, sendo capaz de perceber o que é informação e o que é subjetividade do editorialista.

A partir deste momento, realizaremos um apanhado do papel da imprensa em seus primórdios até os dias de hoje, relacionando-a com a escrita.

³ Anexo, texto 3.

⁴ Documentário criado pelo cineasta Simon Hartog e pelo produtor John Ellis, exibido pela TV britânica BBC (British Broadcasting Corporation), em 1993.

2 UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO JORNAL IMPRESSO

O ser humano é uma espécie, mas não a única que se comunica; entretanto, é a única que cria uma infinidade de signos para poder exercer a comunicação. Esse ato de comunicação, realizado entre dois ou mais indivíduos, é a tentativa de colocar nossos pontos de vista e sentimentos sobre determinado assunto, de forma que esta prevaleça. Quando nos comunicamos, nosso objetivo não é apenas “falar por falar”, mas sim, mesmo que inconscientemente, convencer o outro, já que transmitimos para o mundo a nossa verdade por meio do discurso oral, escrito, na arte, na culinária ou através do código de ética de uma sociedade.

Um artista, um músico, um advogado, um jornalista ou a nossa vizinha falando sobre outro vizinho, todos tentam apresentar algo que consideram como a única verdade. Neste trabalho, focalizamos a imprensa, ou mais especificamente, o jornal, com o intuito de provar que dadas seleções podem moldar a mensagem de forma a construir o sentido desejado.

A imprensa, escrita ou oral, é um recurso de comunicação/informação sobre o dia a dia da sociedade. Ao ler um jornal, somos levados a supor de forma quase inquestionável que ali há a verdade sobre dado acontecimento e ainda mais: acredita-se que o jornalista é imparcial ao relatá-lo ao público. Uma notícia é, porém, uma interpretação sobre um fato, que passa pelos olhos de um jornalista, que, em alguns casos, conta com a participação de colaboradores/testemunhas⁵, o que obviamente, passa pela figura do editor.

O jornal impresso tem como base a escrita e por causa dessa poderosa ferramenta, possivelmente, não questionamos tanto uma notícia quanto o fazemos ao encontrá-la em um jornal televisivo ou radiofônico. O porquê disso está na própria escrita, que pode ser considerada a maior invenção da humanidade, visto que ela ofereceu à espécie humana o sentido de pertencer ao mesmo *continuum temporal*, ou seja, permitiu ao homem enxergar os mais variados povos, nos diferentes momentos da história, independentemente do idioma.

Quando o homem começou suas manifestações nas artes rupestres, ele criou uma história, só que a nível pessoal, porque, por mais que fossem desenhos legíveis, os conceitos por trás dessas obras são muito abstratos e qualquer explicação ficará no campo da teoria. Por

⁵ Colaboradores são pessoas que informam algo relacionado ao acontecimento, que será acrescentado à notícia, ou é outro repórter que elabora o texto complementando a reportagem. Testemunhas são pessoas que presenciam o acontecimento no local, dividindo-se nas categorias de testemunha anônima e testemunha declarada.

isso, há dificuldade em observar esses desenhos e assimilá-los como parte de nossa história, como espécie humana.

A história começa com a escrita. No momento em que essa ferramenta foi criada começamos a acumular todo o conhecimento da humanidade e também a fazer afirmações a respeito do passado e a realizar conjecturas sobre o futuro. Com a escrita e, conseqüentemente sua compreensão, passamos a entender como pensavam os povos egípcios, mesopotâmicos e gregos.

Talvez, por tamanha força cultural por parte da escrita é que tenhamos a dificuldade em questioná-la. Como um jornal impresso é sustentado pela escrita, aprofundaremos nosso estudo sobre o papel do jornal na atualidade e discutiremos que o jornal, em sua totalidade, não é desprovido de opinião e por isso mesmo é parcial, obedecendo a alguns critérios ideológicos, tanto da sociedade como da empresa jornalística. Antes, convém abordar o conceito de jornal desde sua gênese até os dias de hoje.

2.1 O que é um jornal

Segundo a enciclopédia *Larousse Cultural* (1995, p.3.359)

O jornal é um periódico seja ele diário ou não, onde temos notícias do dia anterior e com reportagens com uma duração temporal maior que o dia. Por ser um veículo de informação nos insere em um contexto social e para a sociedade as informações que circulam atualizam o senso comum, as afinidades e o que se pode considerar um relativismo social.

A palavra *jornal* também foi um nome de uma antiga unidade de medida para superfície de terras lavradas, correspondendo ao terreno cultivável por uma parrelha⁶ no curso de um dia. A relação da palavra com o periódico está ligada ao fato de ser diário – a partir da metade do século XIX, com o advento da Revolução Industrial – lembrando os trabalhadores que lavravam a terra diariamente.

As notícias sempre foram o espelho daquilo que ocupa o pensamento de um grupo social em um dado momento histórico. Antes da invenção dos tipos móveis de Gutenberg⁷, a forma de obter e de manter as notícias era inviável, por ser unicamente oral. A única forma de ter notícias era para a nobreza, por meio de mensageiros. Para a camada popular, os

⁶ Instrumento de arado puxado por dois animais, em geral, mulas.

⁷ Existia a prensa antes de Gutenberg, mas no século XV ele cria os tipos móveis e reutilizáveis, acelerando assim o processo de reprodução de textos. Para mais informações, consultar o livro *O livro de Ouro da Comunicação*, de Silvana Gontijo.

trovadores se apresentavam em praça pública narrando os acontecimentos com música ou poesia.

A ideia de um periódico informativo surgiu com o advento do mercantilismo no século XVI, no auge da Reforma Protestante. Nesse século, *“alguns membros da burguesia mercantil criou seu próprio sistema de notícias escritas, contratando mensageiros, instituindo sistemas postais e utilizando seus agentes espalhados pelo mundo como correspondente”*. (GONTIJO, 2004, p.203). Na prática, esse sistema de informação “pré-jornal” servia como unificador entre financistas, comerciantes e políticos, informando os mais variados assuntos, como naufrágios, batalhas marítimas e escassez de mercadorias. Dessa forma, nascia uma comunidade internacional que precisava ser abastecida por notícias.

Não se pode afirmar com certeza quando a palavra “imprensa” se transformou em sinônimo de jornalismo, passando a designar genericamente as atividades de coletar informações, redigir, editar, imprimir e publicar notícias. O que temos de fato é que o protótipo do que seria o jornal de hoje surge em 1470, na Itália, época das guerras do Império Otomano, e em 1475, com relatos sobre o sucesso obtido pelos turcos na tomada da colônia genovesa de Cafta. Um ano antes, em Augsburg, na Alemanha, foram impressos relatos sobre as guerras turcas.

Como mencionado, a expansão marítima e econômica impulsionou a imprensa e acabou provocando o fenômeno das notícias diárias. Deve-se lembrar que na Europa, onde nasceu o jornalismo, a cultura de letramento da população foi sendo construída gradativamente. Então, como uma colônia extrativista de um país Europeu lidou com a imprensa? Vejamos então a imprensa no Brasil.

2.2 A imprensa no Brasil

A imprensa no Brasil, assim como sua identidade de um país único, começou a germinar em 1808, com a vinda da família imperial portuguesa, fugindo com outros abastados portugueses da expansão territorialista de Napoleão Bonaparte. Ao chegarem ao Brasil, constataram que não havia uma troca de informações constantes como na Europa. Por conseguinte, a necessidade de informações e de enviá-las para os que ficaram em Portugal mudou radicalmente o paradigma do Brasil. De uma hora para outra surgiram escolas, a Academia de Belas Artes, correios oficiais, a Biblioteca Nacional e a instalação da primeira

tipografia. Com isso, despontaram em solo brasileiro jornais e periódicos, gerando a Imprensa Brasileira.

Na prática, o Brasil viu desembarcarem em seus portos, com a família imperial, quatrocentos anos de desenvolvimento intelectual e tecnológico. Graças a isso, o Brasil viu surgir o primeiro jornal editado e impresso aqui, a *Gazeta do Rio*, em 10 de setembro de 1808. Curiosamente, quatro meses antes, o primeiro jornal impresso sobre o Brasil era oposicionista, confeccionado em Londres, para onde seu editor fugira para evitar ser morto por motivos políticos. O jornal era o *Correio Braziliense* e seu editor/dono se chamava Hipólito da Costa.

A *Gazeta do Rio* era um jornal panfletário, um propagandista do império; já o *Correio Braziliense* era de oposição e assim a imprensa surge no Brasil, dividida, mas com uma das partes perseguida pelo Império. Em 1824, só no Rio de Janeiro, eram publicados mais de 20 periódicos, mas não existia liberdade para a imprensa ou se existia era transitória, visto que quem criticasse o governo ou seus aliados tinha o jornal censurado. O primeiro ato de controle editorial foi o órgão chamado *Imprensa Régia*, que contava com um grupo de censores que vigiava tudo o que era publicado. Em 1834 esse órgão assume um novo nome: *Typografia Real*, que passou a ter mais poderes de censura, o que incluía o de fechar o jornal que não se adequasse às suas regras.

E censura foi uma das palavras mais associadas à Imprensa Brasileira, desde o início do jornalismo no Brasil até o final do século XX, passando por Vargas, pela ditadura militar até chegarmos à anistia política de 1978, que acaba com a censura à imprensa, e, logo em seguida, a Constituinte de 1988, que reformulou a Lei de Imprensa garantindo a liberdade de expressão.

É importante ressaltar que os jornais sempre foram partidários. No Império, de forma mais aberta e clara do que hoje. Os periódicos representavam os interesses de seus donos/editores contra o governo e ele próprio se utilizava da máquina pública para reprimir os “revoltosos” e financiava abertamente os periódicos que o apoiavam. E, por ser tão parcial, a imprensa brasileira pecava por falta de objetividade e não realizava um jornalismo investigativo e a apuração rigorosa dos fatos, algo tão comum na Europa ou na América do Norte. Até a ideia de um jornal tornar-se uma empresa só surgiu no Brasil no século XX.

Com a ausência de um jornalismo investigativo, restava ao jornal oferecer “informações” sociais sobre batizados, casamentos, declarações de amor ou ataques à honra de pessoas, e esses comentários eram pagos pelos interessados. Não é, pois, de se estranhar que mesmo o resultado do jogo do bicho fosse publicado pelos jornais, que davam enorme sensacionalismo às matérias policiais, não muito diferentes dos jornais ditos populares de

hoje. Foi nessa época também que vimos surgir o Romantismo brasileiro, que tinha como mote a construção da identidade da nação, baseando-se na mãe natureza e na figura do índio como um bom selvagem, como arquétipo do herói nacional. Nas palavras de Silvana Gontijo:

Mas foi escrevendo para os jornais que muitos dos nossos melhores autores sobreviveram. *O Ateneu*, de Raul de Pompéia, *O moço louro*, de Joaquim Manuel de Macedo, e *A mão e a luva*, de Machado de Assis, antes de serem publicados como romance, chegaram ao público como folhetim, em capítulos, como as atuais telenovelas. (2004, p.287)

Já o povo brasileiro, que de um dia para o outro viu surgir todo um pensamento científico e político oriundos da Europa, que lutou na Guerra do Paraguai, servindo como “bucha de canhão” e que viu seu país se tornar independente, não participava das discussões promovidas pela imprensa, visto que as notícias eram destinadas a uma elite, que manipulava as questões do Estado para os próprios interesses. A “realidade” que as matérias noticiavam no dia a dia era completamente diferente da que o povo vivia.

Uma das exceções desse período foi a *Revista Illustrada*, de Ângelo Agostini. Jornalista, caricaturista, quadrinista e ativista político, Agostini nasceu em Vecelli, Piemonte, na Itália, em 1843, e passou a infância e a adolescência em Paris, onde estudou na Escola de Belas Artes. Ainda muito jovem, viajou para o Brasil e se naturalizou brasileiro. Suas caricaturas sobre o Segundo Reinado e seus quadrinhos – *As aventuras de Nhô Quim* e *As aventuras de Zé Caipora* – nos dão uma compreensão maior das grandes questões sociais e políticas que afligiam todo o Império.

Novamente nas palavras de Gontijo:

É claro que houve exceções, como a *Revista Illustrada* de Ângelo Agostini, cujas charges tinham o poder de explicitar com bom humor e picardia todas as mazelas do poder público brasileiro e suas conseqüências no cotidiano dos pobres. Às charges e caricaturas de Agostini pode-se atribuir a máxima que afirma que uma imagem fala mais do que mil palavras. (2004, p.297).

O que podemos observar nesse breve histórico da Imprensa, tanto no Brasil como no mundo, é que o jornalismo, desde seu nascimento, sempre serviu a interesses econômicos, políticos e sociais. Passando pela Reforma Protestante, a Contrarreforma, as grandes navegações, a construção do mercantilismo ou as revoluções em diversos países, a imprensa sempre apareceu como baluarte da verdade e da imparcialidade e que servia apenas ao interesse da maioria. O que vimos nesse tópico é que isso é um engodo e que sempre existiu um interesse por trás de alguma notícia. Por mais inocente que possa parecer no primeiro momento, com certeza ela serve a um propósito maior.

2.3 O jornal e sua função na sociedade

Começemos destacando o pensamento de McLuhan (1964, p.231) quando afirma que

O jornal é uma forma confessional de grupo que induz a participação comunitária. Ele pode dar uma “**coloração**” aos acontecimentos, utilizando-os ou deixando de utilizá-los. Mas é a exposição comunitária diária de múltiplos itens e justaposição que confere ao jornal a sua complexa dimensão de **interesse humano**. (**grifo nosso**)

Entendemos o jornalismo como importante transmissor de informação à comunidade sobre determinado acontecimento, seja no âmbito nacional ou internacional. A própria palavra jornalismo nos remete à sua função, conforme assevera Juarez Bahia (1988, apud SOUZA, 1996, p.12) ao definir que seu significado é “*apurar, reunir, selecionar e difundir notícias, ideias, acontecimentos e informações gerais com exatidão, clareza, rapidez, de modo a conjugar pensamento e ação*”.

No entanto, o discurso jornalístico ultrapassa sua função inicial de informar, conforme mencionado no tópico anterior. De acordo com McLuhan, o jornal pode “colorir” a notícia, dando ênfase a aspectos não tão importantes em detrimento de outros, obedecendo a critérios editoriais ou ideológicos do jornal e/ou da sociedade civil.

Logo, mostrar a realidade com veracidade, imparcialidade e objetividade nem sempre é possível, embora a imprensa afirme o contrário. Ao redigir um fato, por exemplo, não podemos descartar que o colunista o interpreta, pois é uma função que mescla conceitos técnicos com valores éticos. Além de interpretar as notícias e orientar seu leitor, o jornal difunde ideias, visto ser dotado de intencionalidade, uma vez que todo e qualquer discurso traz uma carga de ideologia de acordo com o posicionamento do autor e de interesses políticos, mesmo que aparentemente neutro.

O jornal desfrutava de enorme poder, sendo comum dizer que, se não estava no jornal, logo não se tratava de verdade. Para exemplificar tal pensamento, McLuhan diz que

Hoje, um noticiário encara o jornal como ventríloquo encara o seu boneco. Consegue fazê-lo dizer o que quer. Olha para ele como pintor olha para a sua paleta e seus tubos de tintas; dos recursos infundáveis de acontecimentos disponíveis, uma variedade imensa de manipulados efeitos em mosaico pode ser obtida. Qualquer cliente pode ser encaixado numa vasta variedade de diferentes padrões e tons de negócios públicos ou em tópicos mais específicos de interesse humano. (1964, p.241).

O interesse humano é sempre determinado por interesses ideológicos dos donos da imprensa. O termo ideologia, segundo o conceito de Fiorin (2007, p.28), é um conjunto de ideias que serve para justificar, explicar a ordem social e as condições do homem e suas relações com seus semelhantes. Partindo desse pressuposto, o jornal é um propagador de

ideias político-sociais, no qual o jornalista manipula a informação segundo a ideologia imposta por ele ou por seus superiores. Stalin disse sobre o jornal: “*é a mais poderosa arma de nosso partido*” (MCLUHAN, 1964, p. 243). Na URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) era comum o jornal ter uma ideologia favorável ao governo.

O jornalista, ao redigir uma matéria, reflete a opinião do jornal e de uma grande parte do público, contribuindo de modo decisivo para a formação do pensamento coletivo a respeito de determinado assunto.

2.4 O que é ideologia

Vimos no tópico anterior que o jornal desde seus primórdios serve a grupos sociais, ditos dominantes, os quais se utilizam desse veículo de comunicação em proveito próprio. Analisamos também o jornal como reflexo da sociedade em que tanto o objeto físico (jornal) como os que o produzem (jornalistas) estão inseridos e são parte dela, sempre direcionando a notícia para o foco determinado pela sociedade.

Na prática, o sistema de seleção e montagem de uma notícia/informação de um jornal e sua absorção pela sociedade e seus setores estão sujeitos a um conjunto de ideias, concepções e opiniões sobre algum ponto passível de discussão, ou seja, estão inseridos dentro de uma ideologia.

A definição de ideologia é bastante ampla. Por isso, vamos examinar o surgimento do conceito para melhor desenvolvê-lo.

Aristóteles sistematizou o pensamento filosófico grego, que, a partir da Idade Média, ficou conhecido como a teoria das quatro causas, uma concepção metafísica para explicar o funcionamento da natureza. São eles:

- Causa material: a matéria de que um corpo é constituído. Exemplo: a madeira de uma mesa;
- Causa formal: a forma que a matéria possui para constituir um corpo determinado. Exemplo: a forma da mesa, que seria a causa formal da madeira;
- Causa motriz ou eficiente: a ação que faz com que uma matéria passe a ter uma determinada forma. Exemplo: o trabalho para transformar a madeira em mesa e
- Causa final: o motivo ou razão pela qual determinada matéria passou a ter determinada forma. Exemplo: a mesa para ser usada como altar.

Essas quatro causas não possuem o mesmo valor, sendo então hierarquizadas, partindo da inferior para a superior. Nessa teoria da causalidade, a menos importante é a **motriz ou eficiente** (o trabalho) e a mais importante é a **final** (a ideia). Nessa concepção, podemos fazer uma análise da divisão social tanto da sociedade grega quanto da sociedade medieval.

Ambas possuíam um sistema social rígido, quase de castas: na Grécia, a figura do cidadão e, na Europa Medieval, a do senhor feudal, ambos como homem superior; como homem inferior (na Grécia, o escravo, na Europa Medieval, o servo). Se indagássemos em qual das quatro causas os senhores feudais e os cidadãos se encontravam, eles diriam que seria a última, a causa final. Já os escravos e os servos seriam a causa motriz ou eficiente, por trabalharem em prol das ideias e do bem-estar daquele que ordenou a fabricação/produção.

Com o fim da Idade Média, o trabalho passou a ser valorizado “*como uma das expressões privilegiadas do homem como ser natural e espiritual*” (CHAUÍ, 1980, p.6). A partir desse momento, a sociedade começou a valorizar o homem não mais por sangue ou realeza, mas por ter alcançado grande poder econômico ou político e prestígio social como recompensa por seu esforço pessoal. Nascia aí a figura do burguês.

Não apenas essa figura surgia, mas também a do *trabalhador livre*, sem ser escravo nem servo. Esse termo, criado por Marx, segundo a análise de Fiorin, indica que

[...] a relação de trabalho é uma troca entre indivíduos livres e iguais. Eles são livres, porque não estão sujeitos a outros homens por laços de dependência pessoal, como no modo de produção escravagista, mas podem vender seu trabalho a quem quiserem. São iguais, pois todos são donos de uma mercadoria e, portanto, podem estabelecer uma troca: uns vendem seu trabalho e outros o compram. (2007, p.26).

Nessa sociedade capitalista que surgia, temos a figura do homem livre dividido entre o burguês, proprietário privado dos meios de trabalho, e o trabalhador, que não possui as mesmas condições que o burguês, mas que vende sua mercadoria, que é o trabalho, para o primeiro. O problema é que o capital só existe e se mantém com a exploração do trabalho e que é preciso distinguir as duas faces do que chamamos de “trabalho”: de um lado, temos o trabalho como expressão da liberdade do espírito humano, na figura do burguês, que determina os fins de produção; do outro, o aspecto máquina, mecânico e corporal do trabalho se encontra na figura do trabalhador, que executa o trabalho mental do burguês por um salário que suprirá suas necessidades.

O que parece serem ideias nascidas de pura especulação metafísica e de observações e elaborações teóricas, objetivas e neutras, de puro esforço intelectual não está isento das condições sociais e históricas, pois representa expressões verdadeiras dessas condições. Com essas ideias, pretende-se explicar a realidade, sem levar em conta que elas sejam explicadas pela realidade. Realidade é o que vai definir o que é a ideologia e seu campo de aplicação.

2.4.1 Ideologia e sua gênese

O termo ideologia surge pela primeira vez em 1801 no livro de Destutt de Tracy, *Eléments d'Idéologie*. Juntamente com o médico Cabanis, com De Gérando e Volney, Tracy pretendia elaborar uma ciência das gêneses das ideias, “*tratando-as como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo com o meio ambiente*” (CHAUÍ, 1980, p.10).

Muitas dessas propostas são decorrentes do mundo tecnocrata ⁸ do século XIX. A física mostrava que o mundo era controlável, bastando apenas conhecer o princípio de algo para concluir o desenrolar dos acontecimentos e o término da ação. O caminho que a ciência seguia, iniciou-se com as descobertas de cientistas como Isaac Newton, que mostrava que a natureza possuía uma ordem e uma progressão. Também podemos analisar que o século XIX presenciou a queda de muitos regimes imperiais, baseados na força religiosa, e a França vivia naquele momento os acontecimentos que culminariam na sua Revolução.

Com esse cenário, os criadores da ideologia elaboraram uma pedagogia baseada em química, física e biologia, que ajudaria na construção de um **bom espírito**, o que, citando Chauí, era “*um espírito capaz de observar, decompor e recompor os fatos sem se perder em várias especulações*” (1980, p.10).

A ideologia passou a ganhar notoriedade com Napoleão Bonaparte, que segundo Chauí, nomeou vários ideólogos como cônsules e senadores. Quando Napoleão se proclamou Imperador e instaurou o antigo regime monárquico, os ideólogos se sentiram traídos e migraram para o partido de oposição. Como consequência, os termos ideologia e ideólogos assumiram valor pejorativo, sobretudo quando o então Imperador Bonaparte, em um discurso ao Senado, declarou que:

[...] todas as desgraças que afligem nossa bela França devem ser atribuídas a ideologia, essa tenebrosa metafísica que, buscando com sutilezas as causas primeiras, quer fundar sobre suas bases a legislação dos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e às lições da história. (CHAUÍ, 1980, p.10).

Com essa afirmação, Napoleão Bonaparte transformou os ideólogos materialistas e antimetafísicos em ignorantes do realismo e extremamente metafísicos. O termo só voltaria a ter alguma relevância com Comte e seu Positivismo.

⁸ Termo aplicado aos técnicos de vários setores da sociedade industrial que, supostamente, poderiam gerir toda sociedade civil, reduzindo as questões sociais a um ponto de vista funcionalista-sistêmico. A ciência e a técnica acabam sendo a força produtiva de primeira grandeza (a causa das ideias).

Augusto Comte, ao criar sua filosofia positivista, empregou o termo ideologia em dois significados. De um lado, a ideologia ainda é aquela atividade filosófico-científica que estuda a formação de ideias com base na relação entre o corpo humano e o meio ambiente. Do outro lado, ideologia também significa o conjunto de ideias de uma época, tanto como “opinião geral” quanto no sentido de elaboração teórica dos pensadores dessa época.

Após esses esclarecimentos históricos, vejamos como o termo ideologia pode ser definido hoje:

[...] um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças a divisão da sociedade em classes, a partir das divisões na esfera da produção. Pelo contrário, a função da ideologia é de apagar as diferenças como de classes e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação ou o Estado. (CHAUÍ, 1980 apud ARANHA; MARTINS, 1986).

Tudo que abordarmos sobre ideologia pode ser aplicado no microcosmo que é a empresa jornalística, mais precisamente na redação de um jornal. Trabalhamos com a premissa de que o jornal é influenciador de opiniões, exercendo uma posição ideológica sobre seus leitores. Ressaltamos, entretanto, que esse mesmo jornal é influenciado pela sociedade no momento em que a empresa-jornal, por meio da estrutura da redação, seleciona e edita a informação/notícia dos seus jornalistas.

Retomando a teoria da casualidade, a **causa final** e **causa motriz ou eficiente**, observamos que existe um verticalismo dentro da redação de um jornal; uma hierarquia de trabalho com o editor-chefe (que representa a classe dominante, os donos) até os jornalistas, sendo esses os trabalhadores (a classe dominada dentro do jornal). A relação é de obediência dentro dessa estrutura, porque o jornalista recebe uma pauta de seu editor de seção, que a recebe do editor-chefe. A notícia, ao ser publicada, passa pela editoria (editor de seção) até chegar ao editor-chefe a fim de adequar à ideologia da empresa, em consonância com a ideologia da sociedade. O jornalista, na grande maioria, sendo a causa motriz, não participa das decisões de pauta criadas pelos editores, que é a causa final. Mas, diferente de outros trabalhadores, alguns jornalistas têm “liberdade” para negociar pontos de vista dentro de sua notícia. Porém, mesmo assim, ele sempre estará sujeito à opinião parcial do jornal.

Dessa forma, como mostra a ideologia, definida por Chauí, o jornal tenta passar uma imparcialidade aos seus leitores e com suas notícias diárias tenta “vender” a ideia de identidade social única, como se não existisse a diferença de classe. O único momento

palpável em que o jornal se propõe a ter uma opinião como instituição está na seção em que se encaixam os textos do chamado gênero editorial. No entanto, convém levantar algumas considerações sobre os gêneros textuais a que o editorial pertence.

2.5 Gêneros textuais

Nos estudos linguísticos e literários, palavra “gênero” não é algo novo, tendo sido especialmente ligada aos gêneros literários, cuja análise se inicia com Platão, se firma com Aristóteles, passa por Horácio e Quintiliano, durante a Idade Média, pelo Renascimento e pela modernidade até os primórdios do século XX. Hoje, é usada para referir-se a uma categoria de qualquer tipo de discurso, falado ou escrito, com ou sem aspirações literárias, entendendo “*os gêneros como fatos decorrentes de um reconhecimento psicossocial, ou seja, eles são peças que integram atividades socialmente organizadas, vivenciadas por meio de textos*”. (HENRIQUES, 2011, p.8).

O estudo dos gêneros textuais está cada vez mais multidisciplinar. Pensar em um texto como materialização do discurso e do pensamento nos leva a concluir que o gênero está vinculado à vida cultural e social e é, portanto, construído em situações concretas de uso da língua, visto ser uma estrutura comunicativa entrelaçada à sociedade. Bakhtin (1992, apud KOCH, 2010, p.55) declara que todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão relacionadas com a língua.

Práticas comunicativas comuns na vida diária como um telefonema, carta comercial, leitura de um romance, um bilhete, reportagem, aula expositiva, notícia jornalística, resenha, resumo, edital de concurso, piada, uma conversa espontânea entre amigos, bate-papo virtual e assim por diante são gêneros textuais materializados em situações comunicativas recorrentes, que sofrem variação de acordo com o propósito comunicativo. Os gêneros apresentam padrões sociocomunicativos característicos, definidos por sua função e objetivo enunciativo. Eles propiciam a construção de um “modelo” sobre o que são, como se definem e em que situação podem ser produzidos.

Falantes/ouvintes; escritores e leitores têm conhecimento, mesmo que inconscientemente, dos gêneros textuais, tanto que identificam sua característica e função. Sabem, por exemplo, identificar um poema, um anúncio, um texto jurídico, etc. O que ocorre é que alguns demonstram mais competência em uns do que em outros, visto que tudo dependerá do contexto no qual estão inseridos.

No entanto, mesmo não os dominando completamente, os indivíduos possuem uma competência que propiciará uma escolha adequada do que produzir em dada situação, conforme afirma Koch (2010, p.54): *“Por isso, não contamos piada em velório, nem cantamos hino do nosso time de futebol em uma conferência acadêmica, nem fazemos preleções em mesa de bar”*.

É de conhecimento que a língua não é analisada isoladamente, mas como um fenômeno que serve a uma variedade de propósitos que são alcançados por meio dos mais variados gêneros textuais, sejam escritos, sejam orais. Desta forma, todas as nossas produções baseiam-se em formas-padrão relativamente estáveis de um todo no qual denominamos gêneros.

O conceito de gênero é fundamental para o estudo da linguagem, visto que ainda há quem aborde os gêneros e as sequências textuais como fixos e imutáveis, o que difere da teoria bakhtiniana que define os gêneros como tipos de enunciados relativamente estáveis. Isso deixa evidente que é possível recriar os gêneros, considerando que os discursos se moldam em função de situações sociais de comunicação; as variadas atividades do homem é que determinará a criação de novos gêneros. Eles são inesgotáveis, pois alguns entram em desuso e outros aparecem em função das atividades humanas ao longo da história.

A enunciação só é possível em um contexto sócio-histórico que determinará as condições de produção do enunciado. Além disso, essa enunciação é resultado de vários discursos que se entrelaçam entre a esfera social e individual. Quando falamos, estamos transmitindo outras vozes nesses discursos como a dos nossos pais, dos nossos amigos; o que lemos, a que assistimos etc. Ribeiro (2009, p.36) declara que esse caráter interativo atribuído à linguagem pressupõe um movimento argumentativo, gerado pela necessidade que o homem tem de compartilhar suas ideias, de defender suas opiniões nas mais diversas situações.

Nessa perspectiva, acreditamos que essa interação é concretizada e esses propósitos são alcançados por meio dos mais variados gêneros textuais, e suas estruturas linguísticas são organizadas de forma a cumprir determinados objetivos discursivos, quais sejam: descrever, narrar, argumentar etc. São essas sequências textuais que se combinam na composição dos gêneros.

2.5.1 O gênero editorial

Para Erbolato (1979, p.34), há uma separação importante entre informação e opinião. De um lado, temos o relato e a descrição de um fato; do outro, sua análise e comentário. Sua denominação hoje é jornalismo informativo, interpretativo e opinativo.

Informar é relatar fatos, ideias ou situações do presente, do passado ou sobre algo que esteja atuando na consciência coletiva. Transmitir uma informação sobre determinado assunto compete ao gênero do jornalismo informativo, que se divide em notícia, reportagem, história de interesse humano e informação pela imagem.

Explicar o porquê ou mostrar detalhes cabe ao jornalismo interpretativo, que se aprofunda na análise das ocorrências e as complementa com matérias paralelas, transformando-se em reportagem em profundidade. Para Beltrão (1980, p.13), o esforço de interpretar orienta no sentido de tirar conclusões e emitir juízo com o objetivo de orientar o pensamento social para ação e defesa do bem comum.

No que diz respeito ao jornalismo opinativo, o jornal trabalha com a capacidade humana, que, baseada nas vivências, fatos e ideias conflitantes em seu meio, exprime juízo de valor sobre os mais variados assuntos. Essa categoria se divide em editorial, artigo, crônica, opinião ilustrada (charge) e opinião do leitor. Vamos nos ater ao primeiro item, *corpus* desta dissertação, que são os editoriais.

O gênero textual editorial, que chamamos de retórico-opinativo, é um espaço em que a mídia impressa divulga suas opiniões acerca do que acontece no mundo. Temas como política e economia são bem comuns. Sendo uma categoria de texto argumentativo, esse gênero transmite uma posição ideológica sobre fatos polêmicos ou temas que estejam em repercussão no momento, levando o leitor a acreditar que se trata de uma premissa real. De acordo com a definição de Faria,

Editorial é um texto jornalístico opinativo, escrito de maneira impessoal e publicado sem assinatura, sobre os assuntos ou acontecimentos locais, nacionais ou internacionais de maior relevância. Define e expressa o ponto de vista do veículo ou da empresa responsável pela publicação (do jornal, revista etc.) ou emissão (do programa de televisão ou rádio). O editorial apresenta, principalmente em sua forma impressa, para jornal, traços estilísticos peculiares. [...] A página editorial tem um estilo que acompanha as tendências do jornal, o próprio “estilo” do jornal. Esse estilo é equilibrado, denso ou leve, conforme a linha do veículo. (2007, p.118).

Os editoriais são construídos por meio da política editorial do grupo no qual o jornal é veiculado. É nesse momento que o jornal divulga sua opinião de forma clara e aberta. Como assevera Beltrão (1980), essa opinião não é arbitrária. Ela é a que a sociedade considera digna de relevância para que possa ser gerada uma discussão e uma ação. Os editoriais seguem os

seguintes critérios: as convicções filosóficas do grupo, as informações e as relações que envolvem o tema proposto, as sondagens e pesquisas realizadas na área de circulação e influência, a experiência jornalística dos chefes de redação (algumas vezes reunidos em conselhos editoriais) e os interesses econômicos da empresa.

O gênero editorial é um texto sem subtítulo, com parágrafos pouco numerosos e extremamente densos. É uma parte do jornal que, normalmente, não interessa à maioria da população, mas a pessoas orientadas para economia, política e administração de setores relacionados aos assuntos citados. Embora deva orientar a opinião pública em geral, isso não ocorre, pois nem todos são leitores proficientes nesse gênero.

A apresentação gráfica tem uma forma bem tradicional, padronizada; a estrutura é composta de introdução, desenvolvimento e conclusão. O texto não é assinado e é escrito na terceira pessoa do singular ou primeira do plural (são marcas de impessoalidade). Trata de um tema ou tópico (usa a topicalidade), focaliza uma ideia central, dá maior ênfase às afirmações que às demonstrações (pratica a condensalidade), e é dinâmico, pois aborda assuntos de natureza recente (tem plasticidade).

Acreditamos que o editor ⁹, ao expressar a opinião do jornal, quer fazer o leitor acreditar, firmemente, no que está escrito, levando-o a concluir o que o enunciador deseja. Essa figura é o elo entre os jornalistas e o grupo empresarial do jornal. Nas palavras de Beltrão (1980), é ele “*que representa o grupo mantenedor do periódico*”.

O editorial deveria apenas apresentar o pensamento da empresa. No entanto, percebemos que transcende esse objetivo, pois além de ser um texto opinativo caracteriza-se também pela persuasão, fator que nos remete à visão aristotélica de que o texto visa estabelecer uma verdade única. Segundo Citelli (2002, p.5), o ponto de vista do receptor é dirigido por um emissor que impessoalmente vai construindo, sob a sutil forma de negação, uma afirmação cujo propósito é induzir alguém acerca da verdade de outro. Por isso, é possível afirmar que a opinião do jornal cumpre uma função social, que é de apresentar um novo argumento ao leitor, na tentativa de convencê-lo em relação à validade de uma opinião previamente prestigiada, visto que não há neutralidade jornalística.

⁹ A palavra editor vem do latim *edere*, que significa dar à luz, e fazia referência ao lançamento de livro ou início de circulação de um jornal ou revista.

3 A ARGUMENTAÇÃO E OS OPERADORES ARGUMENTATIVOS

No capítulo anterior traçamos um percurso histórico para confirmar que desde suas origens o jornal manipulava, persuadia, convenciam e não apenas informava. Hoje, ao dirigir nossa leitura com atenção à mídia impressa, visualizamos sua função social: atrair a atenção do leitor, de modo a levá-lo a consumir, compartilhar determinado ponto de vista que, muitas vezes, sofre influência de grandes empresas e do poderio político. O editorialista (locutor), por meio de uma estrutura argumentativa, desenvolve o pensamento do jornal-empresa sobre determinado assunto vigente na sociedade. Achamos então pertinente fazer uma análise do papel da retórica na história e nos dias de hoje para melhor compreendermos o uso dos recursos de argumentação na construção de sentido do editorial.

A retórica clássica, que nasceu na Grécia por volta de 427 a.C., é a arte de persuadir e convencer um grupo de pessoas ou um único indivíduo a executar uma ação ou ter uma postura sobre determinado assunto. Essa arte foi criada pelos sofistas, como eram chamados os sábios desse período histórico, e suas principais figuras foram Protágoras e Górgias, que acreditavam que a retórica era uma verdade determinada pelo ser humano. Daí a afirmação de Protágoras: *“O homem é a medida de todas as coisas”*.

A retórica não visa à verdade absoluta, mas a discussão entre pontos de vista ou paradigmas, e essa era a principal crítica feita por Platão a essa arte. Ele alegava que os sofistas eram apenas mestres de uma *téchne*, ou seja, de uma simples habilidade prática, sem nenhum compromisso moral. Para Platão, faltava apresentar a verdade, que, segundo ele, era determinada não pelos homens, mas pelo campo das ideias. Portanto, acreditava que a retórica servia apenas para persuadir e não para ensinar e levar ao verdadeiro conhecimento.

Sobre a retórica, Aristóteles tem um pensamento diferente de Platão. Para ele, a retórica desempenha uma função relevante e específica, que é fazer com que o ouvinte (auditório) passe a ver a realidade de determinada maneira. Segundo o filósofo, o principal objetivo da retórica consistia em analisar teoricamente como seria possível “fazer” a persuasão, descobrindo o que é próprio para chegar à arte de persuadir. Aristóteles não entra no mérito do que está sendo dito, mas sim como é dito, sua finalidade.

A retórica aristotélica se torna assim o ponto de equilíbrio entre os sofistas e Platão, porque ela unia a experiência (Protágoras e Górgias) com a metafísica de Platão, perguntando

o porquê de as coisas acontecerem – em um único pensamento.

A retórica aristotélica concentrava seus estudos na arte de falar em público e era também condicionada às leis da lógica. Segundo ele, a lógica estuda a razão como instrumento da ciência ou como meio de adquirir ou possuir a verdade. Para isso é necessário raciocinar ou argumentar sobre o que se vive a fim de obter a adesão do auditório. Racionar, para Aristóteles, é

[...] um tipo de operação discursiva do pensamento, consistente em encadear logicamente juízos e deles tirar uma conclusão. Essa operação é discursiva porque vai de uma idéia ou de um juízo a outro passando por um ou vários intermediários e exige o uso de palavras. Portanto, é um conhecimento *mediato*, isto é, procede por mediação, por meio de alguma coisa. (ARANHA; MARTINS, 1986).

Já a argumentação era considerada uma técnica pedagógica que tinha o intuito de dar condições às pessoas de alcançarem um conhecimento estabelecido, um procedimento pelo qual se chegasse ao saber ou ainda um modo de convencer (falar por meio da razão) alguém. A linguagem oral era entendida como um instrumento, como um meio de persuadir (falar por meio da emoção) o auditório, ou seja, o destinatário a quem se pretendia influenciar com a argumentação, o que se fazia por meio da oratória (ato de falar em público). Aristóteles acreditava que qualquer pessoa poderia argumentar, desde que obedecesse às regras da lógica e da linguagem.

Depois de séculos relegada ao esquecimento, a retórica ressurgiu como campo de estudo na metade do século XX, em especial no livro *Tratado da Argumentação: a nova retórica*, de Perelman (1958). A nova retórica preocupa-se com a linguagem falada e escrita e, embora a noção de auditório permaneça, o que se estuda hoje é a estrutura da argumentação como construção do pensamento e não as leis da lógica.

O auditório pode ser formado tanto psicologicamente como socialmente. O aspecto social na construção de um auditório é de vital importância, pois o discurso¹⁰ argumentativo deve refletir o modo de pensar da comunidade que prepara esse auditório, lembrando que ele corresponde ao interlocutor para o qual dirigimos nossos argumentos.

Sendo o auditório heterogêneo e, conseqüentemente, não existindo uma única forma de argumentar, é importante levar em conta as convicções dominantes e a função social dos participantes. Na quantidade, um auditório pode ser: universal (formado, hipoteticamente, por toda a humanidade); particular (formado por um único interlocutor ou interlocutores ou

¹⁰ Entendemos neste trabalho que o discurso, segundo as palavras de Koch, “manifesta-se linguisticamente por meio de texto – em sentido estrito – que consiste em qualquer passagem falada ou escrita, capaz de formar um todo significativo, independente de sua extensão”. Trata-se, assim de uma unidade semântico-pragmática de um contínuo textual que se caracteriza, entre outros fatores, pela coerência e coesão, conjunto de relações responsáveis pela tessitura do texto. (2010, p. 20)

também por um grupo de ouvintes com interesses em comum); e individual (constituído do próprio sujeito, quando este delibera as razões de seus atos).

Ressaltamos que no caso de textos escritos a definição de auditório se torna mais complexa, visto que um escritor pode apenas ter uma noção de quem vem a ser o seu público-leitor, uma vez que este não pode ser delimitado com exatidão. É certo que seu texto pode atingir outros auditórios, que inicialmente não faziam parte da expectativa original, lembrando que o orador tem em mente o público que quer influenciar. Por isso, a definição de auditório que melhor se encaixa no nosso estudo é de Perelman (2005, p.22), ao defini-lo como “*o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação*”.

Para que haja argumentação é necessário que, em um determinado momento, a “comunidade dos espíritos” encontre correspondência nas palavras do locutor. Forma essa “comunidade” o auditório, universal ou particular, que compreende a todos os seres a quem a discussão se destina, sendo um texto oral ou escrito. Ganhar a adesão dos espíritos significa ter modéstia por parte de quem argumenta, já que é necessário se preocupar e se interessar pelo auditório. Significa também pensar e planejar os argumentos que influenciarão o interlocutor, como possuir uma linguagem em comum. Além disso, é necessário seguir um raciocínio lógico para a construção desses argumentos, levando em consideração o seu auditório.

Portanto, o locutor deve adaptar seu discurso ao auditório, selecionando, organizando e apresentando os argumentos em sintonia com seus objetivos e com as características do ouvinte/leitor, visando alcançar os objetivos de ambos. Entretanto, a estrutura da argumentação pode ser benéfica em determinado processo de comunicação e em outra não. Tudo depende da situação discursiva. Comentando essa questão, Koch (2009, p.18) afirma:

[...] o **ato de convencer** se dirige unicamente à razão, através de um raciocínio estritamente lógico e por meio de provas objetivas, sendo, assim, capaz de atingir “auditório universal”, possuindo caráter puramente demonstrativo e atemporal (as conclusões decorrem naturalmente das premissas, como ocorre no raciocínio matemático), o **ato de persuadir**, por sua vez, procura atingir a vontade, o sentimento do(s) interlocutor(es), por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis e tem caráter ideológico, subjetivo, temporal, dirigindo-se, pois, a um “auditório particular”: o primeiro conduz a certezas, ao passo que o segundo leva a inferências que podem levar esse auditório – ou parte dele – à **adesão** aos argumentos apresentados.

Para que esses argumentos encontrem esses auditórios, não basta apenas escrever ou falar em público em determinadas ocasiões. É necessário que estejamos sempre dispostos a ouvi-los, a aceitar o fato de que eles têm outros pontos de vista, e que precisamos aceitá-los, mesmo não concordando. Ao levar esse pressuposto para o editorial, objetivo de nosso estudo, é certo afirmar que o auditório não pode “dialogar” com a opinião impressa da empresa e, por

isso, talvez, ele tenha um tom mais impositivo ao expor seus argumentos e em não permitir a discussão de ideias nem a aceitação de ideias contrárias. Perelman confirma esse pensamento ao afirmar que

[...] em nossa civilização, em que o impresso, tornado mercadoria, aproveita-se da organização econômica, para impor-se à atenção, tal condição só aparece claramente nos casos em que o contato entre o orador e seu auditório não pode estabelecer-se graças às técnicas de distribuição. Portanto, percebemos melhor a argumentação quando é desenvolvida por um orador que se dirige verbalmente a um determinado auditório, do que quando está contida num livro posto à venda em livraria. (2005, p.21).

Essas palavras confirmam o que foi desenvolvido em capítulo anterior, que a escrita, por fazer parte do desenvolvimento intelectual humano e por ser a mais poderosa ferramenta da construção de nossa história como um todo, corrobora qualquer texto, transformando-o em verdade, quase absoluta.

Fica claro que, quando escrevemos algo para alguém, temos determinado objetivo, e é isso que determina os elementos retóricos a serem utilizados. Aristóteles atribuiu à retórica uma função relevante, pois por meio dela o falante persuadia o ouvinte a enxergar a realidade de determinada maneira e era possível mostrar o modo de construir as palavras visando convencer ou persuadir o receptor acerca de dada verdade, utilizando-se da lógica e do silogismo. Já a nova retórica, ao se opor a esse raciocínio aristotélico, define a argumentação como um ato de persuasão cujo objetivo é provocar ou aumentar a aceitação dos locutores suas teses. Novamente nas palavras de Perelman:

Mas, quando se trata de argumentar, de influenciar, por meio do discurso, a intensidade de adesão de um auditório a certas teses, já não é possível menosprezar completamente, considerando-as irrelevantes, as condições psíquicas e sociais sem as quais a argumentação ficaria sem objeto ou sem efeito. Pois toda a argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual. (2005, p.16).

Percebemos que a arte da retórica significa a propriedade que o interlocutor possui de se apropriar da palavra para alcançar determinados grupos sociais. O mesmo pode-se dizer da mídia, uma vez que ao definir uma técnica de produzir o discurso, seu objetivo final é persuadir e convencer o leitor para uma determinada ação no tempo presente ou no futuro.

O estudo minucioso dos argumentos e do público que a imprensa quer atingir influencia diretamente no conteúdo da mensagem, pois será adaptada de acordo com o público em questão. Antes de entrarmos no objeto de nosso estudo e pesquisa, convém delimitar o conceito de persuasão e convencimento, tão recorrente no decorrer deste capítulo.

3.1 Persuasão e convencimento

Quando se pensa em argumentação, é fundamental entender que ela vai além do fato de apresentar provas ou mostrar a verdade. Significa, também, persuadir e convencer, e ambas se diferem. Citelli (2002, p.16) define a persuasão como “*sinônimo de submeter, daí sua vertente autoritária. Quem persuade leva o outro à aceitação de uma dada idéia*”. O ato de persuadir significa organizar o discurso de modo que o receptor se convença de que o que está sendo dito se constitui como algo verdadeiro. Para ele, o enunciando “*possui um conteúdo que deseja ser verdadeiro: alguém “aconselha” outra pessoa acerca da procedência daquilo que esta sendo enunciado*”.

Para Koch (2010, p.18), o convencimento está relacionado à razão, que busca por meio de raciocínio lógico e por provas objetivas alcançar um auditório universal. A autora faz um contraponto em ambos os conceitos. Assim como Citelli, para ela persuadir envolve “chegar” ao sentimento dos interlocutores e seu objetivo é alcançar um auditório particular, levando-o à aceitação dos argumentos. Logo, é possível concluir que se deseja convencer o outro quando se usa a razão e persuadir quando se fala à emoção. Argumentar, portanto, é a arte de convencer e persuadir.

Convém enfatizar que a retórica significa a propriedade que o interlocutor possui de apropriar-se da palavra para alcançar determinados grupos sociais. Ao pensarmos na mídia impressa, observamos que ela possui grande destaque na sociedade, porque se torna um importante campo de investigação para os estudos da língua e do texto escrito, já que tem o poder de convencer, gerenciando a informação, provando e demonstrando. Também persuade o leitor, organizando seu discurso de modo que o receptor seja levado a acreditar no que está sendo dito/comunicado, a agir e a fazer o que foi proposto. Note-se que convencer e persuadir não significam a mesma coisa. A principal diferença é que convencer é mudar a ideia de uma pessoa usando a razão; persuadir envolve o campo da emoção, fazendo com que o leitor possa agir.

A ideologia presente nos periódicos, em especial os de grande circulação, é elaborada de modo a levar o leitor a agir. Apesar de sua roupagem informativa, o jornal tem o poder de controlar, por intermédio de mecanismos argumentativos muitas vezes imperceptíveis, o pensamento dominante de um grupo, uma vez que seu objetivo enunciativo pressupõe a intenção de convencer o interlocutor sobre o que trata a premissa real. Conforme declaramos,

o jornalista, ao elaborar seu discurso, tem o intuito de persuadir o leitor a compartilhar determinado ponto de vista e, por isso, estrutura seus argumentos de tal maneira a alcançar seu propósito. Utiliza procedimentos argumentativos e conhecimentos linguísticos para levar seu leitor a crer no que transmite.

Dominar a estrutura da língua e a maneira como ela pode influenciar comportamentos está relacionado, segundo Abreu (2009, p.10-11), à capacidade de gerenciar a informação por meio da comunicação oral e escrita, até porque dominá-la e manejá-la eficazmente significa estabelecer relações interpessoais, defender pontos de vista e motivar outros. Mas para que isso seja benéfico é preciso saber argumentar, levando em consideração o interlocutor (com quem fala, de que lugar se fala) e o propósito comunicacional (com que intenção a fala é produzida), posto que um texto, um enunciado sempre possui uma finalidade.

Por conseguinte, se faz necessário conhecer o processo argumentativo e os efeitos produzidos na mensagem. Perelman (2005, p.50) afirma que

[...] o objetivo de toda argumentação, como dissemos, é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno.

Concebemos a linguagem como uma atividade que leva o sujeito à ação, visto que permite que membros de uma sociedade pratiquem inúmeros atos que levarão o outro a estabelecer vínculos, a alterar comportamentos. Portanto, ultrapassa o conhecimento inicial entender a linguagem apenas como reflexo do pensamento e também como transmissora de informações. Conhecer os processos linguísticos significa analisar manifestações concretas, isto é, indivíduos concretos/reais em dado contexto situacional. Esse pensamento corrobora as ideias de Bakhtin, ao afirmar que

O enunciado existente, surgido de maneira significativa num determinado momento social e histórico, não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência ideológica em torno de um dado objeto de enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social. Ele também surge desse diálogo como seu prolongamento, como sua réplica, e não sabe de que lado ele se aproxima desse objeto. (2002, p.86).

Tendo em mente o conceito de enunciado declarado pelo autor, o diálogo ultrapassa uma interação face a face. O discurso é constituído de outras vozes, de outros discursos, com diferentes visões de mundo e pontos de vista. Essas vozes podem partir de grandes instituições, que ao constituírem seu ponto de vista esperam obter resultados. Isso significa que nosso enunciado perpassa o que lemos, pelo conhecimento que temos de mundo. É claro que todo discurso subjaz um discurso interior, até porque não há neutralidade. Mas será que o leitor/sujeito consegue separar a informação da subjetividade do autor do texto? Será que

reproduzimos algo sem nos darmos conta?

Observamos que muitas instituições de ensino passaram a estudar os gêneros da mídia com o objetivo de formar leitores críticos - aliás, esse é o papel da escola conforme declara Henriques ao comentar o uso do jornal em sala de aula, cuja finalidade é

[...] enfatizar um procedimento didático e pedagógico que parta da realidade da linguagem em uso para a exploração de variados conteúdos gramaticais, associados como algo que pode ser compreendido sem traumas nem camisas de força, mas com responsabilidade e propósitos. (HENRIQUES, 2004, p.53).

No entanto, apesar da utilização do discurso jornalístico em sala de aula, ainda é pouco explorada a função dialógica desse gênero, em especial, a notícia e o artigo de opinião.

Fiorin define o dialogismo como relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados. Todo enunciado é uma resposta a um já dito, seja numa situação imediata, ou num contexto mais amplo. Logo, todo discurso está sempre perpassado por ideias gerais, por pontos de vista, por apreciações de outros. Apenas o discurso do Adão mítico não sofreu nenhuma influência de outro discurso, conforme assevera Bakhtin (1988, apud FIORIN, 2008, p.18):

[...] Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua orientação dialógica do discurso alheio para o objeto. Para o discurso humano, concreto e histórico, isso não é possível: só em certa medida e convencionalmente é que pode dela se afastar.

Nosso objetivo não é analisar o ensino em sala de aula, mas questionar um problema social. Não dominar e interpretar um texto significa ser facilmente convencido e persuadido. Não compreender e identificar o dialogismo, que é responsável pela heterogeneidade discursiva, pode prejudicar o entendimento de um texto. Então, será que em um futuro próximo teremos cidadãos conscientes?

O dialogismo refere-se ao modo de construção do discurso por meio da incorporação de outros sobre o mesmo objeto, podendo ou não ser percebido pelos interlocutores, o que pode ocorrer explicitamente ou por meio de marcas tipográficas ou das formas verbais. Relaciona-se com enunciados já proferidos, uma vez que, ao ser produzido, o enunciado espera uma resposta, seja concordando com ele ou mesmo refutando-o.

A função do dialogismo no texto nos faz entender a dinâmica de interação entre o discurso de outrem e o contexto no qual ele aparece. Tendo esse conhecimento, é possível compreender as posições do sujeito, que podem concordar ideologicamente ou não. Essa prática de linguagem, o dizer sobre o dizer, é marcada em inúmeros gêneros discursivos como notícias, resenhas, relatórios, conversas cotidianas etc.

3.2 A argumentação na mídia impressa

O ser humano é essencialmente argumentador. Observe-se um bebê que transmite sua vontade por meio de vários tipos de choros. Segundo especialistas, cada choro representa um tipo de necessidade ou simplesmente “manha” por atenção. Com isso, essa criança, conforme seu crescimento e aprendizagem, será capaz de argumentar visando realizar suas necessidades mais básicas, convencer o outro das suas ideias, pois “*a vida em sociedade acarreta inúmeras ocasiões em que uns precisam convencer os outros a atender às suas necessidades e interesses, a abraçar suas ideias*”. (RIBEIRO, 2009, p.10).

O ato de argumentar é elaborar argumentos a favor ou contra uma tese, sendo parte indissociável da retórica, uma vez que argumentar faz parte do ser humano. Pensando na argumentação como a opinião de alguém (ou grupo social) e tendo em vista que todo ponto de vista é o ponto de vista de alguém, isso significa que, principalmente em textos argumentativos, é preciso estabelecer a visão do autor do texto. Para o encadeamento e construção do propósito do texto argumentativo, é necessário formular uma série de mecanismos, uma vez que o editorial, ao ser formulado, necessita que o jornalista responsável tenha compreensão do assunto e a formalização de uma perspectiva acerca do problema levantado. Devemos ter em mente que, ao tratarmos de questões relativas à análise de tais textos, se faz recorrente levar em conta as experiências de mundo, que acumulamos com leituras prévias sobre o assunto em questão. Com isso, desenvolvemos a capacidade de analisar, compreender e criticar, além de transmitir para outras pessoas nosso pensamento.

Pensando nos textos argumentativos como formadores de opinião, sabemos que ele influencia o público para uma verdade, em detrimento de outras verdades. Isso é manifesto por meio dos efeitos pragmáticos da linguagem, que é a capacidade que os signos verbais possuem para influenciar, definir ou redefinir posições, confirmando preconceitos e formando ou reformando atitudes de uma pessoa.

Na semântica argumentativa não existe um discurso neutro, porque todo texto, por mais simples e inocente que possa aparecer, subjaz as ideologias do autor. Por exemplo, a frase “Votarei em fulano” (manifestação concreta em situação de interlocução), além de veicular uma informação, desempenha um sentido, pois está subentendido que o interlocutor quer convencer o outro a fazer o mesmo ou, no mínimo, justificar a escolha do voto.

Estudar a argumentação e a construção de sentido dentro do discurso jornalístico terá

importância porque percebemos que o ser humano pode facilmente ser influenciado e convencido por não dominar e não conhecer as marcas linguísticas do texto, seja ele verbal ou não. E o editorial, por ser um momento de difusão da opinião da empresa e, conseqüentemente, estar veiculado à imagem idônea e imparcial que o jornal vende, leva milhares de leitores ao convencimento de uma verdade incontestável. Sendo uma seção aberta à opinião da empresa, tudo está preparado para que sua verdade seja encaminhada à aceitação do leitor, sobretudo por tratar de questões atuais, que geram polêmica e discussão na sociedade.

No entanto, ao lermos uma notícia, devemos ficar atentos para o que é informação e o que é subjetividade do editorialista. Analisar as inserções de subjetividade dentro do texto nos deixará aptos a não confundir informação com a opinião do jornal. Isso nos permite defender a ideia de que é necessário o estudo da argumentação e de suas marcas no texto, porque, muitas vezes, por ineficácia do ensino de língua no Brasil, a população não desenvolve as habilidades linguísticas essenciais, entre elas a argumentação racional, estruturada e consistente, que geraria um leitor crítico e consciente.

A nossa verdade é a visão que temos do mundo, de outras pessoas e de coisas ao nosso redor, influenciadas por nossas funções sociais, econômicas e culturais, que é, segundo Citelli (1994), construída pela formação discursiva. Na prática, a nossa opinião é um reflexo de um discurso vigente na maioria da sociedade visando ao bem comum. No entanto, o inverso também ocorre, pois quando uma opinião é contrária à nossa e não a classificamos como “verdade”, utilizamos a retórica para convencer o outro do seu “erro” e, nesse caso, haverá embate, pois o receptor assumirá o papel de emissor e tentará nos convencer de sua verdade.

No texto argumentativo, se o interlocutor não domina eficazmente uma série de mecanismos que a linguagem oferece, ele será convencido facilmente pela veracidade do locutor. Nas palavras de Citelli (1994, p.48),

Locutores e interlocutores precisam, particularmente nos casos dos discursos argumentativos/dissertativos, de um certo nível de formação e informação a fim de poderem formular ou compreender o que se afirma numa certa peça de convencimento. E o mecanismo mais prático encontrado pela humanidade para formar/informar pessoas continua sendo a linguagem.

Tendo em mente a noção de linguagem como uma forma de ação dotada de intencionalidade e que o texto argumentativo cumpre essa função de forma mais evidente, analisaremos os operadores argumentativos com o intuito de encontrar a subjetividade do autor. Ressaltamos, no entanto, que essa subjetividade pode ser construída de outros elementos, tal como a escolha proposital de certas palavras e expressões. Portanto, isso não nos isenta de analisar outros recursos, que ocorrem na construção do enunciado desse tipo

textual, como por exemplo os itens “posto/pressuposto”, “inferência” e “subentendido”. Convém tecer uma breve consideração sobre as particularidades de cada um.

- O posto é aquilo que está claramente exposto no texto; já o pressuposto é o que não está explícito e que funciona como referência e orientação para o que será formulado e desenvolvido no posto.

No editorial “Censurar biografias fere a Constituição”¹¹ do jornal *O Globo*, 4 de maio de 2011, é possível exemplificar o que está exposto no jornal e o que está implícito. Ao analisar o próprio título do editorial percebemos que o posto é: figuras públicas censuram o lançamento de suas biografias não autorizadas através de subsídio e brechas na Lei. O pressuposto é: a censura interfere na liberdade de imprensa e ao acesso à informação.

O pressuposto permeia o texto, conforme observamos a seguir: “Qualquer que seja o caminho, é fundamental que prevaleça o espírito da Constituição.” Claramente, o autor do texto manifesta sua posição contra a postura de tais figuras públicas e de seus herdeiros. Numa outra passagem, o autor diz que: “empobrece a cultura do país filtrar a História e castrar a memória nacional”. A escolha lexical evidencia essa posição. Ele utiliza “censurar”, “fere”, “empobrece” e “castrar”, que poderiam ser facilmente substituídas, respectivamente, por: “proibir”, “contraria”, “retém” e “tolhe”. A escolha de um vocábulo pode alterar o sentido que o locutor quer dar ao texto.

- Inferência é a criação de relações lógicas entre as frases; na prática, é uma ideia gerando outra ideia aparentemente condizente com a primeira, mas não necessariamente afirmando-a.

No mesmo editorial, o autor diz que “A Constituição brasileira consagra, de forma inequívoca, a liberdade de expressão e de imprensa, bem como o direito à informação. **No entanto**, tais princípios não estão livres de, por caminhos enviesados, serem objeto de ataques, agravos e desobediência a partir de singulares interpretações de dispositivos legais, cujo espírito se choca com o pressuposto das garantias ao cidadão que a Carta avaliza”. Segundo Citelli (1994, p.62), a inferência pode ocorrer por meio de “unidades linguísticas de adição, adversão, por conjunções variadas, pronomes, expedientes de conexão, morfemas...”. Nesse trecho, a inferência é confirmada por um operador argumentativo que contrapõe para conclusão contrária, uma vez que o autor afirma que a liberdade de expressão e de imprensa é garantida pela Constituição, isso na prática não ocorre.

¹¹ Anexo 4.

- Subentendido é aquilo que não está claro no enunciado, mas que é insinuado, o que requer conhecimento do leitor (seja de mundo ou da língua) para compreendê-lo.

Ainda analisando o mesmo artigo, o autor deixa subentendido que a figura pública nem sempre quer expor seu passado, para que esses fatos não o transformem em uma figura comum, ou que até mesmo venha a macular a imagem construída por essa mesma figura pública. Se o leitor tem um conhecimento prévio do assunto, perceberá o que está implícito no momento em que o editor utiliza o exemplo do cantor Roberto Carlos, que havia conseguido por lei o recolhimento da sua biografia não autorizada, confeccionada pelo autor Paulo César de Araújo. O cantor, anteriormente, havia manifestado na imprensa que tal biografia o desagradava por ofender a ele e a pessoas próximas. Essa passagem confirma o subentendido e reafirma a posição do editorialista ao questionar a censura de biografias não autorizadas.

Nas palavras de Koch, a linguagem exerce influência no mundo, já que leva o sujeito à ação. Portanto, por que estudar especificamente os editoriais do jornal *O Globo*? Nos textos argumentativos visualizamos inúmeros mecanismos com os quais se consegue atingir o leitor sobre determinado aspecto. E por que não desenvolver a competência desse sujeito para que se liberte de um discurso manipulador, imposto por grandes empresas?

Em inúmeros discursos estão presentes a persuasão e a subjetividade do emissor para que o interlocutor compartilhe suas ideias. É lógico que o estudo da argumentação e dos operadores argumentativos em editoriais, na publicidade e em vários outros gêneros textuais não é algo novo. Cabe-nos, portanto, aplicá-lo a um contexto específico, ou melhor, a uma instituição específica, uma vez que é considerada uma instituição com grande poderio na sociedade. Os operadores argumentativos podem funcionar eficazmente como marca para construir, em um texto, determinada tese, para que o receptor a compartilhe. Além disso, suas marcas produtivas podem ser ensinadas nas aulas de língua portuguesa.

3.3 Operadores argumentativos

Conforme enfatizado no decorrer deste estudo, abordaremos apenas os operadores argumentativos, embora existam outros recursos linguísticos empregados pelo jornal para convencer o leitor. Isso, porém, não nos impede de destacá-los, sempre que julgarmos

pertinente. Podemos ter em mente que os operadores argumentativos são marcas que servem como direcionadores de sentido para qual um determinado enunciado indica.

A aplicação dos recursos que a língua oferece é importante para o processo de construção de sentido de acordo com o propósito do jornal. Sabendo que a argumentatividade faz parte dos discursos, seja em textos escritos ou orais, e que como dissemos não há neutralidade no discurso à luz de um enfoque semântico, é possível observar que os operadores podem ter outros valores de acordo com a intencionalidade do falante e não apenas um valor classificatório conforme sugere a gramática tradicional.

Citelli confirma essa assertiva ao explicar que o discurso persuasivo está presente nas situações mais variadas de comunicação. Ele diz:

[...] as formas dissertativas estão presentes cotidianamente na vida das pessoas. São os discursos da publicidade, do jornalismo, da política, das aulas, dos conselhos dos amigos, das polêmicas para saber qual o melhor time de futebol. Em comum entre todas estas formas está o fato de que idéias estão sendo veiculadas, pontos de vista debatidos, concepções atacadas ou defendidas [...]; convencer, persuadir através do arranjo dos diversos recursos oferecidos pela língua é, numa formulação muito simples, a marca fundamental do texto dissertativo/argumentativo. (1994, p.7).

Sendo a linguagem uma forma de ação, pode-se dizer que quando redigimos um texto, particularmente os textos argumentativos, “acionamos” uma série de mecanismos com os quais exercemos com maior intensidade a persuasão. Por isso, é importante que o emissor escolha a melhor estratégia para que o interlocutor compartilhe as mesmas teses, que muitas vezes “confundem” o interlocutor, que não tem a perspicácia em distinguir informação de opinião. Para esse fim, os operadores argumentativos podem funcionar como um eficiente meio para alcançar a adesão do leitor.

No texto argumentativo é comum incluir argumentos antagônicos para poder refutá-los, possibilitando direcionar sentidos, estabelecendo uma relação dialógica com outras enunciações para melhor entendimento do leitor. “*Um objeto qualquer do mundo interior ou exterior mostra-se sempre perpassado por ideias gerais, por pontos de vista, por apreciações dos outros [...] não há nenhum objeto que não apareça cercado, envolto, embebido em discursos*” (FIORIN, 2008, p.19). Isso significa que o editorialista, ao construir seu texto, com base em sua experiência de vida e leituras, pensa em enunciados com o intuito de levar o interlocutor a pensar da mesma forma.

Para entender a teoria semântica que aborda questões relativas aos sentidos dos enunciados, convém, brevemente, destacar os conceitos de frase, enunciado e enunciação. Esses conceitos são definidos por Koch em seu livro *A inter-ação pela linguagem* (2010, p. 10) da seguinte forma: **A frase** é *uma unidade formal do sistema da língua, estruturada de*

acordo com os princípios da gramática. Concluimos, portanto, que se organiza segundo os princípios gramaticais. Exemplo: Pedro saiu. Temos um determinante, um sintagma nominal e um sintagma verbal. **Enunciado** é uma *manifestação concreta de uma frase, em situações de interlocução.* Se tomarmos o mesmo exemplo, será necessário contextualizar esse momento. Dependendo do contexto, poderá ser uma resposta, uma constatação, uma pergunta e assim por diante. Já a **enunciação** *é o evento único e jamais repetido de produção do enunciado.* Existe concretamente, em lugares distintos e com pessoas distintas, determinada conseqüentemente pelo uso, em determinado acontecimento histórico. A enunciação da frase: “Pedro saiu”, em um tempo X, por um sujeito X e por um espaço X fará com que o enunciado surja e nos dará pistas para outros elementos que não estão presentes na frase, nos possibilitando compreender os efeitos de sentido.

Afirmando que ao utilizar a linguagem pretendemos alcançar objetivos e atuar sobre o outro, queremos dizer que ela é essencialmente argumentativa. Segundo Koch (2010, p.29), *pretendemos orientar os enunciados que produzimos no sentido de determinadas conclusões (com exclusão de outras). Em outras palavras, procuramos dotar nossos enunciados de determinada força argumentativa,* uma vez que a língua possui mecanismos que permitem indicar a força argumentativa dos enunciados.

Os operadores argumentativos, termo usado por Ducrot, criador da semântica argumentativa, foi denominado para designar elementos da gramática de uma língua que têm a função de mostrar a força argumentativa dos enunciados e, por conseguinte, funcionam na construção de sentido. Vale lembrar que a linguagem é encarada como um instrumento de poder, de manipulação e não apenas como troca de informações. Ducrot, em *Provar e dizer*, afirma:

Muitos atos da enunciação têm uma função argumentativa, que eles objetivam levar o destinatário a uma certa conclusão, ou dela desviá-lo. [...] Essa função tem marcas na própria estrutura do enunciado: O valor argumentativo de uma frase não é somente uma consequência das informações por ela trazidas, mas a frase pode comportar diversos morfemas, expressões ou termos que, além de seu conteúdo informativo, servem para dar uma orientação argumentativa ao enunciado, a conduzir o destinatário em tal ou qual direção. (1981, p.178).

As palavras de Ducrot deixam claro o que já foi aqui mencionado algumas vezes: há palavras na língua que, além de informar, servem para conduzir, direcionar o leitor para dado posicionamento, de acordo, obviamente, com a intenção do editor. Ainda nas palavras dele

[...] um morfema X é um operador argumentativo, em relação a uma frase P se três condições são preenchidas: 1) a primeira delas é que pode-se construir a partir de P uma frase P' pela introdução de X em P, ou seja, $P' = P = X$. Deve-se entender que a introdução de X pode fazer-se não somente por adição, mas também por uma substituição acompanhada, eventualmente, de certas modificações; 2) a segunda condição é que em uma situação de discurso determinada, um enunciado de P e um enunciado de P' têm valores argumentativos nitidamente diferentes: não se pode argumentar da mesma maneira a partir de um e a partir de outro; 3) esta diferença argumentativa não pode ser derivada de uma diferença factual entre as

informações fornecidas, na situação de discurso considerada, pelos enunciados de P e de P'. Ter-se-á notado que esta terceira condição liga a aplicação da definição às possibilidades de derivação que o linguista dá a si mesmo. (DUCROT, 1989, p. 18-19).

Segundo Ducrot, existem três condições para que o morfema X se torne um operador argumentativo, fazendo com que se altere o sentido do enunciado. Um estudo da introdução de um operador argumentativo em um enunciado faz com que identifiquemos os valores que são assumidos pelo produtor do texto.

Para explicar o funcionamento do operador argumentativo, Koch (2006, 2009, 2010), fundamentando-se no estudo de Ducrot, utilizou duas noções: escala argumentativa e classe argumentativa. Esta seria de dois ou mais enunciados que podem servir de argumentos, orientados no mesmo sentido, levando a uma mesma conclusão (a que, por convenção, se denomina R) e com um mesmo peso argumentativo: **p** é um argumento para a conclusão **r**. Neste caso, p é enunciado de forma a levar o interlocutor a concluir **r**. Aquela, a escala argumentativa, ocorre quando vários argumentos apresentam uma gradação de força crescente, direcionando para uma mesma conclusão. Agora, temos **p,p',p''**... o que significa vários argumentos, apontando com maior ou menor força para a mesma conclusão **r**.

Escala argumentativa:

Pedro lançou um livro ruim. (conclusão)
nem a família foi.
nem os amigos foram.
e nem os donos da livraria foram ao lançamento.

Classe argumentativa:

Júnior é um bom professor de artes. (conclusão)
Tem pós em pintura. (arg. 1)
Tem experiência como ilustrador (arg. 2)

Observamos que Koch, fundamentada nos estudos de Ducrot, desenvolve, em inúmeras obras suas, pesquisas sobre os operadores e vimos que dois conceitos são fundamentais para que se possa compreender os enunciados, que são os conceitos de escala argumentativa e classe argumentativa. Os operadores argumentativos estão diretamente ligados a esses dois conceitos.

Ressalte-se que Koch, em seu livro *Desvendando os segredos do texto*, 2006, os denomina também de **articuladores textuais**, conforme declara:

O encadeamento de segmentos textuais, de qualquer extensão (períodos, parágrafos, subtópicos, sequências textuais ou partes internas do texto) é estabelecido, em grande número de casos, por meio de recursos linguísticos que se denominam **articuladores textuais** ou operadores de discurso. (p. 133). (**grifo nosso**).

O que dizer da gramática? Koch (2009, p.103) afirma que os operadores argumentativos fazem parte da gramática da língua. Entretanto, em alguns casos trata-se de morfemas que a gramática tradicional considera apenas como elementos relacionais, conectivos. Em outros casos são meramente palavras, pois não se enquadram em nenhuma das dez classes gramaticais enumeradas pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Rocha Lima chama-as de palavras denotativas e Bechara de denotadores de inclusão (até, mesmo, também, inclusive); de exclusão (só, somente, apenas, senão etc.); de retificação (aliás, ou melhor, isto é) e de situação (afinal, então etc.). Essas palavras, que às vezes são consideradas irrelevantes nas aulas de Língua Portuguesa e chegam a ser apenas decoradas pelos alunos, são responsáveis, ainda segundo Koch (2010, p.108), pela força argumentativa dos enunciados. *“Tentar minimizar a sua importância pode ser interpretado, até mesmo, como uma postura de caráter ideológico”*. (KOCH 2010, p.108).

Conhecer os instrumentos que a língua oferece para a construção de sentido de um texto significa interpretar com mais propriedade algo almejado por muitos professores, mas que, infelizmente, não faz parte da realidade brasileira. Será que aprender esses recursos isoladamente, como palavras ou conectivos de pouca importância, fará com que mudemos essa realidade? *“Aprender a falar significa aprender a construir enunciados (porque falamos por enunciados e não por orações isoladas e, evidentemente, não por palavras isoladas)”* (BAKHTIN, 2003, apud SIMÕES, p.2). Saber empregar um adjetivo, advérbio, verbo com conhecimento tornará o leitor proficiente, sabendo manusear, “brincar” com o texto, podendo inclusive concordar ou refutar com segurança. Assim sendo, qualquer recurso da língua estudado isoladamente não fará sentido.

Koch apresenta uma ampla classificação dos operadores argumentativos, entre eles temos os conclusivos, os comparativos, de explicação, de refutação, os concessivos etc. Para demonstrar sua posição diante da função deles, ela afirma:

[...] a argumentação é uma atividade estruturante do discurso, pois é ela que marca as possibilidades de sua construção e lhe assegura a continuidade. É ela a responsável pelos encadeamentos discursivos, articulando entre si enunciados ou parágrafos, de modo a transformá-los em texto: a progressão do discurso se faz, exatamente, através das articulações da argumentação. (2009, p 157).

Já que a própria gramática nos possibilita compreender que certos elementos determinam o valor que o enunciado assume com o propósito de conduzir o leitor às conclusões esperadas, podemos concordar com o que Ribeiro conclui:

Quando incitados a apresentarmos razões para explicar ou justificar nossos enunciados, acionamos, naturalmente, estes mecanismos através de processos de interação social. Desse modo, nossos enunciados são dotados de intenções e buscam na própria língua recursos que possam concretizá-las, ou seja, levar o interlocutor às conclusões esperadas. (2009, p. 11).

Sendo os operadores responsáveis pelo encadeamento discursivo dos enunciados, organizaremos os operadores discursivos de acordo com suas funções. Elaboraremos uma tabela com base em estudos existentes, proposta por Koch (2010, p. 103-108), (2010, p. 30-44) e Almeida (2001, p. 45-47). A seguir os operadores e suas funções, incluindo exemplos do nosso próprio corpus de estudo.

Tabela 1: Grupos dos operadores e suas respectivas funções

Grupo 01	ATÉ, ATÉ MESMO, INCLUSIVE, AO MENOS, PELO MENOS, NO MINÍMO.	
Função	Operadores que estabelecem a hierarquia dos elementos em uma mesma escala, assinalando o argumento mais forte para uma mesma conclusão, ou então os mais fracos, que deixam subtendidos que existem outros mais fortes.	Exemplo É até mesmo possível que o filme não se enquadre sequer no escopo de um festival de cinema “fantástico”. (<i>Justiça agride constituição com censura</i>).
Grupo 02	E, TAMBÉM, NEM (=E NÃO), NÃO SÓ, MAS TAMBÉM, TANTO, COMO, ALÉM DE, ALÉM DISSO, A PAR DE ETC.	
Função	Operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão, fazendo parte da mesma classe argumentativa.	Exemplo Além disso, calcula-se que o número de mandados de prisão não cumpridos seja equivalente ao da população carcerária do país. (<i>Reflexos positivos no sistema penitenciário</i>).
Grupo 03	AINDA.	
Função	Operador introdutor de mais de um argumento a favor de uma dada conclusão ou marcador temporal.	Exemplo É grave a questão das prisões provisórias. As cadeias do país abrigam quase 220 mil detentos que ainda não foram julgados. (<i>Reflexos positivos no sistema penitenciário</i>).

Grupo 04	JÁ.	
Função	Operador que indica mudança de estado.	Exemplo Como as tarifas aeroportuárias terão de seguir os padrões já em vigor, é óbvio que o concessionário espera recuperar esse investimento com a multiplicação dos serviços que serão oferecidos. (<i>Corrida contra o tempo nos aeroportos</i>).
Grupo 05	ALÉM DE, ALIÁS, ALÉM DO MAIS, ALÉM DE TUDO, ALÉM DISSO, ADEMAIS.	
Função	Operadores que acrescentam mais um argumento, como se fosse desnecessário, contudo, é por meio deles que se introduz o argumento decisivo.	Exemplo Além de tudo, o governo tem se beneficiado de receitas que não se repetirão em 2012. (<i>Austeridade terá grande teste em 2012</i>).
Grupo 06	NO ENTANTO, EMBORA, AINDA QUE, MESMO QUE, APESAR DE QUE, MAS, PORÉM, CONTUDO, TODAVIA, ENTRETANTO, POR MAIS QUE ETC.	
Função	Operadores que exprimem oposição, mas com natureza concessiva, ou seja, o argumento é apresentado, mas marcado como se não fosse válido.	Exemplo O fato de a inflação ter batido no teto da meta ainda não é sinônimo de perda de controle, embora haja o risco criado pelos mecanismos de indexação que persistem na economia. (<i>Ajuste fiscal precisa ter qualidade</i>).

Grupo 07	ISTO É, OU SEJA, QUER DIZER, OU MELHOR, EM OUTRAS PALAVRAS...	
Função	Operadores que visam esclarecer, retificar ou até mesmo desenvolver uma enunciação anterior.	Exemplo Em outras palavras, despesas superfaturadas. (<i>Chance de um choque de moralização</i>).
Grupo 08	TUDO, TODOS, NADA, NENHUM.	
Função	Operadores que têm escalas orientadas no sentido de afirmação plena (universal afirmativa: tudo e todos) ou de negação plena (universal negativa, nada e nenhum).	Exemplo Tudo inútil, pois “Terror”, com a polêmica, entrou na lista de sucesso entre os arquivos baixados pela internet. (<i>Justiça agride Constituição com censura</i>).
Grupo 09	POUCO E UM POUCO	
Função	Operadores que orientam, também, no sentido de negação (da restrição da propriedade: pouco) e no sentido de afirmação: um pouco.	Exemplo Enquanto a oferta não reage, em função dos investimentos programados ou em curso, a maneira mais rápida e eficaz para se segurar a pressão sobre os preços é esfriar um pouco a demanda. (<i>Ajuste fiscal precisa ter qualidade</i>).

Grupo 10	PORTANTO, LOGO, POIS, POR CONSEQUINTE, EM DECORRÊNCIA, CONSEQUENTEMENTE ETC.	
Função	Operadores que introduzem uma conclusão relativa a argumentos apresentados em enunciados anteriores.	Exemplo Uma ilusão, pois, sem concorrência, investimentos eram adiados e, conseqüentemente, a própria geração de novos empregos era prejudicada. <i>(A volta do cacoete do protecionismo)</i> .
Grupo 11	OU, OU ENTÃO, QUER... QUER, SEJA... SEJA, ETC.	
Função	Operadores que servem para introduzir argumentos alternativos que levam a conclusões diferentes ou opostas.	Exemplo (seja por visão ideológica bisonha quanto ao papel do Estado, seja por interesses políticos e/ou pessoais). <i>(CPMF é um fantasma não exorcizado)</i> .
Grupo 12	MENOR/MUITO MENOR, TÃO/QUANTO/, MAIS QUE, MENOS QUE, COMO ETC.	
Função	Operadores que dão ideia de comparação, com vista a uma dada conclusão.	Exemplo Não se pode ser ingênuo: esta guerra é suja — mais que as do passado, convencionais —, e os atos de terrorismo são ignominiosos. <i>(Morte de Bin Laden não justifica tortura)</i> .
Grupo 13	PORQUE, QUE, JÁ QUE, POIS, AFINAL ETC.	
Função	Operadores que introduzem uma justificativa ou explicação relativa ao enunciado anterior.	Exemplo [...] afinal, além de ser presidido pelo presidente do STF, o conselho é composto em grande maioria por representantes do próprio Judiciário. <i>(Corporativismo ameaça CNJ no Supremo)</i> .

Grupo 14	QUASE, APENAS, SÓ, SOMENTE	
Função	Operadores que obedecem a regras combinatórias que servem para afirmar uma totalidade (quase) ou uma negação total (apenas, só e somente).	Exemplo Somente no Rio de Janeiro, o índice de arquivamento de inquéritos chegou a 96%. <i>(Arquivamentos deixam crimes sem castigo).</i>
Grupo 15	SEGURAMENTE, FINALMENTE, DEFINITIVAMENTE, ALTAMENTE, SIMPLEMENTE, CERTAMENTE, ABSURDAMENTE, EXAGERADAMENTE, COM CERTEZA, NATURALMENTE ETC.	
Função	Advérbios atitudinais cuja função é esclarecer ou afirmar um ato de asserção interior.	Exemplo Além de ferir princípios constitucionais que claramente proíbem a censura, tais iniciativas empobrecem a cultura do país e de fato sonégam à sociedade o direito à livre informação. <i>(Censurar biografias fere a Constituição).</i>
Grupo 16	POR EXEMPLO.	
Função	Operadores que estabelecem relação de especificação e/ou exemplificação.	Exemplo A Suécia, por exemplo, que depende em 50% da energia nuclear, e que resolvera anos atrás desligar suas usinas, voltou atrás e prorrogou a vida útil das centrais, baseada em rigorosos critérios técnicos. <i>(Alemanha deu um passo atrás).</i>

Grupo 17	ORA, DE CERTO.	
Função	Operadores que podem ser usados para explicitar um juízo de valor.	Exemplo
		Ora, se os governantes estivessem de fato tão preocupados em qualificar o sistema público de saúde, fariam o possível e o impossível para pôr em prática instrumentos de gestão capazes de torná-lo mais eficaz e produtivo. <i>(CPMF é um fantasma não exorcizado)</i> .

Grupo 18	SE, DESDE QUE.	
Função	Operadores que marcam uma condição.	Exemplo
		Ainda assim, a Turquia se tornou, para o Ocidente e o Oriente, a prova de que é perfeitamente possível a democracia conviver com um partido islâmico no poder, desde que ele respeite as instituições, como tem sido o caso, com poucas exceções, do AKP. <i>(Democracia na versão turca)</i> .

A argumentação no nosso cotidiano depende dos usos que fazemos da linguagem e quando afirmamos isso estamos dizendo que a língua é uma atividade social, diferentemente de quem defende a fala como um ato individual, isolado do contexto social. Assim, é possível perceber que a comunicação se materializa nas diversas práticas sociais, nas múltiplas situações de comunicação em que somos levados a argumentar, o tempo todo interagindo e produzindo sentido. Dentro das inúmeras possibilidades de comunicação, analisaremos na prática a função dos operadores em um texto essencialmente argumentativo, procurando marcas que identificam o que é a marca de subjetividade do autor e o que é a opinião do jornal.

4 UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA DO CORPUS

Ao definir os assuntos de um editorial, é preciso ter em mente que é uma seção que trata de matérias de interesse social, sendo, portanto, merecedor de reflexão e debate. O objetivo é integrar o leitor com temas de teor consistente, de âmbito nacional e internacional. Os elementos são coletados e organizados pelo acompanhamento do que acontece no mundo e também no nosso meio, lembrando, por conseguinte, que se trata de informações concretas que oferecem credibilidade ao editorial.

Normalmente, observamos que o primeiro parágrafo situa o leitor em relação ao assunto, pois a apresentação do tema já direciona o público sobre a situação proposta. No segundo parágrafo, predomina a contextualização do tema, apresentam-se causas e indicativos concretos sobre o que está sendo apresentado. No terceiro parágrafo, faz-se a análise e a sustentação da importância do tema. Dados reais e exemplificações são fundamentais para a composição de uma argumentação bem estruturada. Por último, encontra-se o posicionamento crítico.

Para esta dissertação foram coletados 150 editoriais, colhidos entre os dias de 03 de maio de 2011 e 27 de outubro de 2011. Selecionamos 50, que serviram como base para o desenvolvimento de nossa análise e para o levantamento das ocorrências dos operadores e interpretação do sentido que desempenham como argumentadores discursivos.

Resolvemos distribuí-los em seis grupos temáticos, que foram delimitados de acordo com uma análise prévia dos editoriais. São eles: administração pública, cultura, economia, justiça, políticas públicas e relações internacionais. No gráfico¹ (Estatística de assuntos dos editoriais) visualizam-se os assuntos que aparecem com maior e com menor frequência, conforme se observa a seguir:

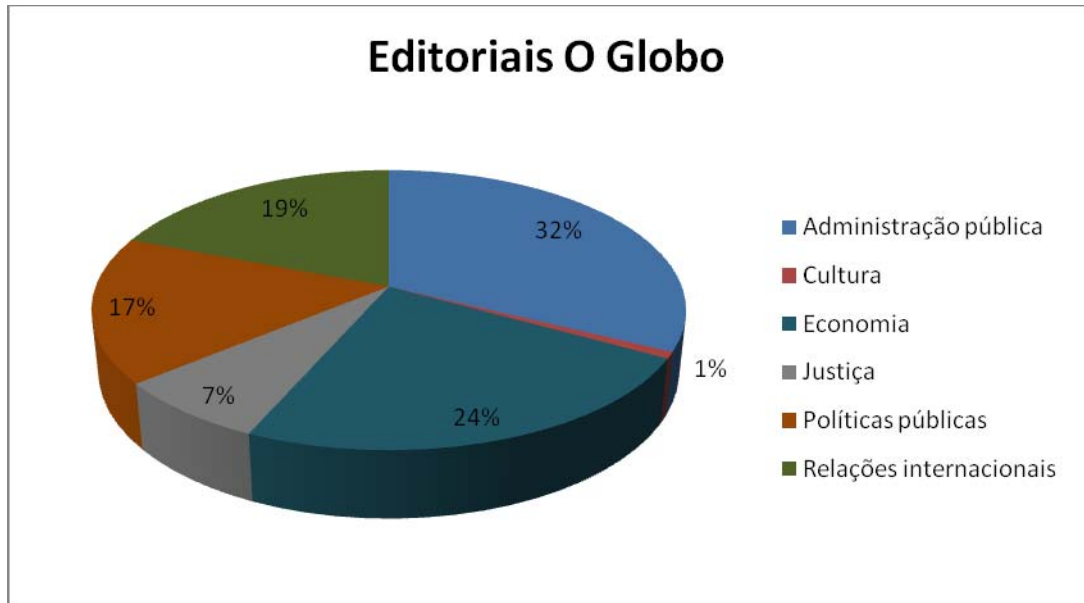


Gráfico 1: Estatística de assuntos dos editoriais

Com base nos 150 editoriais, delimitamos seis grupos com o objetivo de chegar a um número x de editoriais por assunto. A partir dessa divisão, decidimos selecionar 10 editoriais de cada grupo, excluindo o grupo cultura, que representou apenas 1% do conjunto de editoriais. A escolha se mostra produtiva, visto que trabalhar com assuntos diversos revitaliza a leitura, ainda mais porque os editoriais, normalmente, se caracterizam por sua linguagem séria e às vezes densa.

A seguir, criamos cinco tabelas que apresentam os títulos dos 50 editoriais analisados. Em cada tabela, há justificativa para que o editorial esteja enquadrado em um determinado assunto.

Relações internacionais: Termo empregado para caracterizar artigos que falassem sobre as relações econômicas, políticas, sociais e culturais entre os países ou grupos de países.

Tabela 2: Relações internacionais

Assunto 01	RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Títulos	<ol style="list-style-type: none"> 1. A internacionalização do crime 2. Alemanha deu um passo atrás 3. Arquivos das Farc denunciam Chávez 4. Democracia na versão turca 5. Dois fortes impactos no Oriente Médio 6. Economia e política se cruzam na Europa 7. FMI segue normas de um mundo antigo 8. Grécia de volta ao centro do mundo 9. Hora de apoio firme à democracia árabe 10. Hora é de estadistas no Oriente Médio

Administração pública: Termo relacionado à estrutura interna do Estado como um todo, ou seja, do conjunto das instituições estatais, sejam brasileiras ou estrangeiras. Neste tema, perceberemos que os artigos tratam de relações institucionais, relações entre poderes do Estado, funcionamento da máquina pública e seus entes.

Tabela 3: Administração pública

Assunto 02	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Títulos	<ol style="list-style-type: none"> 1. A degradação no universo das ONGs 2. A diversificada tecnologia da corrupção 3. A falta que a cláusula de barreira faz 4. A inútil ‘blindagem’ de Palocci 5. A municipalização da corrupção 6. Aeroporto do Galeão em estado terminal 7. atentado contra a História do país 8. Aula prática de pressão abusiva 9. Caso PCdoB põe fisiologismo em xeque 10. Chance de um choque de moralização

Economia: Termo empregado em editoriais que tratem de assuntos relacionados à política econômica e fiscal dos estados, bem como do perfil econômico de determinada população, ou seja, suas principais demandas socioeconômicas. Podemos perceber também o emprego do termo economia em artigos que tratam do momento econômico de dado país, estado ou região.

Tabela 4: Economia

Assunto 03	ECONOMIA
Títulos	<ol style="list-style-type: none"> 1. A múltipla ‘herança maldita’ das eleições 2. A volta do cacoete do protecionismo 3. Ajuste fiscal precisa ter qualidade 4. Aperto monetário precisa continuar 5. Austeridade terá grande teste em 2012 6. CPMF é um fantasma não exorcizado 7. Criação de estados prejudica contribuinte 8. Crise nos EUA alerta para a questão fiscal 9. Demonstração prática de austeridade 10. Desoneração da indústria é bem-vinda

Políticas públicas: Termo relacionado ao conjunto das ações estatais voltadas a seu território, que podem ser medidas econômicas, ações voltadas à infraestrutura de transportes, saúde, educação, habitação, emprego, políticas sociais. Enfim, são ações do Estado direcionadas ao espaço e à população governada por ele.

Tabela 5: Políticas públicas

Assunto 04	POLÍTICAS PÚBLICAS
Títulos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ainda falta muito no saneamento básico 2. Ajuste ao perfil demográfico 3. Assentados ajudam a destruir a Amazônia 4. Causas antigas da violência no campo 5. Controle da verba para Ensino é tíbio 6. Corrida contra o tempo nos aeroportos 7. Corrupção aumenta drama da Serra 8. Cuidados com a definição de ‘ex-favela’ 9. Ensino revela tensões no modelo chileno 10. Guerra contra drogas passa por fronteiras

Justiça: Termo adotado em editoriais que têm ligação direta com as funções e o funcionamento do poder judiciário

Tabela 6: Justiça

Assunto 06	JUSTIÇA
Títulos	<ol style="list-style-type: none"> 1. A farra nos cofres públicos continua 2. Arquivamentos deixam crimes sem castigo 3. Barreira a projeto autoritário no Equador 4. Caso Pimenta e o pior da Justiça brasileira 5. Censurar biografias fere a Constituição 6. Corporativismo ameaça CNJ no Supremo 7. Corrupção no Rio é desafio para a Justiça 8. Justiça agride Constituição com censura 9. Morte de Bin Laden não justifica tortura 10. Reflexos positivos no sistema penitenciário

Após a seleção dos 50 editoriais, acreditamos na relevância de uma análise quantitativa que servirá, por conseguinte, como referência para a interpretação dos dados, com o intuito de verificar as ocorrências dos operadores que demonstrem a maior ou menor produtividade.

Mencionamos algumas vezes que a argumentação faz parte dos recursos linguísticos do ser humano e essa argumentação pode ser manifestada também por meio de mecanismos gramaticais. Essas estratégias estabelecem uma ligação entre os interlocutores e o texto.

Observamos também que podem se valer de comparações, exemplificações, adições, pressuposições etc.

O encadeamento dos argumentos em artigo de opinião é sustentado e elaborado de forma a construir no público-leitor uma opinião. Portanto, uma justificativa, uma concessão, uma exemplificação etc. contribuem eficazmente para o posicionamento de opinião frente ao interlocutor.

A tabela a seguir exibirá uma estatística de alguns dos operadores encontrados nos editoriais. Alguns, porque esse estudo não seria suficiente para dar conta de todos eles. Nosso objetivo é indicar a variedade dos operadores argumentativos e a função que desempenham como construtores de sentido.

A tabela a seguir foi criada com o objetivo de apontar o operador encontrado e seu número de ocorrências.

Tabela 7: Operadores argumentativos e seus respectivos números de ocorrência

Grupo 01			
Operadores	Até	44	Total = 75
	Até mesmo	4	
	Inclusive	5	
	Ao menos	8	
	No mínimo	3	
	Pelo menos	11	

Grupo 02			
Operadores	Também	47	Total = 101
	Nem (= e não)	24	
	Não só	6	
	Mas também	2	
	Tanto	10	
	Além de	11	
	Além disso	1	

Grupo 03			
Operadores	Ainda	37	Total = 37

Grupo 04			
Operadores	Já	54	Total = 54

Grupo 05			
Operadores	Além de tudo	1	Total = 3
	Aliás	2	

Grupo 06			
Operadores	No entanto	7	Total = 130
	Embora	16	
	Ainda que	7	
	Mesmo que	5	
	Mas	89	
	Porém	5	
	Por mais que	1	

Grupo 07			
Operadores	Ou seja	5	Total = 7
	Quer dizer	1	
	Em outras palavras	1	

Grupo 08			
Operadores	Todos	14	Total = 43
	Tudo	16	
	Nada	10	
	Nenhuma	3	

Grupo 09			
Operadores	Pouco	14	Total = 15
	Um pouco	1	

Grupo 10			
Operadores	Portanto	2	Total = 4
	Em decorrência	1	
	Conseqüentemente	1	

Grupo 11			
Operadores	Ou	44	Total = 45
	Seja...seja	1	

Grupo 12			
Operadores	Menor	2	Total = 10
	Tão/quanto	4	
	Mais que	4	

Grupo 13			
Operadores	Porque	9	Total = 40
	Já que	2	
	Pois	26	
	Afinal	3	

Grupo 14			
Operadores	Quase	13	Total = 80
	Apenas	33	
	Só	25	
	Somente	9	

Grupo 15			
Operadores	Certamente	4	Total = 9
	Claramente	1	
	Com certeza	1	
	Definitivamente	1	
	Finalmente	1	
	Simplesmente	1	

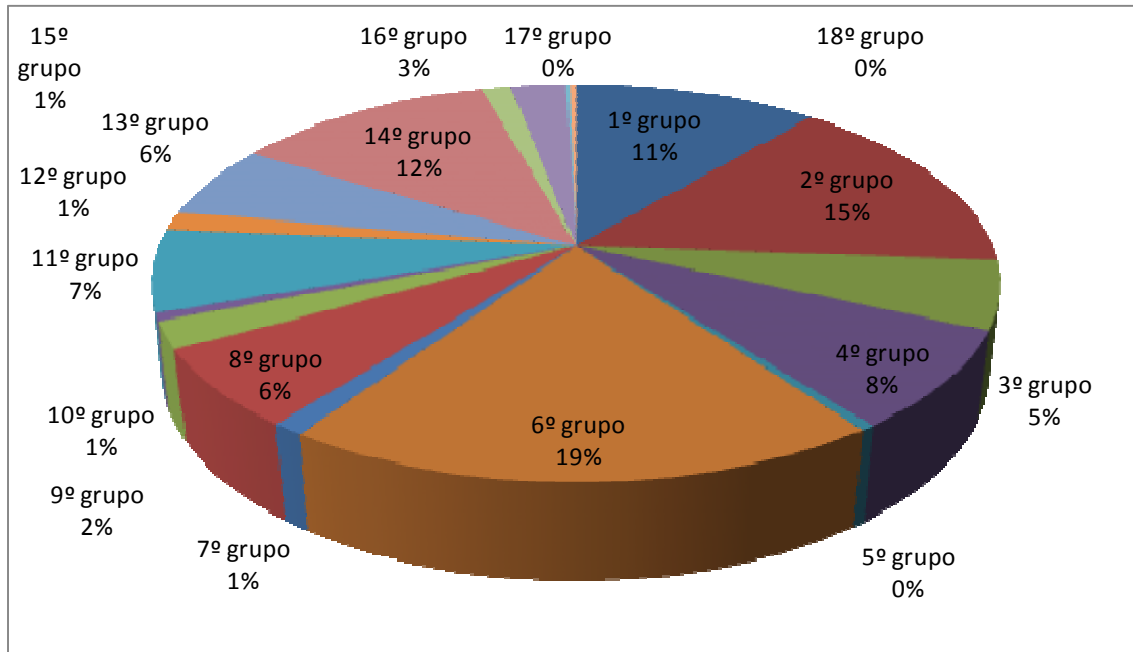
Grupo 16			
Operadores	Por exemplo	17	Total = 17

Grupo 17			
Operadores	Ora	1	Total = 1

Grupo 18			
Operadores	Desde que	2	Total = 2

A representação gráfica:

Gráfico 2: Estatística dos grupos de operadores argumentativos



Observa-se que o uso dos operadores é frequente em artigos de opinião. Neste estudo, analisaremos os grupos que apresentaram maior ocorrência.

4.1 Operadores que assinalam argumentos mais fortes

São operadores, que segundo Koch (2009 e 2010) orientam os argumentos para um mesmo sentido, com o propósito de orientar o leitor para uma determinada conclusão. Verificamos que aparecem com maior relevância nos editoriais, apresentando 11% e, por isso, convém analisá-los com o objetivo de verificar se eles produzem sentido no texto. Aqui, por razões de organização do texto, eles serão analisados isoladamente.

4.1.1 Inclusive

Como o Brasil desacelerará o crescimento, a tônica em todo o mundo, **inclusive** China, é difícil imaginar que o cenário deste ano se repetirá em 2012. (Texto 5: Relações internacionais, nº 05).

A situação é paradoxal, pois o Brasil, de eterno devedor mundial, tornou-se credor, **inclusive** junto ao FMI, no qual aportou US\$ 10 bilhões para ajudar no resgate de economias menos desenvolvidas atingidas pela crise deflagrada em 2008 a partir de Wall Street. (Texto 06: Relações internacionais, nº 07).

Como o consultor de informática Mustafa Guler, que apontou a repressão a minorias, o controle do consumo de álcool pelo governo e — o mais absurdo — o fechamento de muitos sites, **inclusive** o You Tube, pela Agência de Controle da Internet, estatal. (Texto 07: Relações Internacionais, nº04).

E enquanto isso seus “dirigentes” faturam o dinheiro fácil do contribuinte transferido para o fundo partidário e obrigatoriamente distribuído entre todos os partidos, **inclusive** os de aluguel, é claro. (Texto 08: Administração Pública, nº 03).

Muitos sabiam, **inclusive** agentes públicos, que o casal estava marcado para morrer. (Texto 09: Políticas Públicas, nº 04).

No texto 05, “*Austeridade terá grande teste em 2012*” o editorialista colocou em dúvida se a política econômica do governo Dilma iria continuar estável, ainda mais sabendo que o mundo passava por uma crise econômica e que as grandes potências não tinham poder de recuperação financeira. O argumento anterior é corroborado pelo argumento mais forte, que neste caso seria: nem a China, o maior importador e exportador do planeta, deixaria de sofrer com o baixo crescimento interno de sua economia.

Ao utilizar o operador, o autor reforça o papel da China no cenário econômico mundial, dando destaque ao que julga ser o mais importante para que o leitor seja induzido a

concluir que dificilmente o Brasil teria um crescimento econômico expressivo no ano de 2012, já que seria difícil até mesmo para a China.

No texto 06, “*FMI segue normas de um mundo antigo*” o editorialista crítica o posicionamento retrógrado do FMI por não aceitar que existem outras economias representativas no cenário mundial, sendo o Brasil uma delas. O uso do operador reforça essa posição, já que o Brasil sempre foi visto como um país dependente financeiramente do FMI. A orientação argumentativa do texto se dá pela inserção do operador, visto que sua função é orientar para uma conclusão **r**. Se ressalta a importância do país ao afirmar que ele **deixou de ser devedor** para se tornar credor, **financiando também o FMI**. Neste caso, temos dois argumentos favoráveis, que defendem a reformulação do FMI perante a economia mundial, que nos faz concluir que outros países têm maior peso econômico, do que Europa e EUA.

O terceiro exemplo, no texto 07, “*Democracia na versão turca*” mostra que apesar do avanço na democracia em um país árabe, com partido islâmico no poder, ainda é comum certas censuras no país. Observamos os seguintes argumentos: repressão a minorias + controle e consumo de álcool + o fechamento de sites, dando destaque ao You Tube, que foi a principal “arma” de defesa dos povos reprimidos no Oriente Médio. Convém destacar o envolvimento emocional do jornal, já que aparece a utilização do termo “o mais absurdo”, ao se referir ao último argumento, que somado aos outros reforça que o país, como democracia, ainda tem muito que amadurecer.

No texto 08, intitulado “*A falta que a cláusula de barreira faz*”, como o próprio título sugere, ainda falta controle na criação de partidos políticos no Brasil. Ele parte do exemplo da criação do PSD (Partido Social Democrático) pelo prefeito de São Paulo Rogério Kassab, que é um partido sem posição ideológica. Esse crescimento descontrolado leva a criação de legendas de aluguel, que significa maior extensão no tempo de campanha eleitoral de televisão e rádio, além de oneração nos cofres públicos para a sua manutenção.

O editorialista questiona esse excesso e fundamenta sua posição utilizando alguns argumentos, entre eles: o dirigente fatura o dinheiro do contribuinte, por meio do fundo partidário, que é distribuído para todos os partidos. Somado a esse argumento, acrescenta que **até mesmo** o partido de aluguel, que não tem sequer uma ideologia política, é beneficiado com essas artimanhas.

No último exemplo, no texto 09 “*Causas antigas da violência no campo*”, ao relatar a morte de um casal de lavradores por denunciarem madeiras ilegais, algo tão comum na região do Pará, o editorial reforça a omissão e a falha do estado em relação à segurança pública. O editorialista utiliza o operador para assinalar o argumento mais forte: os agentes

públicos tinham conhecimento que o casal estava marcado para morrer. Todos sabiam, inclusive eles, contudo, nada fizeram para evitar o ocorrido, assim como em outros casos. Há claramente uma denúncia sobre a ausência de poder público no campo.

O uso do operador em todos os casos é dar destaque a um argumento que o jornal considera ser o **mais relevante** de modo que o leitor compartilhe o pensamento de tal forma que não possa contestar. A razão, o argumento mais forte, é muito bem estruturado, fazendo com que o argumento seja superior a qualquer outro: não há o que questionar.

4.1.2 Até e até mesmo

Membros do governo de Caracas chegaram a pedir à guerrilha que desse treinamento a milícia pró-Chávez depois do golpe frustrado contra ele, em 2002, e **até** que matassem opositores do coronel, embora não haja provas de que Chávez soubesse da encomenda. (Texto 10: Relações Internacionais, nº 03.).

Fez-se comício em assinatura de contrato, lançamento de pedra fundamental, **até** em visita a canteiro de obras. (Texto 11: Economia, nº 01)

Dos poucos casos analisados pelo Judiciário resultarem em torno de 40 sentenças – algumas de absolvição e a maioria, decisões de primeira instância, passíveis de serem modificadas **até** o limite da prescrição, por conta de ritos judiciais explorados com sagacidade por bons advogados, especialistas em chicanas as mais diversas, tudo com o propósito de evitar, como evitam, o ajuste de contas de agentes da corrupção com a Justiça. (Texto 12: Justiça, nº 07).

O fato pitoresco de propinas terem sido pagas **até** no banheiro da prefeitura apenas acrescenta um iconográfico componente à sordidez do esquema de fraudes. (Texto 51: Políticas Públicas, nº 07).

A tradição brasileira de o Estado criar gastos e repassar a conta para o contribuinte não para de ser fortalecida. [...] O fato é conhecido, costuma ser criticado por técnicos e **até mesmo** políticos, mas a tradição se mantém. (Texto 13: Economia, nº 07)

Para Guimarães (2007, p.27)

[...] uma classe argumentativa é constituída pelos enunciados cujos os conteúdos, regularmente, se apresentam como argumentando para uma conclusão que define a classe argumentativa. E não só numa situação particular específica, mas como uma regularidade que se apresenta como se desse em todas as situações de enunciação possíveis.

Portanto, seguindo o conceito exposto por Guimarães, [...] *uma escala argumentativa é uma classe argumentativa em que se configura uma relação de força maior ou menor dos conteúdos dos enunciados.* (2007, p. 28).

Ressaltamos que os operadores **até** e **até mesmo** equivale ao operador **inclusive**, isto é, selecionam o argumento mais forte, em uma escala argumentativa, para se chegar a conclusão **r**. Sua ocorrência nos editoriais são registradas 48 vezes. Assim como o operador **inclusive**, é uma estratégia que o editorialista faz uso com o objetivo de dar ênfase a determinado argumento de modo a levar o leitor a concluir **r**

Segundo os exemplos acima, podemos aplicá-los do seguinte modo:

No primeiro exemplo, “*Arquivo das Farc denunciam Chávez*”, o editorialista apresenta ao leitor o grau de envolvimento do presidente venezuelano Hugo Chávez com o grupo narcoterrorista, o Farc. O fragmento retirado apresenta dois argumentos que corrobora para tal envolvimento.

p' – Membros do governo pedem à guerrilha que até matem opositores de Chávez.

p – Governo pede à guerrilha que treine milícia pró-Chávez.

O argumento mais forte, que é **p'** nos leva a concluir que existia uma relação próxima entre o governo de Hugo Chávez e o grupo terrorista Farc. Evidenciamos que o uso do operador é uma estratégia argumentativa, pois confere maior persuasão ao que está sendo enunciado no argumento mais forte.

Koch (2010, p.31) confirma que o uso do operador argumentativo **até** serve para assinalar um argumento mais forte, em um grau de hierarquia, partindo do menor para o maior, até chegar a uma mesma conclusão.

No caso do 2º fragmento, retirado do editorial “*A múltipla ‘herança maldita’ das eleições*” apresenta que para a perpetuação do PT (Partido dos Trabalhadores) no poder executivo brasileiro, várias estratégias, com fins puramente eleitorais, foram realizadas para garantir a vitória da então candidata Dilma Rousseff. O jornal nos leva a pensar que obras de extrema importância para alavancagem do país ou para melhora de várias cidades foram usadas na campanha do presidente. Algumas, sem nem aos menos serem iniciadas, para fins de manutenção do poder, atitude que o PT sempre criticou quando era oposição.

Exemplo 2:

p'' – comício realizado até em canteiro de obras.

p' – comício realizado em lançamento de pedra fundamental (marco inicial de uma obra)

p – comício realizado em assinatura de contrato.

Logo, concluímos que anteriormente eram ações praticadas por outros partidos e criticada pelo PT. No entanto, passa a ser ações praticadas pelo próprio partido, com o objetivo de se manter no poder.

O editorial “*Corrupção no Rio é desafio para Justiça*” aborda a impunidade do judiciário diante de processos não julgados. O próprio texto diz que é algo crônico, ou seja, assim como uma doença crônica, é de processo lento e muitas vezes gera resultados imprevisíveis. O autor ratifica esse pensamento ao utilizar o termo “proverbial lerdeza”. Para levar o leitor a essa conclusão, vimos que o editorialista utilizou três argumentos fundamentais, sendo o último o mais forte, visto que, além de serem poucos processos, alguns foram absolvidos e outros podem ser modificados até a **prescrição**.

No exemplo 3, temos os seguintes argumentos:

p’’ – outros de 1ª instância podem ser até prescritos.

p’ – alguns processos absolvidos

p – poucos casos analisados pelo judiciário

O fragmento extraído do texto 51 “*Corrupção aumenta drama da Serra*”, discorre sobre os problemas de enchentes enfrentado pela Região Serrana Fluminense. Segundo o texto, esse problema ultrapassa o fenômeno da natureza, no sentido de não estarem preparados para essa calamidade ambiental. Esse drama está entrelaçado a três pragas (termo utilizado pelo jornal) do Estado brasileiro. A primeira se refere à falta de apreço dos governos em pensarem em ações preventivas. A segunda diz respeito à burocracia que acaba dificultando iniciativas que visam reparar os estragos enfrentados por moradores e empresários. A última praga seria a corrupção, conforme o próprio título já nos alertava. A verba liberada para a reconstrução das áreas atingidas foi para bolsos privados. O envolvimento da Prefeitura é comprovado pela participação de dois secretários e também pelo próprio prefeito ser objeto de ação de expulsão promovida pelo diretório local do PT. Dentro dessa escala de argumentos, observaremos a seguir o mais forte e, por conseguinte, a ênfase, talvez, proposital que o enunciador queira dar, que é o fato de propinas serem pagas no banheiro da prefeitura. O esquema é tão sórdido, a corrupção chegou a um nível tão baixo, que o banheiro da prefeitura é utilizado. O que se espera é que o Ministério Público puna os envolvidos. Caso contrário, a quarta praga será a impunidade.

Observe o esquema:

p – Denúncias envolvem dois secretários no esquema.

p' – Prefeito pode ser expulso.

p'' – Até o banheiro da prefeitura era usado para o pagamento de propina.

r – O que nos faz concluir que os políticos defecam para a população da cidade.

O editorial “*Criação de estados prejudica contribuinte*”, exemplo 4, mostra que o estado brasileiro sempre gastou o dinheiro público e pôs o contribuinte para pagar a conta. O editorialista apresenta, por meio do operador **até mesmo**, que o argumento mais forte na oração é o fato dos políticos conhecerem esse problema, pois esse operador (argumento mais forte) auxilia no encadeamento do argumento mais fraco de modo a nos levar a seguinte conclusão: que os políticos, mesmo não sendo técnicos, têm conhecimento do problema, mas não querem resolvê-lo.

Podemos exemplificar:

p – criticado por técnicos

p' – até mesmo por políticos.

Nos leva a concluir **r**: Ninguém faz nada e a tradição se mantém.

4.2 Operadores que assinalam argumentos mais fracos: ao menos, no mínimo e pelo menos

Há ainda operadores que assinalam para o argumento mais fraco. Neste caso, encontramos as seguintes ocorrências: **Ao menos** 8 vezes, **no mínimo** 3, **pelo menos** 11; totalizando 22 ocorrências. Por desempenharem a mesma função, acreditamos na relevância de analisarmos um exemplo de cada. Segundo Koch (2010, p. 32) eles introduzem um argumento, entretanto, deixando subentendido a existência de uma escala com argumentos mais fortes.

Seguem os exemplos:

Quem defende a constituição da Comissão da Verdade, para familiares de mortos e desaparecidos nos Anos de Chumbo saberem o destino dos parentes, não pode aceitar a perpetuação do sigilo eterno em formações do Estado. **No mínimo**, será cúmplice da censura de partes da História brasileira. (Texto 14: Administração Pública, nº 07).

Em 2004, levantamento do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) mostrou que as comunidades de assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) respondiam por **pelo menos** 15% da área destruída na Amazônia Legal. (Texto 15: Políticas Públicas, nº 03).

Não é difícil imaginar como tal leniência alimenta mecanismos de desvio, para propósitos alheios aos da Educação, do dinheiro que deveria ser empregado na melhoria da qualidade do ensino. Pior: os casos relatados pela Alerj dizem respeito a municípios de um estado onde, **ao menos** em tese, os órgãos de fiscalização, como o TCE, são mais atentos a ações de malversação de verbas públicas. (Texto 16: Políticas Públicas, nº 05).

No primeiro exemplo, no texto “*Atentado contra a História do país*” percebe-se o questionamento sobre o acesso às informações de interesse público sobre a guarda do Estado, entre eles os arquivos da Guerra do Paraguai e também os arquivos do período da ditadura militar, chamado Anos de Chumbo. No entanto, essa situação pode ser modificada se a Lei de Acesso à Informação Pública for aprovada pelo Senado. Há uma crítica ao posicionamento do governo Dilma, que pode concordar com o inaceitável e vetar a lei a pedido dos ex-presidentes Fernando Collor e José Sarney, do Itamaraty e das Forças Armadas, que temem que esses documentos sejam expostos à sociedade. Essa ação faria com que os governantes fossem mais transparentes e éticos na sua gestão.

O texto aborda um tema fundamental e nos faz concluir que se a presidente Dilma vetar a lei estaria sendo incoerente no seu próprio discurso. O uso do operador *no mínimo* corrobora este posicionamento:

p - Dilma seria cúmplice da censura, no mínimo.

O operador deixa subentendido outros argumentos mais fortes, que seriam:

p’ – Dilma iria contra a sua própria história de vida.

p’’ – O governo não pode exigir a abertura de arquivos relacionados à ditadura militar se não abrir todos os seus arquivos históricos.

No exemplo seguinte, no texto “*Assentados ajudam a destruir a Amazônia*”, o editorial inicia seu posicionamento afirmando que os assentados são os maiores responsáveis pela destruição de parte da floresta amazônica. O uso do léxico “**vilões**” já direciona o leitor para a culpabilidade deles. Essa culpa também é refletida por meio do uso do operador **pelo menos**, ao afirmar que são responsáveis por 15% do desmatamento, deixando subentendido que os assentados não são tão vítimas quanto aparentam ser. Embora o editorial nos direcione para a responsabilidade maior do desmatamento por parte dos assentados, vale ressaltar, que os outros 85% não foram discriminados no texto, o que nos deixa “intrigados” sobre a total culpa deles.

No terceiro exemplo, do texto “*Controle de verba para o Ensino é tívio*”, o editorialista crítica a destinação dos recursos do fundo voltados para a educação. A falta de controle alimenta mecanismos de desvios de dinheiro que deveria ser empregado na qualidade e melhoria do ensino. Ainda há algo pior, que seria neste caso o argumento mais fraco: relatos da Alerj dizem respeito sobre municípios de um estado onde os órgãos fiscalizadores apresentam uma falha no sistema, visto que seu papel é estar atento à destinação e aplicação do dinheiro público.

Podemos exemplificar da seguinte forma:

Argumento mais fraco: TCE, em tese, fiscaliza as contas do Estado.

Argumento mais forte e não explícito no texto: TCE não fiscaliza as contas do Estado.

4.3 Operadores que assinalam oposição entre elementos semânticos

Há operadores que exprimem oposição entre os elementos, mas com natureza concessiva. O argumento é apresentado, mas, ao mesmo tempo, aparece como se não fosse algo válido, ou seja, contrapõe o argumento orientado por uma conclusão contrária. O locutor, neste caso, impõe uma força argumentativa no enunciado **q** para concluir **não-r**. Koch apresenta em seu livro “Argumentação e Linguagem” que as estruturas de tipo concessivo podem ser descritas em duas etapas: Cf. Koch, 2009, p. 147-148.

1ª etapa: atribui-se ao enunciador E1 o enunciado **P**, que constituem um argumento em favor da conclusão **r**, de modo que, dado **P**, poder-se-ia concluir **r**. Esta asserção de **P** por E1 é, portanto, introduzida no enunciado de um locutor L através de autoridade polifônica.

2ª etapa: o locutor L (=E2) assevera **Q**, argumento para **não-r**, de maneira que, dado **Q**, é levado a concluir **não-r**. O argumento contido em **Q** deverá ser mais forte em favor da conclusão **não-r** que o argumento **P** em favor de **r**, de tal modo que **p mas q; q, embora p;** ou **embora p, q** sejam reconhecidos com argumentos para **não-r**.

A autora sugere uma separação em dois grupos. No primeiro teríamos **mas** e seus respectivos correspondentes (porém, contudo, todavia, no entanto etc.) e no segundo **embora** e seus respectivos correspondentes (ainda que, posto que, apesar de(que) etc.). Do ponto de

vista semântico exercem funções semelhantes, na prática eles cumprem estratégias argumentativas diferentes, dependendo da intenção do locutor. Conforme analisaremos a seguir.

4.3.1 Operador *embora* e seu respectivo grupo

No caso do operador *embora* e seu grupo, o locutor utiliza da estratégia de antecipação, onde é anunciado, de antemão, que o argumento introduzido pelo operador será anulado, desconsiderado pelo texto.

Observemos as análises a seguir:

Embora seja provável que os índices de inflação deem alguma trégua, devido à contribuição dos preços dos alimentos (os bons resultados das safras estão chegando agora à mesa dos consumidores), vários outros fatores que podem impulsioná-los para cima continuam latentes. (Texto 17: Economia, nº 04).

De acordo com o fragmento, extraído do editorial: “*Aperto monetário precisa continuar*” tudo levaria a crer que a economia estava sob controle, já que a safra de grãos estava chegando à mesa do consumidor. Entretanto, o uso do operador *embora* antecipa que os argumentos anteriores, desenvolvido no texto, serão desconsiderados pelo novo conjunto de argumentos mais fortes e decisivos.

R= Índice de inflação apresenta controle.

p= os alimentos têm os preços estáveis devido à boa safra.

~R= Índice de inflação não apresenta controle

q= outros fatores podem elevar o índice.

Como se trata de uma bomba que só vai estourar no futuro (**embora** os mercados financeiros costumem antecipar esse efeito), políticos e governantes tendem a empurrar para frente a solução do problema. (Texto 18: Políticas Públicas, nº 02).

R= O Brasil só terá problemas com a previdência no futuro longínquo.

p= Políticos e governantes tendem a empurrar a solução do problema para frente.

~R= O Brasil terá problemas com a previdência em pouco tempo.

q= Os mercados financeiros antecipam os efeitos do problema.

Embora os operadores **ainda que**, **mesmo que** e **por mais que** façam parte do mesmo grupo do operador **embora**, acreditamos na relevância de apresentar alguns exemplos, pois

foram utilizados pelo jornal para construção de seus argumentos, mesmo que com pouca relevância, conforme o quadro apresentado.

Apesar disso, o Galeão (Antonio Carlos Jobim) não entrou na relação dos primeiros aeroportos a serem licitados. Só depois de Guarulhos e Viracopos, em São Paulo e de Brasília, ocorrerá a oferta da concessão do Galeão, junto com o aeroporto de Confins, de Belo Horizonte. **Mesmo que** a situação esteja deplorável. (Texto 19: Administração Pública, nº 06).

São presos sem condenação definitiva, muitos sem antecedentes criminais ou autores de crimes leves. Na prática, mantidos encarcerados por tempo indeterminado, expiam uma culpa que nem sempre vem a ser comprovada ou, **ainda que** o seja, passível de penas inferiores ao período já passado na cela. (Texto 20: Justiça, nº 10).

Um dos resultados é que assentamentos de reforma agrária, do Incra, tornam-se vetores da destruição da floresta, **por mais que** o governo do PT, por razões políticas, queira omitir o fato. (Texto 09: Políticas Públicas, nº 04).

O texto 19 “*Aeroporto do Galeão em estado terminal*” discorre, como o próprio título sugere, o estado precário em que se encontra o aeroporto, sendo caracterizado como em estado terminal, ou seja, “quase morrendo”. Apesar das duas competições que ocorrerá no Rio, a saber: Copa (2014) e Olimpíadas (2016), além da Jornada Mundial da Juventude, marcada pelo Vaticano, o aeroporto entrou para a segunda lista de licitações. É interessante que a ênfase parece ser dada pelo fato dele não estar na relação dos primeiros a serem licitados, o que justificaria a licitação, já que ficou em segundo plano, o que seria um argumento plausível.

No entanto, o locutor nos oferece um argumento **q** ao afirmar que a situação dele é deplorável. O que nos faz concluir que ele deveria sim estar na primeira lista de licitações e, embora, esteja na segunda lista, não é uma justificativa “feliz”. Logo, o argumento decisivo “põe por terra” a conclusão que ele estaria na lista, mas não em um primeiro momento. Se introduz argumentos possíveis no seu próprio discurso, contrário a sua tese inicial. Pode ser uma forma de antecipar o assunto ao leitor e adiante introduzir o argumento mais forte, que deixa claro que o aeroporto deveria estar em primeiro plano e não em segundo. O que justifica essa urgência não são os eventos que acontecerão, mas o estado lamentável em que o aeroporto se encontra.

O texto 20 “*Reflexos positivos no sistema penitenciário*” enfatiza as mudanças propostas no Código de Processo Penal, que prometem tirar da cadeia detentos à espera de sentença. Parte-se de dois pressupostos: Primeiro, a justiça não deve punir por presunção. Segundo, a superlotação das cadeias. Segundo o jornal, as prisões provisórias sofrem

problemas sérios no Brasil. A partir deste momento, se descreve a proposição **p**: são prisioneiros que estão presos por uma culpa que pode não ser comprovada. Concluímos que muitos podem estar presos injustamente. Entretanto, surge o contra argumento **q**: ou ainda que seja comprovada, podem ser penas inferiores ao tempo que passaram na cadeia. O argumento decisivo, nos levar a concluir **~R**: estão presos por algum crime que praticaram, mas já cumpriram pelo tempo que ficaram presos e sem julgamento.

O texto 9 “*Causas antigas de violência no campo*” mostra que o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que tem a missão de implementar uma política de reforma agrária são também responsáveis pela destruição da Amazônia. No entanto, o jornal ao utilizar o operador, sutilmente, anula a responsabilidade do INCRA e transfere a responsabilidade ao governo do PT. Percebe-se uma posição puramente ideológica, pois o PT (Partido dos Trabalhadores) é considerado um partido de “esquerda” enquanto o Globo tem uma tendência de direita, conforme abordado no primeiro capítulo.

Podemos criar o seguinte esquema:

R= INCRA é responsável pela destruição da floresta amazônica.

p= assentamentos de reforma agrária tornam-se vetores da destruição da floresta.

~R= PT é responsável pela destruição da floresta.

q= PT, por razões políticas, omite falhas do INCRA.

Em todos os fragmentos, as proposições que são introduzidas por operadores argumentativos com natureza concessiva apresentam características bem semelhantes. O editoralista admite que um enunciado serve de argumento a favor de uma dada conclusão. No entanto, logo em seguida, recusa essa conclusão e apresenta um argumento decisivo para que o destinatário conclua **~R**.

4.3.2 Operador *mas* e seu respectivo grupo

Koch (2009, p. 105) realiza um estudo do operador *mas* e segundo ela, para Ducrot ele é considerado o operador argumentativo por excelência. Ela afirma que o papel deste operador é coordenar dois elementos semânticos. Logo, quando acrescento o operador *mas* aos elementos **p** e **q**, introduzo duas ideias:

a) *Existe uma conclusão r que se tem clara na mente e que pode ser facilmente encontrada pelo destinatário, sugerida por p e não confirmada por q , isto é, que p e q apresentam orientações argumentativas opostas em relação a r ,*

b) *Que a força de q contrária a r é maior que a força de p a seu favor, o que faz com que o conjunto p mas q seja orientado no sentido de **não- r** .*

Segundo Koch, os autores Anscombre, Ducrot e Vogt fazem distinção entre um *masSN* e um *masPA*. O primeiro corresponde ao alemão **sondern** e ao espanhol **sino**, que desempenha o valor de retificação, refutação ou ainda uma justificação de uma recusa de p , que segue sempre uma proposição negativa (negativa p Mas q) e pode ser substituído por **ao contrário** ou **e sim**. Ele quase sempre desempenha uma função negativa e não argumentativa. Por aparecer sempre depois de um enunciado negativo, ele tem por função corrigir algo que foi suposto ou afirmado antes, conforme se observa no exemplo “Não sou flamenguista, mas fluminense”.

O segundo equivale no alemão **aber** e ao espanhol **pero**, e é mais argumentativo em sentido estrito, exato e oferece uma nova orientação argumentativa, uma vez que desempenha a função de introduzir uma proposição q que orienta para a conclusão **não- r** , ou seja, oposta a uma conclusão r para qual p poderia conduzir, conforme o exemplo a seguir: Sou fluminense, mas admiro Zico. Neste caso, percebe-se uma conclusão inusitada, pois um torcedor de um time admira o jogador de um time adversário.

Na gramática tradicional a definição da palavra *mas* é limitada no sentido de ser apenas um conector que serve para estabelecer uma oposição e ligar duas unidades. No entanto, é uma noção que pode avançar, por exemplo, em uma aula de língua portuguesa, abordando sua importância para compreender os sentidos de um enunciado.

Podemos resumir este processo da seguinte forma: a função do operador *mas* e seus similares é introduzir um argumento possível (p) para a conclusão r . Entretanto, em seguida, o locutor introduzirá um argumento decisivo (q) para a conclusão contrária não- r e esta prevalecerá. É um operador que exprime um “*movimento psicológico entre crenças, opiniões, emoções, desejos, ainda que implícitos, quando orientados em sentidos contrários*”. (DUCROT 1980 apud KOCH 1997, p. 66).

Sobre o *mas*, Koch assevera:

o locutor introduz em seu discurso um argumento possível para uma conclusão R ; logo em seguida, opõe-lhe um argumento decisivo para a conclusão contrária não- R ($\sim R$). Ducrot ilustra esse esquema argumentativo recorrendo à metáfora da balança: o locutor coloca no prato A um argumento (ou conjunto de argumentos) com o qual não se engaja, isto é, que

pode ser atribuído ao interlocutor, a terceiros, a um determinado grupo social ou ao saber comum de determinada cultura; a seguir, coloca no prato B um argumento (ou conjunto de argumentos) contrário, ao qual adere, fazendo a balança inclinar-se nessa direção (ou seja, entrecrocamos-se no discurso “vozes” que falam de perspectivas, de pontos de vista diferentes – é o fenômeno da polifonia) (2010, p.36).

A autora utiliza o seguinte exemplo:

A equipe da casa não jogou mal, **mas** o adversário foi melhor e mereceu ganhar o jogo.

R – A equipe da casa merecia ganhar. (conclusão)

p – a equipe da casa não jogou mal. (argumento)

~R A equipe da casa não merecia ganhar. (conclusão não-R)

q – o adversário foi melhor. (argumento decisivo)

A seguir, veremos seu funcionamento no editorial:

Assim como o Brasil não foi fundado em 2003, como queria fazer crer a propaganda lulopetista, a corrupção não surgiu nos últimos oito anos na vida pública do país. Mas, reconheça-se, tomou grande impulso a partir de um modelo de montagem de governo em que a principal preocupação não é a busca por melhorias na qualidade da administração, **mas** a quantidade de votos assegurados no Congresso, para garantir a “governabilidade”. (Texto 21: Administração Pública, nº 02).

Foi emblemática a denúncia de que o senador sem voto (suplente de Joaquim Roriz) Gim Argello (PTB-DF) destinara emendas parlamentares para uma ONG de amigos. Os desmentidos foram veementes, **mas**, por precaução, Argello, da base governista, renunciou à relatoria do Orçamento deste ano, e mergulhou para tentar fugir do noticiário. (Texto 22: Justiça, nº 01).

É fora de dúvida que são importantes para conter a violência programas pontuais de combate à criminalidade, como as UPPs e os movimentos do governo estadual para adotar uma política de segurança que melhore os indicadores de crimes. **Mas** sem o fundamental recurso a operações integradas, que alcancem as ramificações das quadrilhas em níveis nacional e, confirma-se agora, internacional, de modo a asfixiar os grupos organizados, corre-se o risco de ver solapado todo esse esforço. (Texto 23: Relações Internacionais, nº 01).

O editorial nº 21 “*A diversificada tecnologia da corrupção*” questiona o governo do PT frente aos mecanismos criados que favoreceram a corrupção. O texto não afirma que a corrupção seja exclusividade desse governo, o que seria o argumento **p**, que nos levaria a concluir que a corrupção sempre fez parte do jogo político. Entretanto, a utilização do operador **mas** joga a responsabilidade para o PT por criar mecanismos mais sofisticados que fez com que a corrupção tivesse um aumento. Para fundamentar essa posição, ele reconhece que o **q1** governo não se preocupava com a boa administração pública, mas única e exclusivamente em se manter no poder, o que pode ser observado pelo argumento **q2** “a

quantidade de votos assegurados no Congresso, para garantir a “governabilidade””. O uso do operador reforça, mais uma vez, sua posição ideológica, visto que por utilizar uma estratégia discursiva e logo em seguida anulando-a, traz toda a carga de responsabilidade com o argumento mais forte para o PT. Podemos afirmar que há uma construção de sentido de modo que o leitor seja conduzido a concluir a culpabilidade do governo.

O texto 22 “*A farra nos cofres públicos continua*” deixa bem claro a incapacidade de nossos governantes em fiscalizar o dinheiro do contribuinte. Como exemplo, o jornal aponta para as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) que desviam os recursos do tesouro. Elas são usadas para o acesso fácil a recursos públicos, já que não prestam contas. O interessante é que essas organizações foram contratadas com o objetivo de corrigir falhas de fiscalização constatadas na contratação de organizações não governamentais. Assim como houve desvio das ONGs, o mesmo acontece com Oscips. O senador sem voto e suplente de Joaquim Roriz, Gim Argello destinou emendas parlamentares para uma ONG de amigos. Foram veementes ao negar o ocorrido, o que nos faz concluir que não estão envolvidos, conforme relata o jornal. No entanto, o próprio jornal diz que apenas por precaução renunciou à relatoria do Orçamento, o que nos faz pensar justamente o contrário: “quem não tem culpa no cartório...”. Embora o jornal não o acuse diretamente, a asserção do operador ao argumento q (por precaução, Argello, da base governista, renunciou à relatoria do Orçamento deste ano...) é tão forte na construção de sentido, que corrobora para um pensamento implícito. O próprio título nos direciona ao afirmar que o cofre público é uma farra, a corrupção está aí para quem quiser ver.

O texto 23 “*A internacionalização do crime*” deixa bem claro o envolvimento de contraventores nacionais com os internacionais, tanto que foi descoberta uma ligação entre um contraventor do Rio e a máfia israelense, que envolvem entre outras coisas lavagem de dinheiro, máquinas caça-níqueis etc. Programas pontuais não combatem o crime organizado, embora seja importante e um argumento plausível, argumento p. O argumento decisivo q, que acaba mesmo que indiretamente anulando o anterior, é que as autoridades de segurança precisam de ações integradas entre todos os órgãos para, ao menos, controlar o crime organizado, caso contrário, nem os recursos pontuais servirão para nada.

Assim como o operador *mas*, no mesmo grupo podemos acrescentar os operadores: **porém, contudo, todavia, no entanto** etc., que contrapõem outros argumentos para conclusões contrárias.

A elevação das taxas básicas em uma economia que convive com juros tão altos sem dúvida não é uma medida agradável e que conte com a simpatia de produtores, comerciantes e

consumidores. **No entanto**, a taxa de juros é um instrumento que mais rapidamente ataca a inflação. (Texto 17: Economia, nº 04).

No editorial “*Aperto monetário precisa continuar*” se observa o apoio do jornal às medidas de ajuste das taxas básicas de juros. Segundo o texto, o aperto monetário deve continuar, pois o Brasil ainda não conseguiu se livrar dos mecanismos de indexação automática que existia antes do real e, por isso, qualquer aumento da inflação, segundo o editorialista, é perigoso com o risco de a alta de preços “voltar” a se autoalimentar, assim como já ocorre no setor de serviço. O que pode interromper de forma imediata esse processo é manter um aperto monetário que desencoraje a corrida por reajustes de preços e salários.

É interessante observar no fragmento que o autor expõe argumentos que nos levam a acreditar que a elevação da taxa de juros é uma medida ruim para a economia do país, mas ocorre uma quebra de expectativa no leitor, conforme se observa a seguir:

R= Elevação das taxas básicas não é importante para o Brasil.

p= Elevação das taxas básicas em uma economia que convive com os juros tão altos sem dúvida não é uma medida agradável e que conte com a simpatia de produtores, comerciantes e consumidores.

~R= Elevação das taxas básicas é importante para o Brasil.

q= A taxa de juros é um instrumento que mais rapidamente ataca a inflação.

O impacto financeiro efetivo dessas mudanças no fluxo de caixa da previdência social só ocorreria a longo prazo, pois as novas regras somente atingiria, em sua plenitude, aos que estão entrando no mercado de trabalho. **No entanto**, da mesma maneira que os mercados financeiros antecipam os efeitos negativos de uma bomba de retardo, podem desde já considerar o impacto futuro do desarme. (Texto 18: Políticas Públicas, nº 02).

O texto “*Ajuste ao Perfil demográfico*” aborda o atual perfil da população brasileira, que segundo o Censo de 2010 o Brasil terá o número de idosos dobrados, o que acarretará em déficit no sistema previdenciário social. O tema é polêmico, o que faz que políticos e governantes “empurrem” a solução do problema cada vez mais para frente, o que segundo o jornal, pode ser uma atitude irresponsável. O governo Dilma propõe uma minirreforma, onde haveria uma proximidade entre as idades mínimas de aposentadoria para homens e mulheres, ajuste nas regras de pensões e aposentadorias e viúvas e viúvos jovens deixariam de receber pensões vitalícias. O editorialista em um primeiro momento, diz que a mudança no impacto financeiro ocorreria a longo prazo, mas somos induzidos por ele a concluir o contrário, o que passa a ser o argumento decisivo e importante para fundamentar a posição do jornal.

R= O impacto financeiro no fluxo de caixa do INSS virá a longo prazo.

p=As novas regras só atingiriam os que entram agora no mercado de trabalho.

~R= O impacto financeiro no fluxo de caixa do INSS ocorrerá em curto prazo.

q= Os mercados financeiros podem desde já considerar o impacto futuro dessa minirreforma.

Em ambos os exemplos fica notório que, embora o jornal elabore um argumento, logo em seguida, contrapõe esse argumento para que sejamos induzidos a concluir **~R**.

O operador argumentativo **porém** pertence à classe argumentativa do MAS, que serve para introduzir argumentos contrários ao primeiro enunciado, auxiliando na explicação ou conclusões que levará a uma conclusão decisiva. Koch (2010: 35) declara que é um operador que contrapõe argumento, no intuito de orientar para uma conclusão contrária.

O longo, sangrento e infeliz contencioso entre Israel e os palestinos tornou lugares comuns várias expressões. Uma delas é a expectativa de que “o processo de paz volte aos trilhos”. Nestes trilhos, **porém**, ele não tem prosperado. (Texto 24: Relações Internacionais, nº 05).

Mesmo que consiga alguma margem favorável, **porém**, Correa não deverá ter carta branca para avançar no projeto autoritário de figurino chavista. (Texto 52: Justiça, nº 03).

No editorial “*Dois fortes impactos no Oriente Médio*”, o redator apresenta um marco na relação conflituosa entre Palestina e Israel: depois de 26 anos, houve uma troca de prisioneiros políticos. Pela Palestina, foi posto em liberdade o soldado israelense Gilad Shalit, depois de cinco anos; do lado de Israel, foram libertados mais de 450 soldados palestinos. O uso do léxico “impacto”, utilizado no título, reforça esse momento de mudanças no convívio entre palestinos e israelenses, durante décadas turbulentas. Essa relação conflituosa foi alterada com o pedido, realizada de forma diplomática pelo presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas à ONU pelo reconhecimento do Estado Palestino e que rendeu algumas vantagens políticas a ele. O segundo momento é a negociação pela libertação de prisioneiros, organizado pelos agentes israelenses e do Hamas, que gerou a troca de prisioneiros.

O editorialista nos conduz pelo texto, apresentando o conflito histórico e sangrento entre as duas autoridades, a Palestina e a Israelense, que acabou gerando inúmeros “discursos feitos”, onde o mais comum é que o processo de paz volte aos trilhos, como se fosse um trem que nunca sai do seu trajeto. No entanto, em seguida, ao utilizar o operador **porém**, o texto revela que por esse trilho, a paz nunca será alcançada, sendo necessário a criação de outros

caminhos, e que o discurso comum está em desuso, refutando todos os argumentos anteriores, que levavam o leitor a entender que a paz seria alcançada em uma questão de tempo.

Para reforçar a ideia de que a paz não será alcançada tão rapidamente, o jornal, além do uso do operador, se apropria também do uso da expressão “não tem prosperado”, conduzindo o leitor à conclusão que a paz, nessa situação política, não tem se desenvolvido em direção alguma e que ainda falta muito para que ela seja alcançada, mesmo com as atitudes tomadas pelos dois países.

Observe o esquema:

R= a paz entre Israel e Palestina é uma questão de tempo.

p= “o processo de paz volte aos trilhos”.

~R= a paz entre Israel e Palestina está longe de ser concluída.

q= Nestes trilhos ele não tem prosperado.

O editorial 52 “*Barreira a projeto autoritário no Equador*” apresenta ao leitor a tentativa do presidente equatoriano Rafael Correa, por meio de consulta popular, em alterar a constituição do país para limitar os poderes da imprensa. Na prática, Correa deseja a censura para os críticos do seu governo, da mesma forma que seu mentor político Hugo Chávez, presidente da Venezuela.

O governo Correa acreditava que a vitória, por uma boca de urna realizada pelo próprio governo, estava garantida. No entanto, ao término das apurações, o referendo não se mostrou favorável, pois o resultado foi um empate técnico, o que mostrava o desgaste político do presidente.

O uso do operador **porém** invalida o enunciado anterior no que se refere à sua vitória. O enunciado seguinte é construído como se não fosse tão importante quanto o primeiro, até mesmo desnecessário. Só que o último argumento que vai concluir o pensamento do editorialista, no sentido de conduzir o leitor para a conclusão de que o presidente equatoriano não tem mais tanto carisma em relação à população e que sua postura de querer censurar os meios de comunicação não agrada uma parcela significativa da população.

Podemos ressaltar que o operador **porém** ultrapassa sua função de apenas ligar orações. Ele é responsável por alterar o significado do texto, já que o argumento orientado no

sentido contrário se torna o mais forte, no sentido de fazer com que o leitor conclua justamente o inverso em relação ao que foi exposto.

No caso do **mas** e seu grupo, vimos que foi empregado de forma a gerar suspense, onde o interlocutor conclui **r** para depois ser introduzido o argumento (ou conjunto deles) que levará a conclusão **~R**, mostrando a conclusão decisiva pelo ponto de vista do autor e, muitas vezes, não esperada pelo leitor.

É cabível apresentar, nesta altura da análise, um termo utilizado por Ducrot (apud KOCH, 2009, p. 146) **autoridade polifônica**, que está diretamente inserido na língua. É um tipo de autoridade que

[...] não se apresenta como autoritário; não pode ser contestado, por ser introduzido ao nível do mostrar, da representação dramática, não podendo, pois, ser julgado em termos de verdade ou falsidade; ele é representado como sendo produzido por um outro enunciador diferente do locutor, de modo que este, embora o “mantenha”, prestando-lhe um certo grau de adesão ou reconhecendo-lhe certa legitimidade, não assume a responsabilidade direta de tê-lo dito, usando-o, inclusive, muitas vezes para refutá-lo.

Essa explicação pode ser facilmente aplicada ao discurso jornalístico. A informação não é imposta, mas também não pode ser diretamente contestada, visto que, pelo menos, se entende que seu papel é apenas mostrar um fato. Podemos afirmar também que o jornal é que se responsabiliza pelo texto publicado e não o editorialista, embora ele tenha sido o redator, é isento de qualquer responsabilidade. No entanto, esse redator faz parte do mundo, está inserido em determinado contexto e seus escritos sofrerão influências pelas suas leituras e pelo modo de enxergar o mundo, nada é neutro.

Nossa função não é questionar se o jornal está certo ou errado diante de alguma opinião exposta. Nosso papel é mostrar que é preciso ter um olhar crítico na leitura e identificar os argumentos aos quais o jornal queira dar maior ênfase em detrimento de outros. Os operadores exercem a função de direcionar o posicionamento sobre algo e ter isso em mente é fundamental para que não sejamos manipulados facilmente. Quando se trata de assuntos políticos, vale lembrar o posicionamento do jornal e sua posição ideológica diante do fato transmitido, o que põe por terra qualquer ideia de imparcialidade.

4.4 Operadores que obedecem à regra combinatória

Koch afirma que há operadores que obedecem à regra combinatória, estabelecendo uma relação de sentido que poderá ser apontada para uma afirmação da totalidade ou para uma negação total do que foi proferido.

4.4.1 Operador argumentativo quase

O operador argumentativo *quase* aponta para a afirmação da totalidade, conforme observaremos a seguir:

Nos cinco escândalos já ocorridos em pouco menos de dez meses de governo Dilma — **quase** um a cada 60 dias —, em dois, no Ministério do Turismo de Pedro Novais, e, agora, no do Esporte de Orlando Silva, surgem organizações não governamentais denunciadas como instrumento de assalto aos cofres públicos. (Texto 25: Administração Pública, nº 01).

O tamanho do problema é proporcional à extensão das nossas áreas limítrofes. São **quase** 17 mil quilômetros, dos quais 11 mil quilômetros ligam o Brasil aos três maiores produtores de cocaína do mundo — Peru, Bolívia e Colômbia. (Texto 26: Políticas Públicas, nº 10).

O editorial 25 “*A degradação no universo das ONGs*”, apresenta o fato de organizações não governamentais, as chamadas ONGs, serem utilizadas sistematicamente para o desvio de verbas públicas e, muitas vezes, com ligações de políticos ou membros do governo. O editorialista aborda a série de escândalos dentro do governo Dilma Rousseff, passando por vários ministérios. O número de denúncias é tão extenso, que se tornou corriqueiro, quase que com tempo determinado para acontecer.

Embora o editorial não especifique o número exato de dias em que os as denúncias aconteceram, o uso o do operador *quase* enfatiza a periodicidade em que ocorriam os escândalos. Logo, ele aponta para uma totalidade ao afirmar que era algo regular. Observamos certa ironia no texto, pois no governo Dilma, a cada dois meses era marcado por um escândalo. Há uma crítica ao governo vigente por ter permitido que escândalos envolvendo verbas públicas o “manchassem”, pois o PT sempre defendeu a transparência política e combate a corrupção. Mais uma vez fica claro a posição ideológica do jornal frente a um fato político.

O editorial 26 “*Guerra contra as drogas passa por fronteiras*” apresenta o problema das drogas e de armas que chegam ao Brasil por meio de fronteiras mal vigiadas. O texto ganha reforço em sua tese ao apresentar, como testemunha indiscutível, o ex-chefe da Mangueira, o Tuchinha. Hoje, depois de 21 anos de cadeia, trabalha ao lado do grupo AfroReggae.

O editorialista, ao afirmar que são quase 17.000 km o tamanho continental do Brasil não afirma que são exatamente 17.000 km, o que evidencia o papel do operador ao apontar para uma totalidade. O seu uso enfatiza que sendo uma fronteira tão extensa se faz necessário

uma vigilância, pois 11.000 km já estão nas mãos de traficantes. O autor cria um paralelo com o problema e o território nacional, ao mesmo tempo em que quantifica o problema, pois a má vigilância dessa fronteira acarreta em sérios problemas para a segurança pública das grandes cidades, destino das maiorias das armas e drogas.

Ainda, segundo Ducrot (1981, p. 183) **p'** é mais forte que **quase p'**, visto que o locutor utiliza quase p' como argumento a favor de certa conclusão. Portanto, significa afirmar que p' seria o argumento ainda mais forte para essa mesma conclusão. Ele diz:

Um primeiro tipo de enunciados entre os quais existe, a nosso ver, uma relação argumentativa, pode ser construído a partir do advérbio quase. [...] Cremos poder propor como uma lei que p' é mais forte que quase p' (isto é, que todo locutor que utiliza quase p' como um argumento a favor de certa conclusão, consideraria p' como um argumento ainda mais forte para essa mesma conclusão).

Observemos:

O futuro aeroporto de São Gonçalo do Amarante, ainda em obras, vizinho à capital do Rio Grande do Norte, Natal, serviu como primeiro teste e comprovou o apetite dos consórcios interessados em assumir a função de concessionário de serviço público nessa nova área antes **quase** completamente ocupada pelo Estado (Infraero). (Texto 27: Políticas Públicas, nº 06).

Quase que diariamente a imprensa em todo o Brasil traz à tona casos de desperdícios, má gestão, irracionalidade ou malversação de recursos na área de saúde. Tributar ainda mais o contribuinte para esse buraco sem fundo é que pode ser classificado como covardia contra o cidadão. (Texto 28: Economia, nº 06).

No editorial “*corrida contra o tempo nos aeroportos*”, o jornal aborda o quão atrasado o Brasil se encontra em relação a outros aeroportos mundiais, que são mais ágeis e eficientes. O texto relata a falha na gestão de aeroportos por parte da Infraero, que é um órgão ligado ao governo federal. E mesmo com os aeroportos anunciados na licitação serem de menor porte, o processo de licitação foi considerado um sucesso. O operador modifica de forma bem sutil o enunciado.

Podemos exemplificar:

P' nova área antes completamente ocupada pelo Estado (Infraero).

Quase p' nova área antes **quase** completamente ocupada pelo Estado (Infraero).

Ao afirmar que essa área de aviação civil está quase ocupada pelo Infraero, não significa que esteja totalmente ocupada. Claro, o uso do operador enfatizou e corroborou a

incapacidade de gerência do Estado, representada pela Infraero, em não dar conta de uma área vital para o desenvolvimento do país e praticamente toda ocupada por ela.

O próprio substantivo “apetite” demonstra o interesse de empresas privadas no setor em assumir a administração dos aeroportos brasileiros. Há argumentos no decorrer do texto que mostram a posição favorável do jornal à privatização dos aeroportos e não apenas uma parte dela, como quer o Estado. Podemos associar esse pensamento à posição de Centro Direta, onde se preza a não gerência do Estado em setores estratégicos, cabendo à iniciativa privada essa responsabilidade.

No editorial, “*CPMF é um fantasma não exorcizado*”, o editor mostra um dos maiores absurdos cometidos pelo Senado brasileiro: a tentativa de “ressuscitar” o imposto, que antes era “provisório”, e que devia ser utilizado para o SUS (Sistema Único de Saúde), o que na prática, nunca aconteceu, levando a sua extinção.

O próprio título, ao usar os termos “fantasma” e “exorcizado”, já revela que os políticos e alguns governantes (mesmo que ambos sejam de base oposicionista) sempre retornam ao assunto, da mesma forma que um fantasma, que não encontrou seu descanso. Ou seja, não foi exorcizado e volta para assombrar as pessoas. O editor enfatiza que existem outras formas de gerar recursos para o SUS e que seu problema não é falta de dinheiro, pois muitos estados não utilizam a verba de suas secretarias de saúde de forma plena, mas apenas uma ínfima parte que lhe são destinadas. Logo, a perda da CPMF não serve como justificativa para o não funcionamento do sistema único de saúde, visto que existem recursos próprios dos Estados e que são mal geridos, como a própria imprensa denuncia quase que diariamente em todos os seus veículos de comunicação.

Destaca-se que o uso do operador ameniza a força argumentativa do enunciado, pois o jornal poderia afirmar que a imprensa diariamente denuncia escândalos envolvendo a má gestão de recursos destinados a saúde, em todas as esferas do poder. Só que o editor resolveu utilizar o operador para sugerir que a imprensa tenta; ele não afirma que ela o faça sempre. Essa forma sutil nos faz concluir que há de fato uma crise em relação à ingerência dos governantes, além de trazer à tona casos de desperdícios, má gestão e desvio de recursos na área de saúde.

4.4.2 Apenas, só e somente

Conforme Koch (2009, p. 198) são operadores que restringem; orientam para uma negação da totalidade. Nos exemplos seguintes, percebemos que é um recurso bem aplicado em editoriais. Seu grupo apresentou 12% e dentro deste grupo, o operador **apenas** foi mais recorrente, embora não nos isente de apresentar os outros.

[...] a “metodologia” aplicada pelo Ministério Público em praticamente todo o país, para cumprir a meta do Enasp, em vez de ajudar a resolver a questão dos crimes sem castigo, **apenas** varreu o problema para debaixo do tapete. (Texto 29: Justiça, nº 02).

Mas o arquivamento em massa de casos não resolvidos tem **apenas** efeito estatístico. Na prática, é uma patranha contra o princípio de uma Justiça que deve proteger a sociedade. (Texto 29: Justiça, nº 02).

Pesquisas mostram que as demandas estudantis têm apoio de 89% da população, e que **apenas** 22% aprovam o desempenho do presidente no caso. (Texto 30: Políticas Públicas, nº 09).

No entanto, essa competitividade não deriva **somente** de esforços internos daqueles que produzem. Há uma série de fatores externos e obstáculos, estruturais que depende de políticas públicas para ser removida. (Texto 31: Economia, nº10)

O acordo também envolvia investimento em um processo de enriquecimento de urânio (que **somente** havia sido testado em escala laboratorial). (Texto 32: Relações internacionais, nº 02).

Se depender da AMB, o conselho será manietado na atuação disciplinar, pois, aprovada a Adin, **só** poderá atuar depois das corregedorias de cada tribunal. (Texto 33: Justiça, nº 06).

Como o brasileiro não tinha alternativas, os veículos continuavam ultrapassados. **Só** começaram a ser melhorados com o choque de concorrência. (Texto 34: Economia, nº 02).

A política de controle de gastos na boca do caixa **só** se justificaria em uma situação de emergência, em que não houvesse outra saída. (Texto 50: Economia, nº 03)

O editorial “*Arquivamentos deixam crimes sem castigos*” discorre sobre o enorme número de casos criminais em todo o país sem solução. Para diminuir esse volume de inquéritos, o Conselho Nacional do Ministério Público criou, em parceria com a Pasta da Justiça, com o Conselho Nacional de Justiça e com os governos estaduais, a Estratégia

Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), que havia estabelecido como meta concluir até o fim de 2011 os inquéritos criminais abertos até quatro anos atrás.

O uso do operador **apenas** deixa claro que há uma crítica a esse órgão, pois ele não cumpriu o seu objetivo inicial, que era diminuir o número de inquéritos por meio da investigação e não por arquivamento. Ao usar o operador, o editor anula, nega o argumento anterior, que era: ENASP funcionou perfeitamente reduzindo o número de inquéritos. Ao negar e restringir o sua importância na solução desses inquéritos, somos induzidos a concluir que o ENASP não funcionou como deveria, visto que os MPs arquivaram os processos “jogando tudo para debaixo do tapete”.

O fragmento seguinte, extraído do mesmo editorial, corrobora esse pensamento, quando o editor utiliza o mesmo operador para restringir e afirmar que a ENASP funcionou apenas para efeito de estatística, nada além.

O texto “*Ensino revela tensões no modelo chileno*” expõe a situação educacional vivida no Chile, que em sua organização apresenta uma estrutura de ensino, a partir do ensino médio, privada, que tem gerado descontentamento por parte dos estudantes. Como consequência, famílias estão cada vez mais endividadas para pagar o ensino de seus filhos e, por isso, lutam para que esse modelo seja extinto e que volte ao modelo de ensino público, que foi extinto desde a época do governo Pinochet. O operador **apenas** introduz uma afirmação que restringe o número de pessoas que apoiam as medidas do atual presidente Piñera; somente 22%. O que nos faz concluir que a população está insatisfeita com modelo atual de educação.

Os operadores seguintes, **só** e **somente**, desempenham também um caráter argumentativo de restrição, ou seja, a mesma função, conforme se observa abaixo:

O editorial “*Desoneração da indústria*” discorre sobre o incentivo dado ao governo por meio da desoneração de folha de pagamento. No entanto, há uma série de outros fatores que não dependem do empresariado, mas sim do Estado para crescerem, como: melhoria de infraestrutura, revisão dos impostos e investimento na educação para geração de mão de obra qualificada. É justamente isso que o uso do operador reforça, pois restringe, no sentido de negar que esforços internos não são suficientes para alavancar a economia do país.

No texto “*Alemanha deu um passo atrás*”, o editor crítica a postura da chanceler alemã Angela Merkel frente ao uso da energia nuclear no seu país. O governo alemão decidiu encerrar as atividades de suas usinas nucleares até 2022. “O passo atrás” do título do texto faz referência ao suposto retrocesso tecnológico que a Alemanha pode sofrer, pois o país é um dos maiores desenvolvedores tanto da tecnologia da segurança quanto de pesquisas da energia

nuclear. O Brasil foi beneficiado com isso na década de 70 ao fazer parceria com o governo alemão para o desenvolvimento das suas usinas nucleares.

Esse acordo também envolvia o enriquecimento de urânio, antes limitado a laboratórios brasileiros. O operador **somente** reforça o que talvez não seja de conhecimento comum, que os testes com urânios eram realizados somente em laboratórios e só por causa do governo alemão é que o Brasil passa a desenvolver tecnologia nuclear em território nacional. A restrição, embora pareça uma informação desnecessária, é de suma importância para apresentar a criação da independência energética brasileira.

Nos editoriais seguintes se percebe que, ao utilizar o operador argumentativo **só**, o enunciado recai sobre este operador, pois ele exclui e rejeita tudo o que foi dito anteriormente; apontando para uma negação total, restringindo o que deve ser considerado pelo interlocutor.

O editorial “*Corporativismo ameaça CNJ no Supremo*” discorre sobre a reforma do Poder Judiciário, que foi aprovada pela emenda constitucional de número 45, com o objetivo claro de eliminar a lentidão do Judiciário. Com isso, eliminaria inúmeros processos que, segundo o editor, estavam engarrafados na fila, ou seja, extremamente lentos quanto à sua solução. No entanto, apesar dos avanços, não é fácil modernizar um segmento do Estado que esclerosou, estão inertes. Mesmo com a emenda, há resistências por causa do corporativismo, característica do Poder Judiciário, que impede avanços importantes.

O CNJ foi elaborado para elevar a baixa qualidade administrativa dos tribunais regionais, mas corre o risco de ter os seus poderes limitados, por causa da intervenção da Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) impenetrada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Sendo o Adin julgado a favor, o CNJ será manietado no que se refere a sua atuação disciplinar e **só** poderá atuar depois das corregedorias de cada tribunal. O uso do operador neste texto exerce a função de limitar e negar a atuação do CNJ, visto que sua atuação se limitará a vetar as decisões da corregedoria e não mais atuar na aceleração administrativa dos tribunais.

O editorial “*A volta do cacoete do protecionismo*” fala sobre o mau hábito da política brasileira de criar reserva de mercados internos (protecionismo) em detrimento do mercado externo, que geraria competitividade e aprimoramento da indústria brasileira. O ex-presidente Fernando Collor foi o primeiro a repensar neste modelo de protecionismo e, ao proclamar a frase: “os carros brasileiros são como carroças” mostrou a população o quanto a tecnologia automobilística estava atrasada e só com a abertura para o mercado exterior, o consumidor viria a ter opções de carros e o mercado de automóveis brasileiros passaria a investir no

aprimoramento. O uso do operador restringe os argumentos anteriores, pois nega e anula a política protecionista dos governos que antecederam o ano de 1990.

O jornal mais uma vez crítica a posição de esquerda marxista que o PT tenta implantar no Brasil e pode vir a ser um retrocesso para o desenvolvimento industrial do país. Hoje, segundo o texto, o governo prefere não atacar para valer a desmesurada carga tributária, a burocracia e o problema da infraestrutura deficiente, prefere recorrer ao protecionismo puro e simples, voltando a um modelo econômico retrógrado que não tem espaço mais em um mundo globalizado de hoje.

O editorial “*Ajuste fiscal precisa ter qualidade*” relata que perante o pico inflacionário e a baixa oferta e aumento de demanda, é necessário um controle maior por parte Banco Central para que esse aumento não saia do controle e a inflação se mantenha equilibrada. No passado, a diminuição de pagamentos de precatórios (dívida do Estado com pessoa física) era uma prática comum, quando o controle das despesas era realizada na boca do caixa, ou seja, o controle que o governo exerce diretamente sobre a renda do cidadão). No entanto, segundo o editor, não é essa a política fiscal que o país precisa e deseja. Com a utilização do operador *só*, o editor restringe essa política de controle, pois afirma que ela só se justificaria em último caso, quando não houvesse mais saída e, ao mesmo tempo, nega essa política por mostrar que não é ela que vai trazer qualidade ao ajuste fiscal. No decorrer da leitura, o artigo direciona caminhos que deveriam ser seguidos pelas autoridades para tentar ao menos minimizar os efeitos da inflação no crescimento da economia. Portanto, há saídas a serem seguidas, o que não justifica o controle de gastos na boca do caixa, que traria como consequência a desvalorização do dinheiro. A solução seria o governo gastar menos do que se recebe.

4.5 Operadores que somam argumentos

Operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão fazem parte da mesma classe argumentativa. Em uma escala orientada no mesmo sentido, quando há dois ou mais argumentos, o uso do operador acrescentará o argumento decisivo, ou seja, o mais importante. Esse caso apresentou uma frequência alta no uso de editoriais, o equivalente a 15%.

4.5.1 Não só e tanto

O uso dos operadores argumentativos **não só** e **tanto** serve para o encadeamento de duas ou mais escalas orientadas para um mesmo sentido, acrescentando, por conseguinte, argumentos que passam a ser decisivos para a conclusão r.

Se perder, o país quebra (“default”) e, com ele, são arrastados para o prejuízo muitos bancos europeus — e **não só**. Não há caridade. Franceses, alemães, a UE, enfim, querem evitar abalos no seu sistema financeiro, o proprietário dos títulos da dívida grega. (Texto 35: Relações Internacionais, nº 08).

No exemplo “*Grécia de volta ao centro do mundo*”, o jornal por meio do próprio título, com tom irônico, já conduz o leitor para a atual situação envolvendo a crise econômica do país, visto que é de conhecimento que a Cultura Grega foi vital para a construção do mundo ocidental e era considerada o centro mundo. Novamente, o país volta ao centro do cenário mundial, entretanto, de forma negativa, pois sua crise atual pode impulsionar uma crise ainda maior, mas em nível mundial.

O editorialista apresenta seus argumentos explicando que a Grécia, mesmo passando por todos os ajustes fiscais, não conseguiu reequilibrar suas finanças e, caso o país quebre financeiramente, vários bancos europeus quebrarão juntos e **não só**, mas muitos outros países seguirão para o mesmo destino.

O uso do operador **não só** soma ao primeiro argumento outro mais forte que o primeiro, com o intuito de conduzir o leitor que a situação na Grécia é delicada e não só a União Europeia poderá quebrar, mas o mundo inteiro sofrerá consequências em curto prazo.

Observe o esquema:

p - Se perder, o país quebra (“default”) e, com ele, são arrastados para o prejuízo muitos bancos europeus.

p’ não só. (implícito) Outros países de outras partes do mundo sofrerão com a crise econômica da Grécia.

R – A União Europeia precisa urgentemente traçar metas de modo a evitar abalos no seu sistema financeiro.

É provável que retorne a discussão sobre se Dilma voltou a usar a vassoura da “faxina”, que **tanto** melhorou sua avaliação no eleitorado de oposição no Sul/Sudeste. (Texto 36: Administração Pública, nº 09).

O editorial “*Caso PCdoB põe fisiologismo em xeque*” expõe que a herança do governo Lula para a presidente Dilma, no sentido de alianças políticas para a manutenção de poder, é prejudicial para o próprio governo. Seis mudanças de ministérios em apenas dez meses em seu governo seriam louváveis caso fosse uma mudança planejada e não provocada por denúncias de corrupção como vem sendo o caso. O editorialista, em um caso raro de apoio ao governo atual, apresenta a presidente Dilma com uma postura mais contundente e, ao contrário de Lula, não fechou os olhos para os atos hediondos de corrupção, e resolveu fazer as reformas ministeriais antes mesmo do fim do primeiro ano de mandato, da mesma forma que ela já tinha feito no passado ao realizar uma “faxina” como Ministra-chefe da Casa Civil, onde realizou demissões de funcionários fantasmas, analisou casos de nepotismos e de superfaturamento em licitações, que **tanto** melhorou sua avaliação no Sul/Sudeste.

O editor sutilmente revela, por meio do operador argumentativo **tanto**, que a presidente não era tão bem aceita assim no Sul/Sudeste do país. O uso desse operador conduz o leitor para essa conclusão, mas, ao mesmo tempo, revela que a posição enérgica da presidente, nessa situação, foi bem recebida por essa parte do país, aumentando sua popularidade. Vale ressaltar que a atuação dela como Ministra-Chefe da Casa Civil não foi exposta pelo jornal, o que requer conhecimento de mundo para associar o uso do operador com algo realizado no passado, mas que serviria de argumento decisivo para clarificar a sua posição de liderança frente ao povo.

Em análises anteriores, passamos por editoriais que criticam a figura do PT e diretamente a do governo Lula como, por exemplo, no editorial “*Assentados ajudam a destruir a Amazônia*”, mas, neste caso, em especial, mesmo o jornal mantendo a posição contra o ex-presidente Lula e sua “passividade”, elogiam a postura da presidente Dilma nos casos de corrupção.

Na reunião do FMI, em Washington, o secretário do Tesouro dos EUA, Timothy Geithner, advertiu “A ameaça de moratórias em cascata e corrida aos bancos precisa sair da mesa, ou porá em risco todos os outros esforços, **tanto** na Europa quanto globalmente.” (Texto 37: Relações Internacionais, nº 06).

Bancos franceses, entre os mais expostos a uma débâcle grega, já propõem rolar parte dos títulos e contribuir para a constituição de um fundo de apoio ao país. É a tal participação privada que os alemães **tanto** pedem. (Texto 37: Relações Internacionais, nº 06).

Nos exemplos acima, retirados do mesmo editorial, “*Economia e política se cruzam na Europa*”, observamos o uso do operador argumentativo **tanto** em dois momentos diferentes. O jornal relata que a crise financeira na Europa é agora atravessada por questões políticas, pois, para evitar que a Grécia quebre, e que levará toda a União Europeia junto, é necessário ajustes fiscais que são impopulares perante o eleitor/contribuinte. Já os outros países da UE, como a Alemanha, para poder colaborar com o Fundo do Euro, também precisa passar por ajustes fiscais, mas, com a economia e as contas públicas mais fortes que a Grécia, os políticos alemães não conseguem apoio popular para realizar suas alterações fiscais para ajudar os outros países do grupo.

Essa situação nos faz concluir que a crise é sem precedente na Grécia e com a ameaça de uma moratória em cascata, **tanto** a União Europeia quanto o mundo podem vir a sofrer os efeitos nas economias em curto prazo. O editor, ao utilizar o operador **tanto**, acrescenta ao primeiro argumento – a crise na Grécia é alarmante – o segundo, que é: a crise na Europa possa se tornar global e ameaçar a todos.

Ainda no mesmo editorial, **tanto** é utilizado em outro momento, com o objetivo de conduzir o leitor a acreditar que existe um país que se esforça mais para a solução do problema, no caso a Alemanha. A crise na Europa não será resolvida apenas por políticas e ajustes, mas também pela participação do setor privado, no caso dos bancos particulares. Os bancos franceses, os mais vulneráveis a quebra da Grécia, já se propuseram a rolar parte dos títulos e contribuir para a constituição de um fundo de apoio ao país. É esse tipo de participação que **tanto** a Alemanha pede para outros bancos privados da Europa.

O editorialista se apropria da força do operador para apresentar a Alemanha como um tipo de “salvador” da situação, pois o país é o mais rico do Euro, possui um bom equilíbrio fiscal e ainda serve de modelo para a solução do problema que a União Europeia se encontra.

4.5.2 Nem (= e não)

Esse operador argumentativo propicia selecionar e destacar dentro de um texto o argumento mais forte de uma escala argumentativa, orientando para uma conclusão r. Seu correlato é o operador **e não**, que possui o mesmo objetivo quando inserido dentro de um texto.

Por isso, a própria classificação de filmes e programação de entretenimento em geral é apenas indicativa no Brasil. **E não** pode ser diferente, mesmo em assuntos sensíveis como o do “Terror sem limites”, acusado de promover a pedofilia.” (Texto 38: Justiça, nº 08).

Existe margem para a aplicação de uma política austera, sem derrubar a economia, temor de Dilma. Basta praticar de verdade o discurso da seriedade fiscal, prometida desde a campanha eleitoral **e não** executada. (Texto 39: Economia, nº 09).

Nem o país que emite o dólar pode conviver com grandes desequilíbrios (Texto 40: Economia, nº 08).

Quando se tem bons advogados, e obviamente condições financeiras para contratá-los, pode-se postergar o cumprimento de uma sentença até o limite que, não poucas vezes, alcança a prescrição da pena. Embora **nem** sempre verdadeira, a analogia com a versão popular dessa dedução — no Brasil, só o pobre vai preso — é irresistível. (Texto 41: Justiça, nº 04).

No primeiro exemplo, “*Justiça agride constituição com censura*”, o jornal apresenta a situação envolvendo a censura ao filme “Terror sem limites”, proibido de ser exibido em um festival, na cidade do Rio de Janeiro, por uma ação movida pelo ex-prefeito Cesar Maia e pelo deputado federal Rodrigo Maia, ambos do DEM (Democratas) alegando que o filme faz apologia à pedofilia por conter cenas fortes com menores. No texto são apresentados outros casos de censura prévia promovidos por juízes. No entanto, tais atos vão de encontro à própria Constituição, onde está escrito que a liberdade de expressão não prescinde de regulamentação.

O editorial esclarece que o filme censurado continha uma classificação indicativa para maiores de 18 e, como consequência, não deveria ser proibido de ser exibido sobre hipótese nenhuma. Só poderia ser censurado se a alegação de pedofilia fosse comprovado depois de assistido por profissionais gabaritados da indústria cinematográfica.

O editorialista, ao utilizar do operador **e não**, soma a argumentos anteriores o argumento decisivo, que nos conduz para a conclusão de que a Constituição vem sendo desrespeitada ao ser exercitado a censura, pois as classificações de entretenimento áudio visual é apenas indicativa, como está determinado pela lei de liberdade de expressão **e não** podem ser desrespeitadas em hipótese alguma, visto que se trata de um direito dos cidadãos brasileiros, adquirido com o fim do regime ditatorial e promulgada pela Constituição de 88, e, mesmo em se tratando de assuntos ditos polêmicos, como o caso do filme “Terror sem limites”, a lei deve ser respeitada.

No editorial, “*Demonstração prática de austeridade*”, o jornal apresenta ao leitor a seriedade com que a presidente Dilma Rousseff encara o problema da crise financeira mundial, ao mesmo tempo em que precisa lidar com o cenário econômico brasileiro no que se

refere à inflação elevada, juros persistentemente nas nuvens e gastos sempre em alta. O Brasil poderia vir a ser a próxima vítima econômica, caso aconteça um eventual descarrilamento financeiro no mundo. Para que isso não ocorra, é necessária uma política econômica mais austera, mas, ao mesmo tempo, que não derrube a economia, como foi o caso de muitos países. Entretanto, a solução já tinha sido apontada pela própria presidente durante a campanha eleitoral **e não** executada por ela, atualmente, no seu governo.

O jornal apresenta o argumento de que se o Brasil, caso não controle seus gastos e atue diretamente na economia, poderá passar por uma crise econômica, que já afeta outras partes do mundo. Mas, para mostrar que existem saídas e que podem ser aplicadas em curto prazo, o editorialista faz uso do operador **e não** para mostrar o argumento decisivo: a presidente sabe com quais mecanismos econômicos precisa lidar para controlar a situação, pois, em plena campanha política, apontava as direções que o país precisava tomar para não entrar em crise e, ao mesmo tempo, crescer economicamente, mas não foram tomadas nenhuma dessa diretrizes.

No terceiro exemplo, “*Crise nos EUA alerta para a questão fiscal*”, o jornal apresenta a crise financeira e a disputa entre os dois principais partidos, o republicano e o democrata. O texto aborda que a crise fiscal é tamanha e que os EUA, perto do início da campanha eleitoral, quase entrou em moratória, ou seja, não pagou suas dívidas, tanto internas quanto externas. Seria um acontecimento raro e o editorialista reforça esse pensamento ao utilizar o léxico “inédito”, pois se trata da maior potência econômica do planeta, além de ser conhecida como a terra da prosperidade.

O jornal se posiciona a favor do ajuste fiscal promovido pelo EUA e faz uma ressalva que este ato, o ajuste fiscal transparente, deve ser feito no Brasil, mesmo que o país esteja atravessando uma fase mais prospera que os EUA. Pois se **nem** o país mais poderoso do mundo, que tem a moeda referencial para a economia mundial, ficou livre de ajustes fiscais para recuperar seu equilíbrio financeiro, quanto mais uma economia emergente quanto a nossa, que ainda tem muito para desenvolver. O editorialista ao utilizar o operador argumentativo **nem**, conduz o leitor para essa conclusão, pois esse operador tem a função de destacar argumentos mais fortes, para a conclusão **r** dentro de um texto.

O editorial, quarto exemplo, “*Caso Pimenta e o pior da justiça brasileira*”, mostra o quão morosa pode ser a justiça, principalmente para os que podem pagar bons advogados que se especializam em pegar brechas na lei para protelar julgamentos e condenações. O editorialista relembra o caso do assassino Antônio Pimenta Neves, 11 anos após ter assassinado a ex-namorada Sandra Gomide no interior de São Paulo. No decorrer do texto, apresenta os inúmeros recursos realizados pelos seus advogados para não permitirem a sua

prisão. Quando se tem poder aquisitivo e pode-se pagar um bom escritório de advocacia, o ditado popular ‘apenas pobre vai preso no Brasil’ quase prevalece. Neste momento o uso do operador **nem** ameniza o anunciado anterior, dando a entender que a lei brasileira é imparcial.

O editorialista ao construir seu argumento de que o dinheiro proporciona liberdade aos criminosos é corroborada pela afirmação de um ditado popular. É interessante observar que neste momento, o jornal se aproxima do leitor, talvez criando até certa empatia. Mesmo que este pertença a uma classe mais elevada da população brasileira (o típico leitor do jornal), apenas uma minoria dentro dessa parcela teria os poderes econômicos tão elevados quanto o de Pimenta Neves. Dessa forma, o leitor também pode ser considerado um “pobre”. O uso do operador **nem** gera um alento para ao público leitor, pois como esse operador desempenha a função de somar um argumento a favor de uma conclusão, o jornal passa a ideia de que a justiça, mesmo lenta, é imparcial, julgando ricos e pobres.

Para a compreensão desse editorial, é necessário um conhecimento de mundo para poder resgatar na memória quantos réus das classes mais elevadas economicamente foram presos e condenados no país nos últimos anos, pois, em nenhum momento, o editorialista fornece algum exemplo. Logo, seria válido questionar se a classe elevada financeiramente é realmente julgada e condenada pelos seus crimes.

4.5.3 Também, Mas também

O interessante é o que o operador **também** e **mas também** ligam dois atos de asserção do locutor, conforme assevera Koch (2009, p. 173).

Também são conhecidos nesses circuitos financeiros clandestinos Luiz Pagot e o deputado Valdemar Costa Neto (PRSP), mensaleiro de primeira hora e um dos polos. (Texto 42: Administração Pública, nº 10).

União Europeia e Rússia **também** precisam ser decisivas. (Texto 43: Relações Internacionais, nº 10).

Há importantes avanços, **mas também** uma pesada herança. (Texto 44: Políticas Públicas, nº 01).

O primeiro texto, “*Chance de um choque de moralização*”, mais uma vez aborda fatos relacionados ao governo da presidente Dilma Rousseff. O objetivo da presidente é diminuir os gastos públicos de modo a evitar o descontrole da inflação e para isso se pensou em duas

medidas. A primeira foi a criação da câmara de gestão e competitividade, a fim de melhorar o funcionamento da máquina pública. A segunda começou com o afastamento de parte da cúpula do Ministério do Transporte, acusado de negócios escusos. A própria presidente assumiu que orçamentos de obras dirigidas pelo ministério eram superfaturadas, o que culminou no afastamento de Luiz Pagot, diretor-geral do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), Mauro Barbosa da Silva, chefe de gabinete e José Francisco das Neves, diretor-presidente da Valec. (Engenharia, Construções e Ferrovias S. A.).

No entanto, esses escândalos no ministério do transporte não é algo novo. A asserção do operador acrescenta outros fatos que fazem parte dos escândalos envolvendo o ministério. O próprio Pagot e o deputado Valdemar Costa Neto (PRSP), mensaleiro, tem uma longa folha de suspeitas e, apesar de um passado obscuro, Pagot foi indicado por Lula para ocupar o cargo de diretor-geral do Dnit. Já Costa Neto, com grande experiência em caixa dois, renunciou ao mandado anterior na Câmara para escapar da cassação, além de José Dirceu e Roberto Jefferson.

Segundo o texto, o governo Lula criou equipes de governo com base no fisiologismo, um dos desserviços prestado nas duas gestões de Lula. Cabe a Dilma estabelecer um padrão ético na esfera pública, uma batalha decisiva logo no início do seu mandato.

Interessante observar que o editorial faz um paralelo entre o que aconteceu no governo Lula e as consequências herdadas para o governo Dilma resolver. O uso do operador **também** reforça que as corrupções envolvendo o Ministério dos Transportes não era algo novo, mas nenhuma atitude havia sido tomada. Apenas o governo Dilma assumiu essa situação.

Podemos esquematizar:

Conclusão: O Ministério do Transporte é corrupto

1º arg.: Orçamentos de obras tocadas pelo ministério eram superfaturadas.

2º arg.: Também são conhecidos nesses circuitos financeiros clandestinos Luiz Pagot e o deputado Valdemar Costa Neto.

Temos uma afirmação categórica e, logo em seguida, uma asserção mitigada, ou seja, se tem a impressão que o locutor quer suavizar o fato, pois não é algo novo. No entanto, a partir deste momento, concluímos que nada foi feito, muito menos no governo Lula.

O editorial “*Hora é de estadistas no Oriente Médio*”, segundo fragmento, analisa a relação turbulenta entre Israel e o Estado Palestino. Situação agravada após a Primavera Árabe, depois que esta derrubou várias ditaduras que apoiavam Israel. Agora, a atual situação

política favorece a Palestina, porque os atuais governos dos Países Árabes passaram a ser governados por sistema de democracia. Devido ao radicalismo de ambos os lados, foi necessário que países de fora passem a intervir nessa divergência. Além do governo americano, existe também a necessidade de que a União Europeia e Rússia tomem posição decisiva para que a paz volte à região. O uso do operador enfatiza justamente que o bloco europeu mais a Rússia desempenha uma função relevante neste momento, devido ao peso político no cenário mundial.

O texto “*Ainda falta muito no saneamento básico*” discorre sobre o pouco avanço em serviços básicos, como fornecimento de água para consumo, coleta e tratamento de esgotos e drenagem. Em alguns lugares são perceptíveis a melhora, como em alguns municípios da Baixada Fluminense – Duque de Caxias, São João de Meriti e Nova Iguaçu – que avançaram se comparar ao ano de 2009. Alguns avanços locais podem ser observados, é o caso de Niterói, que tem esses serviços sob responsabilidade de uma empresa privada, tanto que apareceu bem colocada no ranking. Apesar disso, ainda há muito que avançar. Além dos importantes avanços que o país precisa alcançar, existe **também** uma **pesada** herança herdada pelo governo anterior. Mais uma vez percebemos a aplicação do operador persuadindo sutilmente o leitor. Ao inserir o argumento decisivo, somos induzidos a pensar que há algo pior que atrapalha o desenvolvimento do país nos serviços básicos. O sentido do texto vai sendo construído, muitas vezes, por argumentos que, embora aparentemente suavizados, servem fundamentalmente para ser somados a argumentos anteriores, que determinará o teor e objetivo do texto.

4.5.4 Além de e Além disso

O déficit de vagas nos presídios supera com certeza o total de detentos que serão beneficiados, ao menos a curto prazo, pelas alterações na legislação. **Além disso**, calcula-se que o número de mandados de prisão não cumpridos seja equivalente ao da população carcerária do país. (Texto 20: Justiça, nº 10)

No editorial “*Reflexos positivos no sistema penitenciário*”, sintetizado no item 4.3.1, relata as medidas tomadas para humanizar o sistema carcerário do país. O editor apresenta ao leitor que a situação carcerária é alarmante, com mandatos não cumpridos por absoluta falta de vagas no sistema prisional. O argumento apresenta vários dados sobre a precariedade das instituições prisionais brasileiras e que muitos criminosos, já condenados, ficam impunes por

falta de vagas nos presídios. Mas, ao trabalhar com o operador **além disso**, o editorialista soma mais um argumento decisivo com o objetivo de mostrar ao leitor que as medidas de ajustes provocadas no Código de Processo Penal poderão beneficiar toda a sociedade, inclusive os réus que terão suas sentenças promulgadas a partir de sua periculosidade, diminuindo assim a população carcerária e, também, promovendo justiça para os próprios réus, além de aumentar o número de vagas para que os presos, julgados e condenados, de alta periculosidade possam, realmente, cumprir suas penas de forma plena.

Critérios, **além de** ampliados, precisam ter grande divulgação. (Texto 45: Políticas Públicas, nº 08)

No editorial, “*Cuidados com a definição de ex-favela*”, é apresentado à necessidade de estarmos atentos com a definição de ‘ex-favela’, pois, mesmo com o sucesso das UPPs em reduzir drasticamente a influência de criminosos dentro das favelas, é necessário que os serviços gerados pelos órgãos públicos também cheguem a essas comunidades, assim como a presença contundente do Estado e não apenas critérios subjetivos, como asfalto e iluminação pública para redefinir uma localidade. Portanto, devemos ultrapassar esse pensamento, visto que os critérios devem ser revistos com a ajuda da própria população, transformando-a em agente ativo da construção da cidade.

O jornal apresenta ao leitor as consequências que a definição, um tanto vaga, de ‘ex-favela’ traz, pois muitas delas, mesmo sendo urbanizadas, ainda estão sob o julgo de traficantes e milicianos, conforme exemplificado no editorial, citando duas comunidades que estão sobre o poder desses criminosos. Para corroborar a indefinição desses critérios, o jornal utiliza a opinião de um economista e de um urbanista, ambos consagrados, para demonstrar o quão distante da sociedade essas definições se encontram. O operador **além de** apresenta o argumento decisivo para o problema que o texto apresenta: a população também precisa participar da elaboração dos critérios necessários para definir o que é uma ex-favela, não deixando apenas nas mãos dos órgãos públicos, com definições muitas vezes vagas e sem a correspondência com a realidade.

Os quatro maiores grupos foram analisados pela ocorrência com que aparecem nos editoriais. No entanto, acreditamos na relevância de uma análise, mesmo que sucinta, dos operadores **ainda** e **já**, que por aparecerem em grupos isolados, fez com que apresentassem uma baixa estatística. No entanto, nos 50 títulos, o operador **ainda** apareceu em 21 títulos e o **já** em 29 títulos.

4.6 Introdutor de mais um argumento e marcador temporal: ainda

A palavra **ainda**, nas gramáticas, é classificada como advérbio de tempo, conforme podemos exemplificar nas gramáticas de Cintra & Cunha (2001, p. 543) e de Lima (2010, p.228). No entanto, em determinados contextos, em uma análise semântica, desempenha a função de operador argumentativo. Analisemos os exemplos a seguir:

Passou a ser uma possibilidade com as UPPs. A iniciativa do IPP e da secretaria instalou uma polêmica, porque por serem muito genéricos os critérios adotados pelos organismos municipais na elaboração da lista, ela inclui, por exemplo, comunidades **ainda** sobre o controle de traficantes (Vidigal) ou milícias (Fernão Cardim, em Pilares). (Texto 45: Política Pública, nº 08).

A Casa Civil informa que o ministro deverá fornecer as informações ao procurador **ainda** nesta semana. (Texto 46: Administração Pública, nº 04).

É o que leva a crer a convocação de Palocci, para explicar sua evolução patrimonial, aprovada ontem na Comissão de Agricultura da Câmara, considerada um “golpe” pelos governistas. E há **ainda** a expectativa sobre como agirá o procurador-geral da República diante das explicações enviadas pelo ministro. (Texto 47: Administração Pública, nº 08).

O uso do operador argumentativo no editorial “*Cuidados com a definição de ‘ex-favela’*” é utilizado como excesso temporal, ou seja, marcador de tempo. Do ponto de vista semântico, o editorialista introduz no enunciado a ideia de que até o momento em que o texto foi escrito, as duas consideradas ex-favelas pela prefeitura do Rio, ainda estavam em poder de traficantes e milicianos. Há um jogo argumentativo que deixa pressuposto que essas áreas ainda não podem ser consideradas bairros, por ainda estarem sob o comando de criminosos. A inserção do operador **ainda** causa um efeito de sentido que vai contra o que os órgãos municipais afirmam. O correto deveria ser: As favelas terem todos os benefícios de um bairro convencional. Logo, traficantes e milicianos não deveriam estar nesse controle. Portanto, somos induzidos a concluir que o Estado ainda não faz nesses lugares presença em termos de segurança.

No segundo fragmento extraído do texto “*A inútil ‘blindagem’ de Palocci*”, o jornal relata o crescimento patrimonial inexplicável do então ministro-chefe da Casa Civil Antonio Palocci. O governo se esforçou ao máximo para evitar que o ministro fosse depor no congresso durante uma CPI, mas essa solução não surtiu efeito. O procurador-geral da República Gurgel exigiu explicações do ministro em um prazo de 15 dias para tentar comprovar a idoneidade do seu súbito crescimento do patrimônio. A Casa Civil informou que

Palocci ainda na semana em questão, deveria entregar a sua justificativa. O uso deste operador, assim como o exemplo anterior, desempenha uma função temporal. No entanto, também reforça a urgência com que Casa Civil quer resolver as questões apresentadas.

Ressaltamos mais uma vez que o jornal demonstra uma atitude mais contundente contra o governo PT, por meio da figura do ex-presidente Lula. No caso da Presidente Dilma Rousseff, do mesmo partido, percebe-se uma atitude mais aberta a diálogos e não acusativa como no governo anterior. Ao se referir que o Palocci deveria se justificar tão rapidamente, reforça justamente essa moralidade com que a presidente quer para o seu governo.

No último fragmento, no texto “*Aula prática de pressão abusiva*” discorre sobre a má explicação que Antonio Palocci, ministro-chefe da Casa Civil, prestou a Procuradoria Geral da União, provocando uma crise na base aliada do governo e abrindo espaço para chantagens da bancada evangélica e do deputado federal Garotinho. Com a crise na base, Palocci não conseguiu fugir das explicações a serem dadas sobre o seu patrimônio na Comissão de Agricultura da Câmara, considerada um “golpe” pelos governistas, visto que a base aliada do governo não se esforçou para evitar a convocação. Além disso, se aguarda com expectativa a atitude do procurador-geral da República diante das explicações enviadas pelo ministro.

O uso do operador reforça a situação complicada que o Palocci se encontrava, pois além da convocação na Comissão da Agricultura da Câmara; poderia piorar, visto que o Procurador poderia considerar insuficientes as justificativas de Palocci e convocá-lo para a CPI.

4.7 Operador já: indicador de pressupostos

Koch (104, p. 104), afirma que o operador **já** pode ser empregado para indicar mudança de estado, o seja, algo é x e passa a ser y, indicando que há conteúdos pressupostos no enunciado, aspecto semântico.

Observemos os exemplos:

Outro aspecto, muito grave, é o papel da tortura na descoberta do líder da al-Qaeda, assunto **já** contaminado pela disputa política americana, com republicanos, na tentativa de capitalizar a vitória de Obama, lembrando que a decisão de “aprimorar técnicas de interrogatório” foi tomada no governo Bush. (Texto 48: Justiça, n 09).

Já no Ceará, a corrupção atacou no transporte escolar, por meio de licitações fajutas por prefeituras locais. Prefeituras cúmplices pagavam pelo aluguel de ônibus, e as crianças eram transportadas por caminhões pau de arara. (Texto 49: Administração Pública, nº 05).

O editorial, “*Morte de Bin Laden não justifica tortura*”, primeiro fragmento, apresenta que a morte do líder do grupo terrorista al-Qaeda teve como base investigações baseadas em tortura, pelos órgãos de inteligência Norte-Americanas, promovidos por grupos semiclandestinos.

É sabido que Bin Laden foi o mentor dos atentados de 11 de Setembro de 2001, que culminaram com a queda das Torres Gêmeas do World Trade Center e do ataque ao Pentágono, provocando mais de 3 mil mortes em solo americano. Durante anos, o governo americano, por meio da figura do ex-presidente George W. Bush caçou Bin Laden, promovendo guerras ao redor do mundo contra várias nações do mundo islâmico, consideradas como refúgio de terroristas. No entanto, Bush não teve sucesso e coube ao atual presidente, Barack Obama, concluir essa empreitada.

O editorialista apresenta o problema do uso de tortura para conseguir esse feito, pois o uso desse instrumento fere os princípios básicos da própria constituição americana. Assunto que **já** contaminou a campanha política presidencial norte-americana, pois o partido republicano se apropriou da vitória de Obama, que é do Partido Democrata, para impulsionar a campanha do seu candidato, fazendo com os americanos acreditassem que a vitória sobre Bin Laden só foi possível por causa da decisão do governo Bush, que aprimorou as técnicas de interrogatório.

Neste momento, além de exercer uma função temporal, o uso do operador desempenha também uma força argumentativa, pois quando o jornal afirma que essa situação tomou conta da campanha política, recai sobre o enunciado que a questão é de tamanha repercussão que está até mesmo entrelaçada à campanha. Podemos observar que o papel deste operador é dar destaque ao que está sendo dito.

Vejamos o fragmento em dois momentos, um com o operador e outro sem:

- a) Outro aspecto, muito grave, é o papel da tortura na descoberta do líder da al-Qaeda, assunto **já** contaminado pela disputa política americana (...)
- b) Outro aspecto, muito grave, é o papel da tortura na descoberta do líder da al-Qaeda, assunto contaminado pela disputa política americana (...)

O uso do operador apresenta que a discussão está acontecendo durante a campanha política (marcador temporal) e realça a informação, fortalecendo todo o argumento do editor e conduzindo o leitor para uma conclusão pressuposta: o tema da tortura para aquisição de informação é tão grave que norteia até mesmo a campanha política presidencial.

O segundo fragmento, extraído do editorial “*A municipalização da corrupção*”, aborda casos graves de desvio de dinheiro em grandes municípios do Brasil. Dão destaque as ações policiais e do Ministério Público contra quadrilhas em três estados bem distantes um do outro. O primeiro, em Campinas (SP), onde foram presas três pessoas e o vice-prefeito do PT estava foragido, junto com dois secretários municipais. O golpe era dado em contratos com empresas de saneamento.

O segundo, no Rio Grande Sul, onde houve fraude na venda de medicamentos. Foram detidos 64 pessoas e funcionários de prefeituras entre elas.

Observamos que a ênfase é dada ao Estado do Ceará. O editor diz: **Já** no Ceará, a corrupção atacou no transporte escolar, por meio de licitações fajutas por prefeituras locais. Prefeituras cúmplices pagavam pelo aluguel de ônibus, e as crianças eram transportadas por caminhões pau de arara. Podemos racionar o porquê do realce sendo dado ao Estado do Ceará: São Paulo e Rio Grande Sul fazem parte de grandes regiões, que não passam pelos problemas que o Nordeste passa. Logo, além de todas as dificuldades que conhecemos, como: secas constantes e pobreza extrema; a política pública não pensa em trazer melhorias à população, pelo contrário: fazem com que crianças corram perigo andando em pau de arara, um transporte, inclusive, irregular para ser utilizado como transporte de pessoas.

Nosso objetivo é justamente mostrar que a percepção em compreender o que está implícito, para onde o jornal nos direciona é de suma importância para que não sejamos facilmente convencidos, como seres passivos e não ativos do conhecimento. E é esse conhecimento de leitura que deveria ser ensinado nas instituições de ensino e não apenas uma análise decorativa, sem qualquer preocupação com elementos que, se estão na gramática, significa que são fundamentais para compreensão e construção de textos, sempre atendendo ao objetivo do enunciador.

Ainda que não seja possível analisar todos os operadores, pois obviamente vai variar de acordo com o gênero, podemos afirmar que não importa o gênero, já que importante é que o cidadão tenha compreensão e capacidade de aplicar os recursos que a língua oferece no momento oportuno de elaboração e leitura de textos.

Esta análise comprova que os operadores argumentativos, entre tantos outros elementos disponíveis na nossa língua, podem direcionar o sentido do texto. Faz parte de

nossa essência querer argumentar de modo convincente, mas essa perspicácia é só para aqueles que dominam a sua própria língua, cumprindo justamente o que o nosso mestre Bechara declara sobre sermos políglotas dentro da nossa própria língua.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste estudo abordamos a importância do jornal impresso e sua trajetória até ser conhecido mundialmente. Destacamos sua influência política na sociedade por se tratar de um produto que sempre deixou explícita sua ideologia, servindo como instrumento de divulgação e manifestação do pensamento de seus proprietários/patrocinadores.

Levantamos uma questão sobre a manipulação que o jornal exerce na sociedade desde outrora. Portanto, realizamos um percurso histórico sobre o jornal impresso, contextualizando sua relevância na sociedade e, em especial, no Brasil. Embora não seja uma referência recente, nos embasamos na obra de Marshall McLuhan, para mostrar suas teses sobre como os meios de comunicação exercem influência nos feitos humanos, já que, segundo ele, o jornal pode colorir a mensagem, dando ênfase a aspectos em detrimento de outros. Vimos que o interesse humano é determinado por interesses ideológicos, já que se propagam ideias (pensamentos) para justificar e/ou explicar a condição humana. Afirmamos que, ao redigir uma matéria, reflete-se a opinião da empresa, de modo a contribuir para a formação do pensamento coletivo.

Brevemente discorremos sobre os gêneros textuais para compreender o gênero editorial, destacando que a autonomia do indivíduo está relacionada ao conhecimento dos diferentes gêneros, uma vez que seus estudos estão cada vez mais multidisciplinares. Por saber que a língua não é analisada isoladamente, foi proposta uma análise dos editoriais, gênero essencialmente argumentativo, mostrando que, embora esta pesquisa não esteja diretamente voltada para questões do ensino, seu estudo pode fazer com que o aluno entenda o funcionamento da língua e da linguagem de forma mais proveitosa e útil. Afinal, aprender os mecanismos linguísticos é mais proveitoso quando se contextualiza esse ensino, lembrando que espaços de convívio cotidiano, ou seja, em seus lares, entre amigos etc., não são suficientes para garantir a construção e/ou aprimoramento de conhecimentos formais.

Como vimos, os editoriais, assim como outros enunciados, são atividades de comunicação que pressupõem uma intencionalidade por parte do produtor do texto. Sabendo que o ponto de partida de um texto é a intencionalidade e ponto de chegada a finalidade, cada texto irá adquirir suas características peculiares, o que caracterizará seu gênero. Estudamos, além da sua estrutura física, seus principais critérios, que partem das condições filosóficas do grupo editorial, as informações e as relações que envolvem o tema proposto, os interesses econômicos da empresa e assim por diante.

A informação é essencialmente uma questão de linguagem e ela não é “invisível” no mundo, pois não faz referência somente aos signos internos da língua, ou seja, normas, regras, sistema de funcionamento, mas há também sistemas de valores que comandam o uso desses signos como ato de discurso, neste caso uso persuasivo, para alcançar o que é desejado: levar o interlocutor a crer no que é transmitido por meio de mecanismos argumentativos.

Conforme se sabe, não há neutralidade jornalística. Tudo que é “informado” emite juízos de valores, e a argumentação vai além do fato de apresentar provas ou mostrar a verdade. Significa, também, persuadir, por isso, é necessário conhecer o processo argumentativo e os efeitos produzidos. Entre os recursos utilizados, destacamos, nesta dissertação, os operadores argumentativos, essenciais para produção de sentido, visto que desempenha a função de direcionar a força argumentativa dos enunciados.

Os operadores argumentativos adotados pelo editorialista podem levar o leitor a compreender o texto de acordo com seu propósito, fazendo com que o leitor se torne facilmente manipulado e essa manipulação pode ocorrer por: primeiro, porque não conhece os mecanismos da sua própria língua. Segundo, no caso da mídia impressa, ser impossível que o leitor se torne participante no discurso. Logo, são influenciados por um discurso fragmentado, unilateral, que apresenta um único pensamento dominante, não há o que questionar.

Koch afirma que não ensinar a sua importância pode ser uma posição ideológica, pois uma sociedade que não sabe ler, no sentido de compreender o que está lendo, é uma sociedade que não sabe justificar, negociar e opinar e, portanto, se torna passiva.

O locutor adapta seu discurso ao pensamento do auditório, neste caso o público leitor do jornal. Neste trabalho tentamos mostrar que o discurso jornalístico ultrapassa a sua função de informar sobre algo e que inúmeras escolhas – lexicais, concessivas, explicativas, exemplificadas e muitas outras que a gramática nos oferece e que, muitas vezes são apenas decoradas sem aplicar a sua funcionalidade no texto – são fundamentais pela força argumentativa dos enunciados e seu conhecimento, não só dos operadores, mas de regras estudadas juntamente com o conhecimento externo, significará interpretar com propriedade e não apenas ler.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suárez. *Gerenciando razão e emoção*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

ALMEIDA, Lucimar de. *Análise de operadores argumentativos em textos publicitários*. Uberlândia-MG, Dissertação de mestrado/ILEEL/UFU, 2001.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Editora Moderna, 1986.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo, HUCITEC, 2002.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre, Sulina, ARI, 1980.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo. Brasiliense, 1980. Digitalização 2004.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 2002.

_____. *O texto argumentativo*. São Paulo: Scipione, 1994.

CUNHA, Celso. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DUCROT, Oswald. *Provar e dizer: linguagem e lógica*. Trad. Brás. Global Universitária. São Paulo, 1981.

_____. Argumentação e “topoi” argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

ERBOLATO, Mário L. *Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

FARIA, Maria Alice. *O jornal na sala de aula*. 13. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2008.

_____. *Linguagem e ideologia*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

GONTIJO, Silvana. *O livro de ouro da comunicação*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo das conjunções do português*. 4. ed. São Paulo: Pontes, 2007.

HARTOG, Simon. *Muito além do Cidadão Kane*. Reino Unido: BBC, 1993. Documentário.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Estilística e discurso: estudos produtivos sobre texto e expressividade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

_____. Gramática e cidadania em salas de aula brasileiras. In: HENRIQUES, Claudio Cezar; SIMÕES, Darcilia (Org.). *Língua e cidadania: novas perspectivas para o ensino*. Rio de Janeiro: Ed. Europa, 2004.

HENRIQUES, Claudio Cezar; SIMÕES, Darcilia (Org.). *A redação de trabalhos acadêmicos: teoria e prática*. 5. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

KOCH, Ingedore G. V. *Argumentação e linguagem*. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. *A coesão textual*. 7. ed. São Paulo, Contexto, 1997.

_____. *A inter-ação pela linguagem*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LAROUSSE & Nova Cultural (Ed.). *Grande Enciclopédia Larousse Cultural*. São Paulo: Plural Editora e Gráfica, 1995.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 48. ed. Rio de Janeiro, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. “Gêneros Textuais: definição e funcionalidade”. In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (Org.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1964.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie (1996). *Tratado da Argumentação*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTO, Zélia Maria Neves. *Antropologia: uma introdução*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

RIBEIRO, Roziane Marinho. *A construção da argumentação oral em contexto de ensino*. São Paulo: Cortez, 2009.

SIMÕES, Darcília. *Gênero textual e ensino: outra iconicidade*. Disponível em: <<http://www.darciliasimoes.pro.br/textos/docs/novotexto07.pdf>>. Acesso em: jan. 2012.

SOUZA, Jésus Barbosa. *Meios de comunicação de massa: jornal, televisão, rádio*. São Paulo: Scipione, 1996.